UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUIZ ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA

LUTA E MEMÓRIA
Defesa do território de uso comum na luta pela criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi (2001-2018)

MANAUS
2024

LUIZ ANTONIO NASCIMENTO DE SOUZA

LUTA E MEMÓRIA
Defesa do território de uso comum na luta pela criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi (2001-2018)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Manaus
2024

Souza, Luiz Antonio Nascimento de, 1964-
S7291 Luta e memória: defesa do território de uso comum na luta pela criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Juaperi (2001-2018)/Luiz Antonio do Nascimento de Souza. -- 2024.
136f.; il.: tab., fig.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2024.
Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

1. Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Juaperi. 2. História Social. 3. Política Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. História Oral Temática. I. Queirós , César Augusto Bubolz. II. Universidade Federal do Amazonas. III. Título.

CDU 930:316.3.061.3(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Luiz Antonio Nascimento de Souza

Luta e Memória: defesa do território de uso comum na luta pela criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi (2001-2018)

Relatório de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Manaus, 08 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
PPGH/UFAM
(Orientador)

_____

Prof. Dr. Davi Avelino Leal
PPGH/UFAM

_____

Prof. Dr. Cloves Pereira
FCA/UFAM

_____

Prof. Dr. Julio Claudio da Silva
UEA/Parintins

_____

Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques
UFPA

Dedico essa tese à minha Mãe, Maria Catharina, cuja história tomou nas mãos e a tornou leve e firme, e que tem sido capaz de seguir acreditando nas pessoas e sonhando ao se aproximar do seu Centenário.
Dedico às Mulheres e Homens do Jauaperi, pela disposição e coragem em seguir ali, lutando pelo modo de vida que lhes garante a existência.

AGRADECIMENTOS

Sou grato por todas as pessoas que, de um modo ou de outro, contribuíram para a elaboração desse trabalho acadêmico fruto da combinação de um compromisso político com as Comunidades Rurais ribeirinhas do rio Jauaperi e uma disposição pessoal e uma obrigação profissional. O exercício de agradecer por escrito traz uma certeza cruel, a gente sempre esquece alguém. Sendo assim, começo agradecendo aquelas pessoas que eu esquecerei de listar abaixo. Dito isto, vamos lá.

Meus agradecimentos à minha Família, começando por Kátia e Mariana que têm lidado com minha rotina anárquica e, por vezes, minha chatice. Agradeço aos meus irmãos, Noemi e José Carlos por estarem pertinho e cuidarem da nossa mãe, sobretudo durante a Pandemia de Covid-19. Agradeço igualmente meus sobrinhos e primos que, cada um, ao seu modo, sempre me apoiaram e incentivaram.

Agradeço as(os) colegas e amigos(as) com quem troquei ideias sobre a pesquisa, sobre os dilemas e dificuldades de um fazer acadêmico impostos pela Pandemia. Meus agradecimentos, em especial ao amigo e colega Prof. Dr. Lino João, um dos meus principais interlocutores e que muito me ajudou; à amiga historiadora Profa. Mc. Kívia Mirrana, incentivadora e interlocutora, com quem pude trocar ideias, receber sugestões e leituras acuradas dos rascunhos da tese. Agradeço aos colegas Professores(as) da UFAM, Dr. Luiz Roberto Coelho, Sônia Marise, Terezinha Fraxe, Francisco Ferraz e Deodato. Agradeço aos Professores e às Professoras do Programa de Pós Graduação em História Social da UFAM.

Agradeço ao amigo Daniel Garibotti pelas longas conversas sobre o Jauaperi, me ajudando no percurso de volta à nossa história em comum, no Jauaperi, na Associação Amazônia, nas CPIs e por me conceder uma entrevista. Agradeço também aos amigos do Jauaperi, Amélia, Dora, Tabaco, Waldemar, João, Manoel, Carlinhos, Plínio, Aluízio, Christopher Clark (in memória). Agradeço ainda ao Prof. Dr. Cesar Augusto Queirós, Orientador paciente, aos Professores Doutores Cloves Pereira, David Avelino, Júlio Claudio e Gilberto Marques, por compor a Banca de Avaliação, apresentando suas considerações e recomendações. Agradeço ao Jailson, secretário do PPGHS, servidor público atento e comprometido com a pós-graduação e com os estudantes em particular. Meus agradecimentos aos colegas do Grupo de Pesquisa Comunidades Rurais, um agradecimento especial aos colegas Franco e Johmara.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo de luta das comunidades ribeirinhas localizadas no Rio Jauaperi, situado ao norte da área Waimiri-Atroari, que demarca a fronteira entre o Amazonas e Roraima. A investigação baseou-se em fontes documentais variadas, como relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), correspondências e documentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela criação da Reserva Extrativista (RESEX). Adicionalmente, foram colhidos depoimentos de moradores e ex-dirigentes da Associação Amazônia, entidade que prestou assessoria e defesa às comunidades locais. O processo de luta pela terra teve início em meados dos anos 90, quando as comunidades locais solicitaram ajuda para proteger seu território. A ideia de transformar a área em uma reserva extrativista (RESEX) surgiu da necessidade de preservar o território e as práticas tradicionais das comunidades. Contudo, houve uma resistência significativa por parte das elites de Roraima, que se opuseram veementemente à criação da unidade de conservação. Esta resistência manifestou-se por meio de ações políticas e jurídicas, incluindo a emissão de licenças de ocupação e títulos de terras sobre a área reivindicada pelas comunidades. Este estudo aborda o processo de luta das comunidades ribeirinhas do Rio Jauaperi por uma área protegida, investigando a resistência enfrentada e o processo de demarcação da reserva. A pesquisa fundamenta-se nas teorias de José de Souza Martins e Pierre Bourdieu sobre poder e identidade, explorando como a construção de uma identidade a partir das especificidades desses grupos é crucial para compreender a luta e a resistência. A história contada a partir dos depoimentos dos moradores é essencial para entender os processos de luta e a importância da proteção do território e das práticas tradicionais. Este trabalho não só documenta a resistência e a resiliência das comunidades ribeirinhas, mas também enfatiza a relevância da memória e da identidade na defesa do território de uso comum.

Palavras-chave: comunidades ribeirinhas, luta pela terra, reserva extrativista, poder, identidade.

ABSTRACT

This research investigates the struggle process of riverside communities located on the Jauaperi River, located north of the Waimiri-Atroari area, which demarcates the border between Amazonas and Roraima. The investigation was based on varied documentary sources, such as reports from Parliamentary Commissions of Inquiry (CPIs), correspondence and documents from the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio), the body responsible for creating the Extractive Reserve (RESEX). Additionally, statements were collected from residents and former directors of the Associação Amazônia, an entity that provided advice and defense to local communities. The process of fighting for land began in the mid-90s, when local communities requested help to protect their territory. The idea of transforming the area into an extractive reserve (RESEX) arose from the need to preserve the territory and traditional practices of the communities. However, there was significant resistance from Roraima's elites, who vehemently opposed the creation of the conservation unit. This resistance manifested itself through political and legal actions, including the issuance of occupation licenses and land titles over the area claimed by the communities. This study addresses the struggle of riverside communities on the Jauaperi River for a protected area, investigating the resistance faced and the process of demarcating the reserve. The research is based on the theories of José de Souza Martins and Pierre Bourdieu on power and identity, exploring how the construction of an identity based on the specificities of these groups is crucial to understanding struggle and resistance. The story told through the residents' testimonies is essential to understand the struggle processes and the importance of protecting the territory and traditional practices. This work not only documents the resistance and resilience of riverside communities, but also emphasizes the relevance of memory and identity in the defense of common use territory.

Keywords: riverside communities, struggle for land, extractive reserve, power, identity.

LISTA DE SIGLAS

AA - Associação Amazônia

AARJ Associação dos Artesãos do Rio Jauaperi

CNPT Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS Conselho Nacional dos Seringueiros

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT Comissão pastoral da Terra

DRP Diagnóstico Rural Participativo

ECOEX Associação Ecológica dos Agroextrativistas do Baixo Rio Branco-Jauaperi

FEMACT Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima

FETAGRI Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amazonas

FVA Fundação Vitória Amazônica

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade

INCRA Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAIMA Instituto de Terras e Colonização de Roraima

ONG Organização Não-Governamental

RESEX Reserva extrativista

UC Unidade de Conservação

UFAM Universidade Federal do Amazonas

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

WWF Fundo Mundial para a Natureza - World Wide Fund for Nature Inc.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1 O Estado se faz presente pela força……. 18

FIGURAS

Figura 1 Localização da Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi…….. 30
Figura 2 Etnomapa da Comunidade Xixuau…….. 32
Figura 3 Etnomapa da Comunidade Samaúma…….. 33
Figura 4 Etnomapa da Comunidade Gaspar Barreira Branca…… 111
Figura 5 Licença de Ocupação nº 0368…….. 117

GRÁFICOS

Gráfico 1 Opiniões sobre criação da reserva……... 97
Gráfico 2 Manifestações favoráveis a criação da reserva…… 98

TABELAS

Tabela 1 Tipos de Unidades de Conservação……. 98
Tabela 2 Dados sobre a criação da reserva……. 99

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 13

CAPÍTULO 1 A TERRA, A FLORESTA, OS RIOS E LAGOS ENQUANTO LUGARES DE RELAÇÕES DE TRABALHO, DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA..... 26

1.1 O rio comanda a vida?: Jauaperi, o rio e a região..... 27

1.2 Entre flechas e enxadas: os indígenas e camponeses da região..... 35

1.2.1 Os Waimiri-Atroari: habitante da região..... 35

..... 40

1.2.2 Considerações sobre o camponês..... 46

..... 46

CAPÍTULO 2 O PASSADO: O QUE HAVIA ANTES DA LUTA SER NECESSÁRIA?..... 47

2.1 Considerações preliminares sobre a questão ambiental.....

2.1 Estranhamento do homem em relação ao meio ambiente natural..... 65

CAPÍTULO 3 AS MEMÓRIAS ACERCA DAS LUTAS E CONFLITOS EM TORNO DA TERRA E TERRITÓRIO DE USO COMUM..... 67

3.1 Hector Daniel Garibotti: o início da ideia utópica de uma área protegida..... 76

3.2 Amélia Nascimento: A importância e os limites da reserva..... 84

3.3 Tabaco: entre as contradições e as mobilizações..... 91

3.4 Dora: as marcas do silêncio..... 95

CAPÍTULO 4 A TERRA DEMARCADA E PROTEGIDA PELA LEI: A CRIAÇÃO DA RESEX **na vida das pessoas x a ação das Elites**..... 96

4.1 Consequências da criação da RESEX para as comunidades locais..... 102

4.2 Opositores à criação de Resex..... 104

4.2.1 Recusa aos pedidos de acesso aos relatórios..... 108

4.3 O silêncio e os não ditos..... 118

4.4 Reação da Associação Amazônia e comunitários..... 125

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 128

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 132

APÊNDICES..... 192

ANEXOS..... 193

Anexo I *E-mails* Enviados Aos Poderes Estatais Para Acesso Às Fontes..... 195

Anexo II Trecho Do Documento História Da Associação Amazônia E A Área Do Xixuau-Xiparina (Parte I)..... 196

Anexo III Trecho Do Documento História Da Associação Amazônia E A Área Do Xixuau-Xiparina (Parte I, Continuação).....

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por meio desta pesquisa de doutorado me preocupo em investigar e analisar a luta de um grupo de comunitários, de trabalhadores rurais ribeirinhos camponeses na defesa do território e do modo de vida comum daquelas pessoas, luta que se materializa e se expressa na demanda pela criação de uma área protegida do tipo de unidade de conservação como a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi (RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi) (1993-2017).

A área da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi apresenta relevante importância para a conservação da biodiversidade, como será evidenciado, na medida em que se constitui como uma das áreas que compõem o mosaico de áreas protegidas do Corredor Ecológico da Amazônia Central junto com a RESEX Unini, PARNAs – Parques Nacionais do Jaú, e Anavilhanas, RDSs – Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, integrando-se também ao mosaico de UCs de Caracaraí e a TI – Terra Indígena Waimiri-Atroari nos municípios de Novo Airão e Rorainópolis (AM/RR).

Para realizar esta discussão, é necessário contextualizar o momento sócio-histórico e político em que o Brasil estava inserido naquele período. Estou me referindo aos anos noventa, quando as comunidades do rio Jauaperi iniciaram o entendimento que culminaria na luta pela criação da unidade de conservação que será comprovada neste trabalho.

Partindo da premissa de que o conhecimento é resultado de uma busca fundamentada na realidade histórica, e considerando que essa realidade pode ser fugidia e nebulosa para o pesquisador, afirmamos que o conhecimento pode ser alcançado por meio da análise dos sujeitos sociais, dos documentos produzidos e, especialmente, da memória coletiva.

Pretendo abordar o debate ambientalista originado pela crise ambiental no contexto do capitalismo, iniciado no final dos anos sessenta e desdobrado até os anos noventa, culminando, inclusive, na luta pela criação da Reserva. Um marco crucial desse debate é a crise de emissões ambientais ocorrida no Japão, resultado do crescimento industrial pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente na região de Kyoto em 1968.

A importância do contexto internacional se justifica pelo fato de que a partir desses cenários ocorreram mudanças significativas nas políticas ambientais mundiais. O Japão foi abordado com denúncias de graves níveis de poluição do Lago Biwa, localizado em Kyoto, provocando uma discussão que ganhou dimensão internacional e culminou com a realização da primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente, organizada pela Organização das

Nações Unidas e realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Desde Estocolmo, as publicações socioambientais ganharam cada vez mais relevância nas agendas políticas e econômicas, e o Brasil foi inserido e sendo inserido de tal modo que, em 1992, sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecido como ECO-92.

Finalmente, trago algumas das decisões das Conferências de Estocolmo-72 e ECO-92 na construção do debate ambiental brasileiro e suas consequências, tais como a elaboração da defesa do meio ambiente, adoção da estratégia de proteção de territórios ecologicamente relevantes por meio da criação de Unidades de Conservação de uso direto e indireto, orientado e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Desta forma, espero poder contextualizar a tessitura social, o panorama de fundo que norteou as discussões internacionais, nacionais e regionais, intensificadas a partir do início da década de noventa do século XX, sobre a necessidade de criação de territórios protegidos como forma de garantir e preservar o modo de vida das comunidades locais e, ao mesmo tempo, proteger territórios ambientalmente relevantes contra o avanço desenvolvido do capital sobre a natureza. Essa discussão repercutirá nas organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais e populares, inclusive naquelas organizações existentes que atuavam junto às comunidades do rio Jauaperi, divisão dos estados do Amazonas e Roraima.

Nesta tese, apresento a região do rio Jauaperi, área onde estão localizadas as comunidades que escolheram para estudar, oportunidade em que relato como me aproximei dessas pessoas incríveis que vivem ***na*** e ***da*** natureza exuberante e rica em biodiversidade, natureza que molda os modos de vida locais. Aproveito ainda para apresentar algumas das primeiras constatações da pesquisa, diminuindo as percepções dos camponeses em relação à criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, o objeto central das inquietações e lutas do povo que são transcritas nesta pesquisa.

De certa forma, posso dizer que estudar "o pessoal do Jauaperi" é um antigo desejo pessoal, acadêmico e profissional. Os primeiros contatos com as pessoas que vivem na calha do rio Jauaperi ocorreram em meados de agosto de 1993, quando, a convite do Reitor da UFAM, Prof. Nelson Fraiji, participaram de uma reunião solicitada por uma entidade chamada Associação Amazônia, criada e dirigida por dois jovens ativistas socioambientais: Hector Daniel Garibitti e Christopher Clark.

A referida reunião teve como objetivo apresentar à Universidade Federal do Amazonas o Projeto Jauaperi, um conjunto de ideias e proposições que, em propriedades, tinham como objetivo realizar uma série de atividades de pesquisa e extensão combinadas de apoio,

captação de financiamentos e fortalecimento das comunidades ribeirinhas localizadas nas margens do rio Jauaperi e igarapés Xixuau e Xiparina, bem como tinha ainda a intenção de atuar na proteção e preservação do meio ambiente de uma área de impressionante beleza cênica e riqueza biológica[1]; contrastando com uma população carente de necessidades básicas, tais como serviços de saúde, educação e assistência técnica e extensão rural e, principalmente proteção dos seus modos de vida, costumes e territórios socioambientais.

Ao término daquela reunião, ficou acordado que eu e o Professor Worney Silveira Braga, da Faculdade de Medicina, participaríamos de uma expedição ao Jauaperi, organizada pela Associação Amazônia, com o compromisso de relatar ao Reitor os aspectos que julgássemos relevantes. A viagem ocorreu entre os dias 1 e 11 de novembro de 1993 e, ao retornarmos, entregamos os relatórios.

No relatório apresentado em dezembro de 1993, destaquei a forma de organização comunitária baseada no uso comunal dos recursos, na prática de algumas atividades em mutirão, e nos fortes laços familiares e de compadrio, revestidos por um modo de vida fundamentado em costumes e tradições.

Embora a Universidade Federal do Amazonas não tenha demonstrado interesse em firmar um termo de cooperação, conforme proposto pela Associação Amazônia, mantivemos laços com as comunidades desde então. Realizei uma série de atividades de pesquisa, assessoria e formação, atendendo aos anseios e demandas dos comunitários, além de ter atuado como membro e, posteriormente, como dirigente da Associação Amazônia por alguns anos. Entre os trabalhos mais importantes, destaco a assessoria prestada para a organização da reivindicação pela criação de uma área protegida, bem como a elaboração do Relatório do Diagnóstico Rural Participativo da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi (SOUZA, 1993, mimeo.), que subsidiou o projeto de criação da reserva.

A Associação Amazônia foi, por muitos anos, a entidade que articulou e aglutinou as comunidades Vila Dona Cota, Remanso, Vila Floresta, Itaquera, Xixuau, Sumaúma (localizadas no município de Rorainópolis, Roraima) e Tanauaú, Palestina, Gaspar e São

1 Situada em uma das "áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade" definidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Pedro (localizadas no município de Novo Airão, Amazonas)[2]. Essas comunidades constituem a RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi.

A região apresenta extrema importância em relação à biota aquática. A ictiofauna, por exemplo, merece especial atenção tanto pela abundância e variedade de espécies comerciais quanto pelo apelo alimentar local e pelo conhecimento comunitário relacionado ao manejo das espécies de maior interesse. As espécies de peixes mais consumidas no verão são: jaraqui, tucunaré, pacu, barbado, piranha e sardinhão. No inverno, destacam-se surubim, pirarara e piranha-preta. A abundância de fauna é atestada pela fala do Senhor Valdemar Brazão, morador da Comunidade Gaspar, localizada no rio Jauaperi, em entrevista ao WWF Brasil (2008):

> Era muito farto mesmo. Mas muito mesmo. Eu comecei a andar aqui eu tinha a idade de 10 anos. Esse rio era rico de tudo quanto era coisa: peixe, mutum, paca, anta. Era uma fartura enorme…Não tinha nenhuma regra, os geladores entraram e tinha muita fartura, mas eles tiravam muito, até acabar. Eu pescava também, mas aí a minha família foi crescendo, foi crescendo e tinha muito filho e agora neto, aí eu pensava que eu estava tirando da boca dos meus filhos e do meu neto. Estou com 14 anos que trabalho na preservação (de quelônios). E eu vou até o final lutando pela preservação. Vou fazer igual ao Chico Mendes: vou morrer para defender o que é nosso daqui (WWF, 2008).

O fato de o Jauaperi ser um rio de baixa profundidade, somado à pesca indiscriminada, resulta em danos significativos à biodiversidade local. Diante desse quadro, em 2006, foi construído um Acordo de Pesca do rio Jauaperi (BRASIL, 2006) a partir da pressão e demanda das comunidades locais. Esse acordo envolveu a população local, por meio de suas entidades representativas, operadores de pesca desportiva, pescadores comerciais e o Estado, sendo mediado pelo IBAMA. Sua finalidade foi garantir o uso racional dos recursos pesqueiros de rios, lagos e igarapés, incluindo um período de proibição de pesca em determinadas áreas definidas por meio de audiências públicas, exceto para o consumo dos moradores das comunidades protegidas pelos acordos.

Ainda que houvesse fortes traços de uso comunal do território, desde aquele tempo, destacam-se conflitos devido à apropriação e uso de recursos naturais, especialmente os recursos pesqueiros. Os barcos pesqueiros comerciais, conhecidos como geleiros e oriundos

---

2 É importante salientar que a AA organizou e sistematizou as reclamações e demandas locais relacionadas à falta de serviços de assistência à saúde, falta de escolas, e falta de assistência técnica e extensão rural, apresentando-as ao Poder Público (prefeituras, governos estaduais e federal), mas obteve pouco ou nenhum retorno positivo. A Associação Amazônia, então, buscou parceiros externos e, com o apoio de entidades estrangeiras, conseguiu recursos para instalar um posto de saúde, uma escola de ensino básico e a primeira rede de computadores conectados à internet viam satélite, alimentada por energia solar, em uma comunidade rural na Amazônia.

principalmente de Manaus, invadem os lagos e rios em busca de peixes e quelônios, frequentemente utilizando instrumentos de pesca que causam enormes danos aos estoques pesqueiros, mesmo aqueles impróprios para o comércio. Relatos indicam que esses barcos constantemente "limpam os lagos" com malhadeiras ou, em alguns casos, usam dinamite, causando a morte de cardumes inteiros de peixes, que muitas vezes são abandonados nas margens dos igarapés ou lagos (SOUZA, 1993).

Outros problemas que se apresentaram foram decorrentes do conflito interno provocado por comunitários que, à revelia das comunidades, praticam pesca a serviço dos geladores, em troca de pagamento em dinheiro ou produtos industrializados. Como apontado no relatório:

> Este problema se agrava na medida em que alguns moradores das próprias comunidades, em troca de pequenas remunerações, acabam por ajudar os geleiros na localização de cardumes e/ou lagos que ainda possuem peixes em abundância. Como em muitos igarapés e igapós os barcos não conseguem entrar, os proprietários pagam àqueles moradores cerca de CR$ 40,00 (US$ 0.18) por quilo de peixe que ali pescam. Cada grupo de dois ou três "bons pescadores", após toda uma noite de trabalho, chegam a pescar cerca de 50 a 70 quilos. As despesas com o gelo para a conserva do pescado, assim como para a compra das pequenas lâmpadas que usam em suas lanternas são abatidas do valor final auferido (SOUZA, 1993, p. 3).

Ao conversar com comunitários que admitiram trabalhar para os pescadores comerciais, mesmo sabendo que aquilo causava danos aos estoques pesqueiros e, por conseguinte, aos comunitários, causando ainda conflitos internos, disseram que o faziam para garantir a sobrevivência familiar:

> O que alguns daqueles trabalhadores alegam é que ‘precisam comer e dar de comer à família, e a farinha, a banana a castanha não são suficientes, além de a gente não conseguir um transporte prá ir vender em Manaus ou Airão (SOUZA, 1993, p. 3).

Desde esse momento, é importante destacar que parceiros locais, regionais e nacionais foram procurados, mas, salvo exceções como o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), não houve sucesso. As entidades ambientalistas e socioambientais que atuam na região, como a Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto Socioambiental (ISA) e WWF-Brasil, não demonstraram interesse na luta dos comunitários do Jauaperi até que o projeto de criação da RESEX estivesse na mesa da Presidência da República, em 2009. Foi só então que passaram a atuar "de fora para dentro" em ações de mobilização midiática e mobilizações.

À medida que os ribeirinhos ampliavam os níveis de organização e formação de consciência coletiva, apontando para a criação de uma unidade de conservação que pudesse

garantir "sucesso e paz para sempre", surgiam também forças sociais contrárias à criação da reserva. A existência de forças opostas formou as bases para o agravamento dos conflitos.

Assim, é evidente a existência de conflitos de diferentes ordens, como a prática ilegal de captura de quelônios por traficantes, pesca, caça e extração de madeira ilícita. Contudo, o mais agravante se manifesta nas ameaças de morte contra lideranças comunitárias. Talvez o mais inusitado seja o fato de que o Estado de Roraima se constituiu como um dos atores mais agressivos e ameaçadores, agindo contra os comunitários, lideranças sociais e entidades de apoio à luta pela criação da reserva.

Os conflitos apresentados neste estudo são reflexos de extensivas hostilidades com o Poder Público, como está demonstrado na Imagem 1, abaixo. Para se ter uma ideia, o Estado de Roraima, que por décadas esteve completamente ausente em relação à região e suas necessidades, no dia em que o IBAMA realizou a Audiência Pública para a decisão das comunidades sobre a criação da RESEX, enviou sua tropa de choque como forma de intimidação aos comunitários.

Imagem 1 – O Estado se fez presente pela violência

Fonte: Processo Administrativo ICMBio No. 02001.004488/2001-59, de criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi.

A mencionada tropa de choque do Estado de Roraima era formada por dirigentes da Secretaria de Meio Ambiente e do Instituto de Terras, acompanhados por policiais militares fortemente armados com metralhadoras, fuzis e espingardas, que circularam ostensivamente entre os presentes, intimidando e ameaçando de prisão quaisquer pessoas proativas, inclusive as que questionassem a presença da polícia li, um fato inédito na história local. Também foi utilizado um helicóptero, que realizou dezenas de voos rasantes sobre a comunidade, pousando e decolando repetidamente com a explícita intenção de causar pânico e desmobilização, o que não ocorreu.

A Associação Amazônia começou a sofrer processos de cooptação política e financeira, além de pressão para abandonar a área, inclusive sob ameaças de morte, como foi o caso do Senhor Caetano, morador da comunidade Dona Cota, que teve sua casa incendiada e recebeu ameaças de morte.

Como as pressões e ameaças não surtiram os efeitos esperados, os opositores declarados da criação da RESEX, identificados nesse período como as elites e lideranças políticas, incluindo o Governador, quase toda a Assembleia Legislativa, a bancada parlamentar federal, a Prefeita de Rorainópolis e os vereadores, adotaram uma nova modalidade de ataque, focando em algumas lideranças locais, principalmente dirigentes da Associação Amazônia, até então a única entidade de apoio à causa dos trabalhadores.

O resultado disso foi que lideranças comunitárias e dirigentes da Associação Amazônia, inclusive eu, foram submetidos a quatro CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), começando pela CPI da Câmara Municipal de Rorainópolis em 1998, seguida pela CPI da Assembleia Estadual de Roraima em 2000, a CPI das Terras Griladas da Câmara dos Deputados em 2004 e a CPI das ONGs do Senado Federal em 2004 (DURÃO, 2007). Em todas as CPIs, as acusações variavam entre “prática de atividade econômica sem licenciamento”, “grilagem de terras”, “exploração do trabalho de caboclos”, “biopirataria” e “promoção da internacionalização da Amazônia”.

Embora essas pressões tenham causado enormes desgastes pessoais e coletivos, a luta pela criação da reserva continuou, e, em meados de 2001, o IBAMA iniciou formalmente as tratativas para a criação da RESEX. Em 2006, ocorreu a audiência pública mencionada acima. Entre 2007 e 2008, foram realizados os estudos socioeconômicos, sob minha responsabilidade, e os estudos de flora e fauna, necessários para a constituição do processo de criação da unidade de conservação. O processo, aprovado em todas as esferas técnicas e jurídicas, foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República em 2009, e, após nove anos, foi finalmente despachado e o Presidente Michel Temer assinou o decreto de criação da

RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, uma unidade de conservação de uso sustentável com 581.000 hectares, abrigando e protegendo cerca de mil pessoas que vivem na e da floresta.

Desde os primeiros contatos, ainda em 1993, ouvimos os moradores daquela localidade dizerem que gostavam de viver ali. Embora enfrentassem diversas dificuldades inerentes à vida nas florestas, às margens de rios e lagos, afirmavam que a vida ali era muito boa e que não sairiam dali por nada, pois as cidades não os atraíam.

Ao mesmo tempo, recebíamos depoimentos em defesa da vida ribeirinha e do trabalhador rural, bem como reclamações dos moradores sobre a redução da caça, dos peixes e dos quelônios. Segundo eles, esses problemas resultavam das ações de invasores externos, por vezes auxiliados por membros das próprias comunidades. Já se observavam nesses depoimentos manifestações pessoais de resistência aos invasores e o desejo de defender o território das comunidades.

Desta maneira, pretendemos estudar a história da luta em defesa dos territórios de uso comum por parte dos grupos sociais moradores das comunidades ribeirinhas do rio Jauaperi, como processos locais, distintos e, portanto, particulares, únicos, mas que se articulam entre si e, só assim, podem ser compreendidos como parte de um todo maior que, neste caso, é a luta pela terra. A luta pela terra é aqui compreendida como uma maneira de luta pela sobrevivência sociocultural e econômica distinta do modo de vida e sobrevivência totalizante imposto pelo modo de produção capitalista, que exclui as diferenças, elimina as particularidades e tende a eliminar as formas sociais de produção que lhe são estranhas.

Não se trata de perceber a luta pela terra como uma categoria reificada em si. A luta pela terra deve ser compreendida como a soma de todas as partes, a soma de cada indivíduo em luta, de cada luta empreendida por trabalhadores, com suas orientações, problemáticas e entendimentos.

A abordagem dialética possibilita adentrar as entranhas do fenômeno estudado, decompondo suas partes para identificar a essência, aquilo que é central e garante conexões com o todo, ao mesmo tempo em que permite identificar e compreender o que se revela particular e contraditório. Esta opção metodológica nos ajuda a manter um distanciamento da visão reducionista que tende a eliminar o sujeito real, substituindo-o, como aponta Kosik, pelo "sujeito mitologizado, reificado, fetichizado: pelo movimento das estruturas" (KOSIK, 1963, p. 52).

Optar por uma abordagem metodológica que não abre mão de compreender a história como aquilo que conforma a própria existência humana, ou seja, a existência do homem, se realiza na história e, ao mesmo tempo, a conforma, se conformando individual e

coletivamente, é, conforme Kosik indica: “o sentido da história está na própria história: na história o homem se explicita a si mesmo, e este explicitamente histórico – que equivale à criação do homem e a humanidade – é o único sentido da história” (KOSIK, 1963, p. 217).

Dito isso, realizei a pesquisa valendo-me do relato oral e do estudo de caso como técnicas de coleta de dados, combinados com estudo e análise densa da literatura pertinente.

A pesquisa tem como base metodológica o tipo de pesquisa denominado Estudo de Caso, cuja característica principal está, segundo Antonio Carlos Gil, na realização de “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado”, e que tem servido aos pesquisadores sociais para, entre outros, “explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 1999, p. 72-3). Aqui, o “caso estudado” é a luta pela criação de uma unidade de conservação empreendida por camponeses moradores do rio Jauaperi.

O recorte metodológico da pesquisa tem dois elementos: o primeiro é baseado em estudo documental e o segundo, em relatos orais produzidos por comunitários que, de algum modo, estiveram ligados e envolvidos com a luta pela criação da reserva extrativista.

A pretensão era fazer a análise sistemática e crítica dos documentos produzidos pelo ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pela Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleia Legislativa de Roraima e Câmara Municipal de Rorainópolis, documentos produzidos entre 2001 e 2018, assim como outros documentos, tais como relatórios de campo, correspondências eletrônicas, entre outros, e que têm relação direta com o processo de luta pela criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, processo em que há dois sujeitos coletivos em oposição: de um lado, os comunitários defensores da criação de uma área protegida e, de outro, deputados, vereadores, senadores, secretários de estado, todos representantes de parte das elites de Roraima que se opõem à criação de quaisquer modalidades de áreas protegidas que, de alguma maneira, possam ameaçar os interesses dessas elites, interesses materializados nos estoques de recursos naturais de alto valor no mercado legal e ilegal, com destaque para os recursos madeireiros e ictiológicos, bem como nas terras públicas supostamente “desocupadas”.

Especificamente, os documentos inicialmente arrolados foram:

1. Processo Administrativo ICMBio No. 02001.004488/2001-59 – criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco – Jauaperi;
2. Relatório final da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados (CPI das Terras Griladas na Amazônia), criada para investigar a ocupação de terras

públicas na Amazônia, publicado no Diário da Câmara dos Deputados – Suplemento, em 27 de dezembro de 2001 (pág. 344-402);

3. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Roraima, criada pela Resolução nº 019/99, proposta pela Comissão de Terras e Assuntos Indígenas, e instalada de acordo com a Resolução nº 020/99, de 06 de maio de 1999;
4. Relatório Final da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos termos do Requerimento nº 22, de 2001- SF;
5. Relatório Final da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Rorainópolis, criada em 1999, para investigar a presença da Associação Amazônia na calha do rio Jauaperi;
6. Correspondências trocadas por membros da Associação Amazônia, organização não governamental que iniciou as conversas com as comunidades sobre a possibilidade de reivindicar a demarcação da área como unidade de conservação de uso comum.

Dito isto, e considerando a produção dos relatos orais, para a realização da pesquisa, faço uso daquilo que a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz chama de relatos orais, técnica de "coleta de material empregada pelos cientistas sociais com tanto sucesso que, por muitos deles, foi encarado como 'a' técnica por excelência" (QUEIROZ, 2008, p. 35).

Queiroz afirma, citando os autores Thomas e Znaniecki (1927), Dollard (1935) e Boas (1942), que:

> Porém, para esses autores, o relato oral se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado: servia, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível (QUEIROZ, 2008, p. 36).

Deste modo, o relato oral se apresenta como a técnica por excelência capaz de auxiliar no sentido de captar aquilo que foi vivido pelos camponeses durante a luta pela criação da unidade de conservação e que não foi registrado, não foi cristalizado em documento escrito, aquilo que ainda não foi dito.

O relato oral é a técnica de obtenção e coleta de dados que se dá por meio de uma relação entre o narrador, aquele detentor de saberes e o pesquisador, aquele que tem o desejo e interesse em obter informações ou esclarecer dúvidas que possui sobre uma dada realidade que não vivenciou.

Como nos indica Maria Isaura Pereira de Queiroz:

> o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e da forma que lhe parece mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pode convir ou não ao pesquisador, o qual tentará então trazer o narrador ao "bom caminho", isto é, ao assunto que estuda (QUEIROZ, 2008, p. 17-8)

Ou seja, o relato oral transmitido pelo narrador é a expressão de sua vontade e disposição de gravar e cristalizar experiências, sem necessariamente se preocupar em resolver os problemas do pesquisador. Cabe ao pesquisador, tanto no processo de transcrição dos relatos quanto na análise do documento produzido, fazer suas digressões, ponderações e avaliações. Este é um processo idêntico ao que realiza quando está diante de uma ata, um documento público ou privado, jornais, pronunciamentos de autoridades, uma fotografia etc.

Ainda que Queiroz trate como sinônimos os termos relato oral e história oral, prefiro usar o termo relato oral para evitar confusões com a técnica metodológica e disciplina desenvolvidas pelos Historiadores Orais (MEIHY, 2007).

Ao optar pelo relato oral, levo em conta a possibilidade de ouvir relatos de homens e mulheres com diferentes características e diferentes papéis desempenhados durante os processos de luta pela criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi. Esses relatos são capazes de revelar aspectos da luta que não estão registrados nos documentos oficiais.

Os relatos orais são colhidos por meio de entrevistas (gravadas em áudio e/ou vídeo) feitas com indivíduos ou grupos de pessoas. Optei por entrevistas individuais, ainda que sobre um mesmo tema. As pessoas entrevistadas são aquelas que têm uma vasta e relevante história como participantes do processo de luta. Isso não significa necessariamente quem participou de todas as etapas de mobilização e luta ao longo dos anos, mas quem tem algo significativo a contar. Neste sentido, a ideia é que as próprias pessoas possam indicar quem teria o que dizer.

É preciso destacar que o relato oral não deve ser confundido com uma entrevista, pois pressupõe a liberdade de o narrador elaborar suas prioridades narrativas, sem ser pressionado por um tempo exíguo ou por um conjunto de perguntas previamente elaboradas pelo pesquisador a partir de uma racionalidade cartesiana. Os relatos orais exigem tempo, podendo se estender por muitas horas e até muitos dias, com a possibilidade de o narrador explorar livremente os temas sugeridos inicialmente pelo pesquisador. A adoção do relato oral considera que o pesquisador deve intervir o menos possível.

Por último, interessa-me narrativas que contemplem os percursos do narrador através do tempo e não apenas depoimentos específicos sem uma ou outra experiência considerada relevante.

No Capítulo 1, discuto a terra e seus recursos como um ambiente socialmente construído e em disputa, onde a luta das comunidades ribeirinhas pelo direito à terra representa uma faceta diferente do conflito fundiário no Brasil e em parte da Amazônia, distinta das análises clássicas das questões agrárias voltadas para a expansão da fronteira agrícola, a penetração capitalista e o deslocamento dos povos indígenas. Para tanto, destaco que a luta pela terra empreendida pelos camponeses moradores do Jauaperi centra-se em manter seus modos tradicionais de uso de recursos e de vida coletiva em equilíbrio com o meio ambiente. Essa luta não é apenas uma questão de apropriação de terras, mas sim uma luta por direitos e identidade, pois os camponeses buscam garantir seu direito à terra e ao uso sustentável dos recursos naturais, que é fundamental para sua sobrevivência e reprodução social, econômica e cultural. Essa luta é influenciada por uma consciência coletiva construída a partir de encontros organizados por moradores, participação em atividades sindicais, religiosas e festivas, e uma compreensão de um direito natural, herdado de Deus, presente na Bíblia. Essa consciência é fundamental para a construção da identidade dos camponeses e para a defesa de seus modos de vida tradicionais. A luta pela terra também é influenciada pela experiência coletiva dos camponeses, que demonstra a importância da preservação da floresta e da manutenção dos espaços naturais.

Já no Capítulo 2, realizo uma análise crítica sobre a questão ambiental em suas dimensões sociais e políticas, examinando a gênese do debate ambiental contemporâneo que surgiu como resultado da crise ambiental no final dos anos 1960. Essa crise ambiental foi marcada por eventos como a poluição do ar e da água, a destruição de habitats naturais e a perda de biodiversidade, que levaram a uma conscientização global sobre a importância da proteção do meio ambiente. A discussão começa com a análise das Conferências Ambientais da ONU, realizadas em Estocolmo, em 1972, e no Rio de Janeiro, em 1992. Essas conferências foram fundamentais para a criação de um marco internacional para a proteção do meio ambiente, estabelecendo princípios e diretrizes para a gestão sustentável dos recursos naturais. Considero ainda as dimensões sociais e políticas que influenciam a gestão dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.

No Capítulo 3, analiso a questão das memórias das lutas populares em defesa dos territórios de uso comum e suas implicações. Para isso, utilizo o depoimento de Daniel Garibotti, que destaca a criação da Associação Amazônia e a mobilização pela proteção de uma área como exemplos de como as populações locais moldam ativamente sua própria história, em vez de serem vítimas passivas de conflitos.

O depoimento de Garibotti revela que as comunidades ribeirinhas do Jauaperi possuem uma forte consciência coletiva e, em alguma medida, uma compreensão de seus direitos sobre a terra, a floresta e os recursos naturais. Essa consciência foi construída através de encontros comunitários, atividades sindicais, práticas religiosas e celebrações culturais.

Em vez de serem meros espectadores dos conflitos fundiários, os moradores do Jauaperi se engajaram ativamente na luta pela criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, em 2018. Essa luta representa uma faceta diferente do conflito pela terra na Amazônia, distinta das análises clássicas focadas na expansão da fronteira agrícola, a penetração do capital e o deslocamento de povos indígenas. Nesse sentido, a análise das memórias das lutas populares no Jauaperi revela que essas comunidades não são meras vítimas passivas dos conflitos, mas sim agentes ativos na construção de sua própria história. Apesar da resistência das elites de Roraima, que possuem maior capital econômico e político, os moradores do Jauaperi conseguiram mobilizar-se e defender seus territórios de uso comum.

No Capítulo 4, analiso a percepção dos moradores do Jauaperi em relação à criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi. Nessa análise, discuto o comportamento das elites de Roraima na tentativa de impedir a criação da reserva, demonstrando a existência de conflitos de interesses entre as comunidades locais e os grupos econômicos e políticos dominantes. Essa disputa revela a complexidade da luta pela terra e pelos recursos naturais na região. Examino as percepções e considerações de entrevistados-chave, como Tabaco, Dora e Amélia. Esses entrevistados foram selecionados por representarem diferentes entendimentos sobre a realidade histórica do Jauaperi, mas, ao mesmo tempo, possuírem experiências genuínas que podem lançar luz sobre o que é fundamental e essencial para as comunidades que tanto lutaram pela manutenção do seu modo de vida.

CAPÍTULO 1

A TERRA, A FLORESTA, OS RIOS E LAGOS ENQUANTO LUGARES DE RELAÇÕES DE TRABALHO, DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA

O objetivo deste capítulo é identificar e caracterizar os moradores do rio Jauaperi, analisando os costumes e modos de vida dos sujeitos, enfatizando memórias e experiências, práticas sociais e atividades comunitárias, atividades econômicas e formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

Para isso, apresento a terra, a floresta, contextualizando-os como lugares de trabalho, organização social e construção de identidade coletiva por parte das comunidades camponesas do rio Jauaperi, divisor dos estados de Roraima e Amazonas, um importante afluente do rio Negro, localizado na região norte do Brasil, sendo que a sua foz dista cerca de 280 km de Manaus. Apesar de sua relevância socioeconômica, histórica e antropológica, o Jauaperi é pouco estudado pelas ciências sociais.

A área do Jauaperi é ocupada há décadas por camponeses conhecidos como caboclos ou ribeirinhos e eles não estão sozinhos. Além dos camponeses, a região também é habitada pelo povo indígena Waimiri-Atroari, que ocupam a região há tempos imemoriais, tendo sofrido duros ataques que quase os levaram à extinção no passado, o último dos ataques foi perpetrado pelo Exército Brasileiro, durante a Ditadura Militar.

A discussão sobre a questão agrária e a luta pela Terra é centralizada na proposição de reforma agrária, diferenciando-se da luta dos povos tradicionais e populações camponesas que reivindicam um território que é, ao mesmo tempo, lugar de vida, de existência, de reprodução social, cultural e econômica.

Para compreender melhor a ocupação da área do Rio Jauaperi, é fundamental utilizar ferramentas metodológicas que permitam a produção do saber e do conhecimento. Nesse sentido, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma ferramenta importante, pois permite a visualização de um tema utilizando materiais locais e a participação ativa dos moradores das comunidades.

Os etnomapas, produzidos coletivamente, sob minha coordenação, são um exemplo disso. Eles revelam o domínio e o uso comunal de espécies de animais e produtos madeireiros

e não madeireiros de importância para o uso local. Essas informações são essenciais para compreender a ocupação da área do Rio Jauaperi e a luta pela terra.

1.1 O rio comanda a vida?[3] Jauaperi, o rio e a região

O rio Jauaperi é um rio como tantos outros rios amazônicos. Porém, o Jauaperi é mais do que um rio, é uma região, é um lugar, é um espaço social historicamente ocupado por mulheres e homens que o produzem em suas histórias. Histórias que são constituídas de forma ambígua: de um lado, por dores, destruições, violências e genocídio; por outro lado, há também vidas plenas, lutas e esperança.

O rio nasce ao sul de Roraima, no município de Caroebe, segue em direção ao Amazonas, cruza a rodovia BR-174 na altura do município de Rorainópolis, entra na Terra Indígena Waimiri-Atroari, servindo como divisor natural entre Roraima e Amazonas, desaguando no rio Negro, próximo ao distrito de Moura, Barcelos (AM). A região fica abaixo da linha do Equador, com um regime hidrológico definido por um período de cheia nos meses de abril a setembro, atingindo o pico no mês de junho, e por um período seco nos meses de outubro a março. O Jauaperi tem a sua navegação regida pelo regime pluviométrico, sendo possível sua navegação durante todo o ano; porém, a navegação nos baixos cursos restringe-se ao período chuvoso. Na época de seca, o rio apresenta inúmeras ilhas e água bem limpa, localmente chamada de águas verdes ou pardas.

O acesso à região dá-se a partir de Manaus (AM) por via fluvial, onde se percorre o rio Negro até a foz do rio Jauaperi, "porta de entrada" da reserva. Este percurso, em um barco regional, é feito em cerca de 20 a 30 horas. Ainda por Manaus, é possível percorrer por rodovia pavimentada até a sede do município de Novo Airão, localizada na margem direita do rio Negro, a 170 km de Manaus. De Novo Airão, segue-se de barco pelo Negro até a foz do rio Jauaperi; este trecho pode ser percorrido em cerca de 16 horas em um barco regional. Já a partir de Boa Vista (RR), é possível percorrer os 180 km da BR-174 até o município de Caracaraí (RR) e, dali, pelo rio Branco, seguir em barco regional por cerca de 35 horas de viagem até o limite da área, próximo da comunidade Santa Maria Velha.

Não é demais salientar que esses tempos náuticos são apenas referências, na medida em que podem sofrer importantes modificações em decorrência de fortes chuvas e dos ciclos

3 Em referência ao livro de Leandro Tocantins: TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Manaus: Valer, 1968.

das cheias e vazantes dos rios. A potência dos motores das embarcações também pode interferir no tempo gasto em cada viagem.

A começar pela problematização dessa história, a sua localização e ocupação são pontos centrais. Segundo depoimentos de antigos moradores, a formação atual, o uso e a ocupação da área das comunidades do rio Jauaperi datam dos anos setenta do século XX e decorrem da prática de caça de animais silvestres por conta da demanda por suas peles, combinado com o extrativismo de produtos madeireiros e não madeireiros: o látex, balata, sorva, andiroba, copaíba, cipó etc. É importante frisar a histórica presença indígena nas áreas em questão, com destaque para o fato de que a RESEX é vizinha da Terra Indígena Waimiri-Atroari.

Assim, considerando a enorme importância da floresta amazônica para a sustentabilidade da região e do planeta e, consequentemente, o seu grande potencial para o desenvolvimento econômico da região, os diversos grupos sociais envolvidos no presente processo reconhecem mais de 80% do bioma como "áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade" (BRASIL, 2007, p. 29). As áreas priorizadas refletem preocupações com a biodiversidade, a sustentabilidade social, o desenvolvimento econômico e a manutenção dos serviços ambientais e incluem a recomendação de ações que vão bem além da criação de áreas protegidas.

A região em questão apresenta-se em condições ambientais bem preservadas, ainda que algumas áreas estejam sendo prejudicadas pelas atividades de pesca comercial desregrada, extração ilegal de madeira e captura de tartarugas. A área em tela, assim como a Terra Indígena Waimiri-Atroari (vizinha), são detentoras de uma beleza cênica particular, decorrente da importante e relevante biodiversidade, com a presença de inúmeras espécies de fauna endêmica em perigo de extinção, tais como gavião-real, onça-pintada e peixe-boi. A luta pela criação da RESEX não foi o bastante para garantir a sua efetivação. Os autores Luís Patriani e Octávio Ferraz afirmam:

> Quatro anos depois de sua homologação pelo Ministério do Meio Ambiente, porém, a última Unidade de Conservação constituída na Amazônia ainda não saiu do papel e se deteriora junto com a confiança dos ribeirinhos na efetividade da lei. A área de 581.173 hectares (quase quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo) sequer tem constituído ainda seu conselho deliberativo, cuja atribuição principal é aprovar o plano de manejo. Previsto na Lei 9985, o documento é essencial para estabelecer o conjunto de medidas e projetos que a comunidade entende como adequados para o uso sustentável dos recursos naturais da Resex (PATRIANI; FERRAZ, 2022).

Deste modo, é importante enfatizar que a área objeto deste estudo se encontra entre as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade definidas pelo PROBIO – Projeto

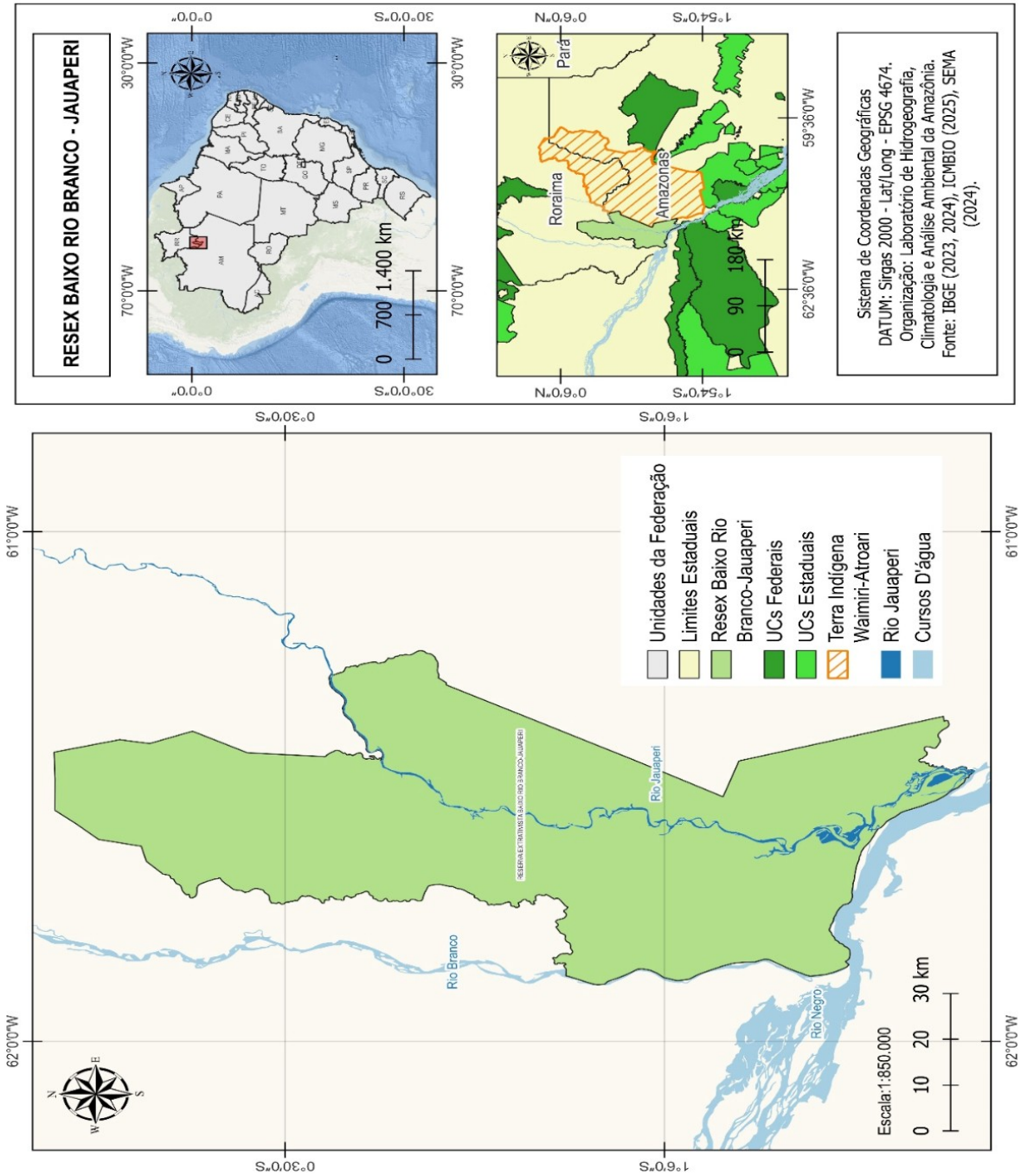
Conservação e Utilização da Diversidade Biológica Brasileira – do governo brasileiro, cuja finalidade, dentre outras, é a definição de áreas prioritárias da Amazônia que possam orientar estratégias de conservação da biodiversidade e criação de áreas protegidas, como é o caso da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi.

Até 2018, para o Ministério do Meio Ambiente, a criação de Unidades de Conservação se configurava como uma das medidas centrais para a proteção do bioma amazônico. É preciso ser dito que, a partir do início do ano de 2019, quando o Sr. Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal, assumiu a Presidência da República, o Brasil vivenciou um período de desmonte das suas estruturas governamentais, e as estruturas ambientais foram as primeiras a sofrerem forte impacto, com suspensão de processos de criação de Unidades de Conservação, revogações de instrumentos legais, proibições de ações de fiscalização ambiental e afastamento de servidores públicos encarregados de acompanhamento e monitoramento ambiental, em particular dos biomas Cerrado e Amazônico (RODRIGUES, 2022).

Em uma reunião interministerial, com a presença do Presidente da República, realizada em 22 de abril de 2020, a sociedade brasileira testemunhou a fala do então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que defendeu: “é hora de aproveitar que os olhos da imprensa estavam voltados para o coronavírus para ir passando a boiada e mudando o regramento”, uma clara manifestação palaciana para que, enquanto o Brasil passava pela Pandemia da Covid-19, o governo criasse todas as condições para garantir a aceleração do avanço do capital sobre a floresta e o cerrado (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023).

Na página seguinte apresento a Figura 1, a qual demonstra a área de localização da reserva.

Figura 1 – Imagem da localização da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi



Fonte: Laboratório Dabacuri, UFAM, 2024.

Embora haja conflitos e ataques na região, as boas condições ambientais para a permanência e preservação ainda se mantêm e podem ser constatadas a partir das figuras abaixo, que são representações gráficas de etnomapas produzidos pelos moradores das

comunidades Xixuaú, localizada no igarapé de mesmo nome, e Samaúma e Gaspar-Barreira Branca, localizadas no rio Jauaperi.

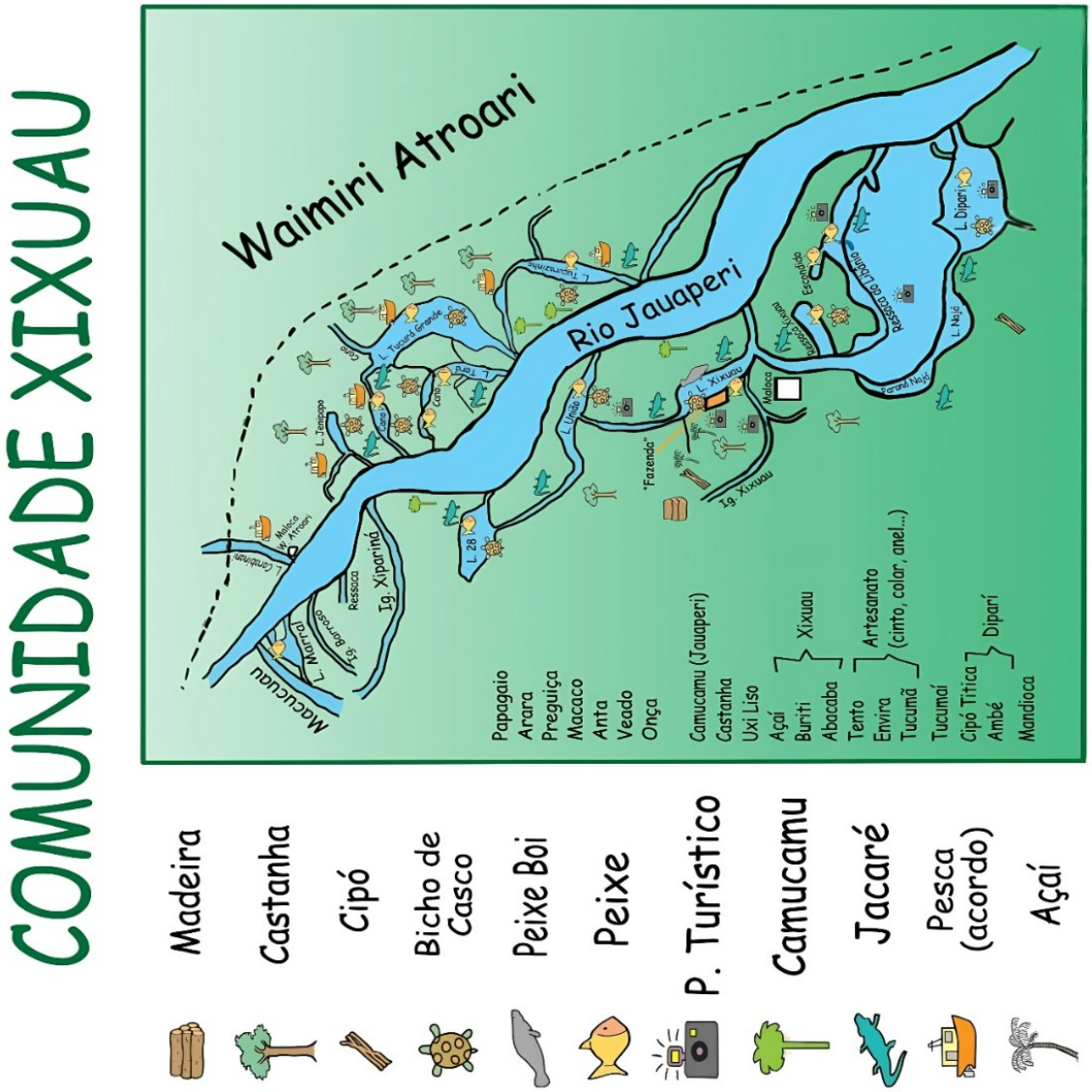
O uso do etnomapa neste estudo é justificado por ser uma ferramenta metodológica do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP é uma metodologia de pesquisa participativa destinada a comunidades rurais com baixa escolaridade, privilegiando a produção coletiva e a participação de todos os membros da comunidade, independentemente de gênero ou idade. Utilizando ferramentas como o Etnomapa, o Diagrama de Venn e a Linha do Tempo, o DRP permite que as comunidades elaborem diagnósticos de suas realidades socioeconômicas, políticas, ambientais e educacionais. Esses diagnósticos servem de base para a formulação de demandas públicas, planos de desenvolvimento local, projetos de autogestão e planejamento. Cada etnomapa é único, na medida em que expressa uma dada realidade temporal e socioespacial. Para Verdejo,

> Cuando se hace una investigación utilizando cuestionarios, quien investiga apunta lo que el entrevistado ha dicho en su cuestionario y se apropia de las palabras. De esta forma la información dada ya no está bajo control del entrevistado. De acuerdo con la perspectiva central del DRP, "de abajo para arriba", se trata de utilizar medios que no se basan principalmente en explicaciones verbales y escritas sino, más bien en la visualización de un tema utilizando con preferencia materiales locales. Generalmente se elaboran en conjunto mapas, diagramas o modelos que reflejan los temas y las discusiones respectivas. De esta manera, todos/as tienen la oportunidad de involucrarse activamente en el proceso: dar sus propios criterios, cambiar el dibujo y poner énfasis en ciertos campos problemáticos. Ya se sabe, una imagen vale mil palabras (VERDEJO, 2006, p.17).

Os etnomapas apresentados nas páginas seguintes – figuras 2 a 6, nas páginas seguintes - foram elaborados pelos moradores das comunidades, a partir de perguntas que formulei sobre quais os recursos naturais mais utilizados pelos comunitários, onde os recursos são obtidos, quais as quantidades estimadas e seus usos.

À medida que as respostas foram aparecendo, os moradores foram orientados a espacializar aquelas informações e, quando um ou outro morador o fazia, outros tantos validavam essas informações e, vez ou outra, criticavam certos aspectos das mesmas, que eram então finalmente validadas por todos.

Figura 2 – Etnomapa da Comunidade Xixuaú



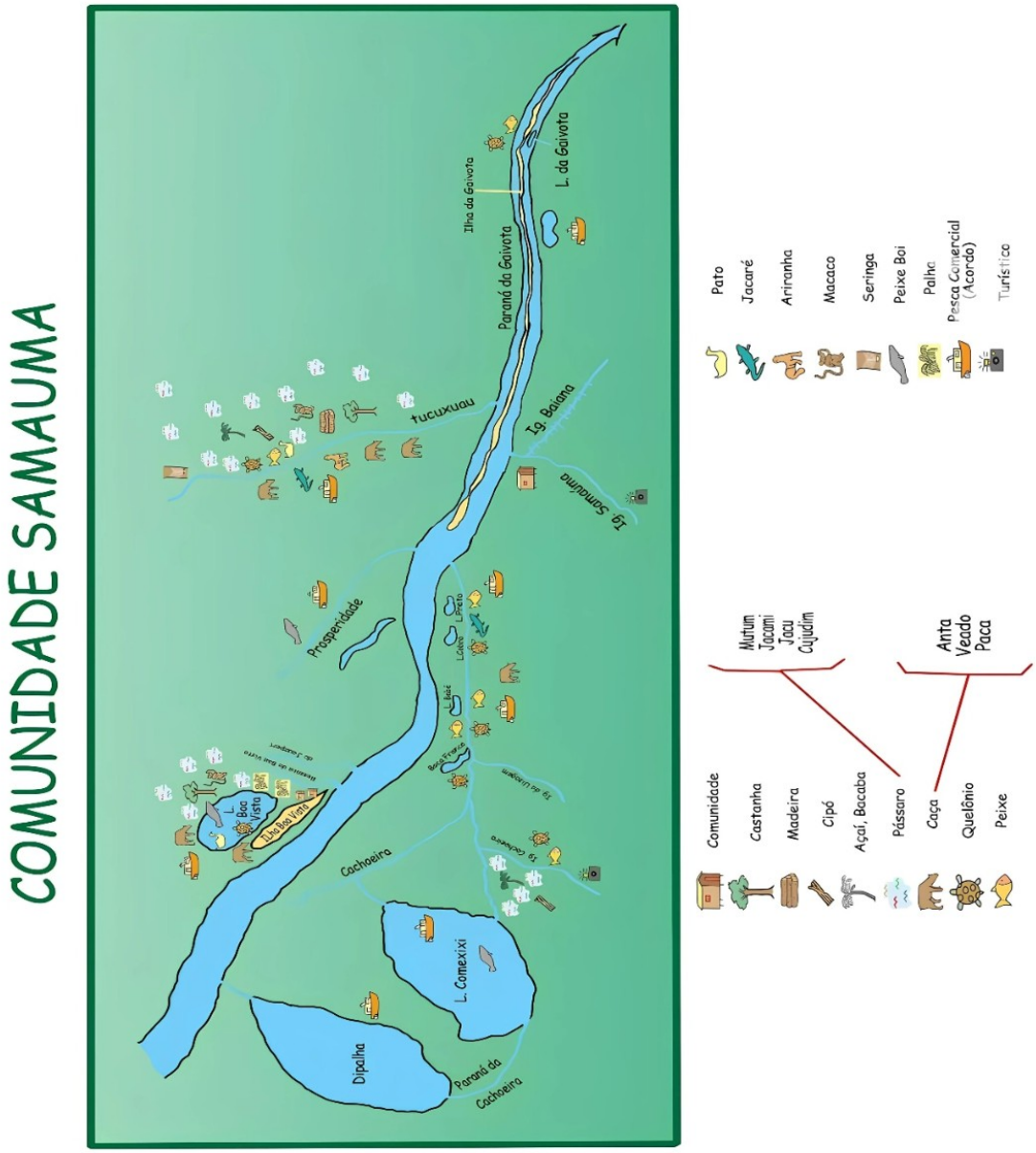
Fonte: produzido pela comunidade com a mediação do autor, 2008.

A Figura 2, acima, resultado do trabalho da Comunidade Xixuaú, revela o domínio e "uso comunal" de espécies de animais de relevante importância para os turistas, interessados na observação de animais em seu *habitat*. Observa-se ainda a presença de produtos madeireiros e não madeireiros de importância para o uso local, na construção de casas e embarcações, bem como na produção de artesanatos e instrumentos de pesca e caça. Nota-se uma peculiaridade: a maior parte dos itens identificados e arrolados pelos moradores não é

encontrada predominantemente em terra firme, o que sugere maior domínio comunal das áreas de florestas, sem excluir o uso de itens encontrados na várzea.

A figura 3, abaixo, elaborada pela Comunidade Samaúma, destaca itens encontrados predominantemente na várzea.

Figura 3 – Etnomapa da Comunidade Samaúma



Fonte: produzido pela comunidade com a mediação do autor, 2008.

Nota-se, ainda, na Figura 3, que alguns itens estão presentes também em áreas de floresta, sugerindo maior domínio comunitário das áreas alagadas ou de várzea baixa, embora também façam uso de produtos da floresta de terra firme.

Deste modo, o resultado é a criação de mapas ricos em informações sobre a área efetiva de uso de cada comunidade, os produtos da floresta e dos rios mais utilizados e de que modo são utilizados. Os etnomapas indicam com clareza e detalhamento o quanto as áreas das comunidades são ecologicamente abundantes, indicando a efetiva necessidade de criação de uma unidade de conservação capaz de proteger os recursos e o modo de vida comunal.

Embora seja um divisor natural de dois estados importantes da região norte e um dos principais afluentes do rio Negro, margem esquerda, e considerando que a sua foz está a aproximadamente 260 km de Manaus e, por fim, considerando a sua importância socioeconômica, histórica e antropológica, é de se estranhar que o Jauaperi seja um rio pouco estudado pelas ciências sociais, em particular pela sociologia, história e antropologia.

Como exemplo do que estou apontando, em julho de 2022 fiz uma busca pelo termo Jauapery, com y, na plataforma "Periódicos Capes", o que resultou em apenas sete artigos, todos referentes aos índios Waimiri-Atroari, cuja terra faz limite com a RESEX. Alterando a busca para Jauaperi, com i, o resultado é mais expressivo, trazendo cinquenta e nove registros, dos quais trinta e oito têm como assunto principal ciência & tecnologia, e trinta e cinco têm como assunto central ciências da vida & biomedicina. Apenas sete documentos têm como assunto principal as humanidades, todos publicados há mais de vinte anos. Claro que não estou sugerindo que não existam estudos realizados na área de interesse da minha pesquisa; eles existem e posso indicar alguns deles: A resistência Waimiri-Atroari frente ao indigenismo de resistência de Stephen Grant Baines (1996), Catequização e pacificação na Província do Amazonas: as viagens de Antonio de Macedo Costa e João Barbosa Rodrigues, de Irma Rizzini (2018), e O governo dos índios sob a gestão do SPI, em História dos índios no Brasil, de Antônio Carlos Lima (1992).

Recentemente, encontrei o artigo O Rio Jauaperi e o viver nos Sertões Amazônicos, de João Barbosa Rodrigues (1883), do historiador Francisco Alves Nunes, publicado em dezembro de 2022. Destaco esse artigo pelo seu teor. No artigo, Nunes (2022) enfatiza que Barbosa Rodrigues apresentou uma descrição da região do rio Jauaperi e das populações que vivem em seus arredores. Para o autor, Barbosa Rodrigues salientou a importância do rio Jauaperi para a vida das comunidades locais, que dependiam dele para pesca, transporte e irrigação de suas plantações. Essa leitura que Nunes faz da obra de Barbosa Rodrigues acaba por invisibilizar a existência dos Waimiri-Atroari e, sobretudo, os processos de invasão do território que provocaram violência, causando inclusive um massacre contra os indígenas. É como se Barbosa Rodrigues não tivesse escrito nada sobre a existência de um povo e sua eliminação pelo Estado, personificado pelos Presidentes de Província.

Essa peculiaridade do Jauaperi indica que os poucos estudos acadêmicos recentes sobre a região seriam suficientes para despertar o interesse em realizar pesquisas sociológicas, antropológicas e historiográficas na área, especialmente focadas em seu povo: camponeses e indígenas.

1.2 Entre flechas e enxadas: os indígenas e camponeses da região

> E a culpa inteira de uma tal calamidade cabe aos governantes que, permitindo- a, colocam-se abaixo dos seus encargos. Por mais que se ponha diante dos seus olhos o sofrimento dos índios, eles não vêem (BANDEIRA, 2009, p.78)

Desde que cheguei ao Amazonas, vindo de São Paulo, ainda nos anos 90 do século passado, tive contato com estudiosos e pesquisadores, especialmente com o antropólogo, professor da Universidade Federal do Amazonas, Lino João de Oliveira Neves e o filósofo, teólogo e indigenista Egydio Schwade. Eles sempre falaram e tiveram em suas preocupações a questão dos estudos indígenas; no caso do Egydio Schwade a preocupação principal era com os índios Waimiri-Atroari, cujo território se limita ao norte exatamente com o rio Jauaperi.

Em 1993, fiz uma das primeiras viagens pelo interior do Amazonas, visitando exatamente a calha do rio Jauaperi, despertando meu interesse acadêmico em relação à região, ao povo que vive ali e, por desdobramento, ao povo que ali viveu. Assim, foram os colegas pesquisadores Lino João e Egydio Schwade que primeiro despertaram em mim os problemas históricos em relação à ocupação do Jauaperi e os conflitos. A partir de uma demanda específica já relatada acima, entendi que a questão do conflito pela terra e contra os moradores que ali vivem poderiam ser um tema interessante para investigação. Entre os povos que vivem na localidade, destacamos a presença dos Waimiri-Atroari e dos camponeses que são objeto de nossa investigação e análise nesse momento.

1.2.1 Os Waimiri-Atroari: habitantes da região

Os índios Waimiri-Atroari, autodenominados Kiña, são ocupantes da calha do rio Jauaperi há tempos imemoriais e sofreram duros e cruéis ataques que quase os levaram à extinção. Quem nos ajuda a compreender o que ocorreu com os habitantes do rio Jauaperi na virada do século XIX para o XX é o naturalista, botânico e viajante João Barbosa Rodrigues.

A partir de viagens ao Jauaperi em 1883, João Barbosa Rodrigues elaborou uma análise detalhada da região do rio Jauaperi e das comunidades que ali residem. Rodrigues

enfatiza a relevância do rio para a existência material e cultural dessas comunidades. O estudo elaborado por Rodrigues, "Rio Jauapery: Pacificação dos Crichaná", publicado em 1885, destaca a inter-relação das populações amazônicas com os rios, sublinhando a importância desses recursos hídricos para a sobrevivência material e cultural dessas comunidades, que dependem da pesca e da agricultura para sua subsistência.

Mas a relevância da obra de Rodrigues vai além dos aspectos botânicos, como poderá ser visto abaixo. No início do século XIX, o Governo da Província do Amazonas promoveu uma série de incursões armadas na região do rio Jauaperi com o claro e explícito propósito de atacar as populações indígenas, subjugando-as como escravos, servos ou simplesmente assassinando-as. Para isso, diferentes governadores determinaram que comandantes militares navegassem pelo Jauaperi com tropas constituídas por soldados brancos, com a tarefa de atacar os índios da região, ainda que em muitos dos despachos indicassem que os comandantes das expedições tentassem conversar com os indígenas, com a perspectiva de integrá-los (como escravos ou servos). Essas incursões promovidas pelos Governos Provinciais estão relacionadas com os processos de exploração dos recursos florestais abundantes e demandados pelas incursões que os governos do Amazonas empreenderam. Pelo menos duas resultaram em chacinas, uma em 1856 e outra em 1905.

Em relação à região do Jauaperi, Alípio Bandeira afirma que nas primeiras expedições quase nada ocorreu de relevante, salvo a identificação de rastros indicativos da presença indígena: “As primeiras entradas de civilizados fizeram-se naturalmente pelos grandes rios, de sorte que ficaram esses índios durante mais de duzentos anos resguardados de tais invasões no seu retiro” (BANDEIRA, 2009, p.19).

O autor segue historiando:

> Em princípio do século XIX (os indígenas) começaram a sofrer incursões dos exploradores, mas eram ainda bastante fortes para contê-los a distância, causando-lhes mais danos do que sofriam. Dessas pugnas, sempre rápidas e encarniçadas, correram vozes que conferiram aos habitantes do Jauapery os foros de crueldade e perfídia, com que, à semelhança dos seus irmãos Parintintins, dos altos afluentes do Madeira, foram conservando a inviolabilidade dos seus lares (BANDEIRA, 2009, p. 19).

Em outras palavras, os Jauapery ou Crichanás, como foram denominados ainda no final do século XIX, indígenas do Jauaperi, hoje conhecidos como Waimiri-Atroari e autodenominados Kiña, nas primeiras tentativas de invasão de suas terras, não só foram capazes de repelir as expedições invasoras, como também conquistaram alguma “fama de

bravos e arredios", fama que persiste até hoje. No entanto, não foram fortes o bastante para resistir aos repetidos ataques. Bandeira relata que:

> … em 1855, em busca de caminho terrestre para os campos do rio Branco, mandou o governo do Amazonas ao capitão Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães que o procurasse pelo Jauapery, cujas cabeceiras supunha estarem perto daqueles campos.
> O capitão, com uma numerosa comitiva, composta de 43 homens, subiu durante 45 dias o Jauapery e um seu afluente, que denominou Miranda, encontrou diversas vezes sinais e vestígios de índios, mas não viu um só, nem foi jamais incomodado. O mesmo se deu na volta.
> O resultado dessa expedição foi nulo para o fim projetado, e desastroso para a paz dos índios. Já no ano seguinte Manoel Pereira de Vasconcellos, a mando do presidente João Pedro Dias Vieira e sob pretexto de catequese, entrou no Jauapery com 50 guardas nacionais armados, e, depois de matar e saquear quanto pôde, ateou fogo à maloca salteada. Em janeiro de 1873 uma grande força mandada pelo governo do Amazonas como represália ao assalto de Moura fez entre os índios uma terrível matança que se prolongou intermitentemente e em pequena escala por todo o ano de 1874. (BANDEIRA, 2009, p. 20)

Como se pode ver, a intenção do Governo Provincial era nítida desde o primeiro instante: invadir as terras e assassinar o povo que ali vivia; ou alguém poderia acreditar que o Presidente da Província, João Pedro Dias Vieira, tinha mesmo a pretensão de "catequizar" os indígenas enviando cinquenta guardas armados, os quais mataram e saquearam sem qualquer piedade.

Em 1905, novas expedições entraram no Jauaperi, as primeiras duas ou três vezes coordenadas por religiosos. Segundo Bandeira:

> O missionário da primeira parece que cuidava mais das fraquezas humanas do que das coisas celestiais, isto explica o fato de se ter 'encantado' juntamente com a sua lavadeira. Os frades chefes da segunda e da terceira tinham evidentemente mais jeito para bandoleiros do que para evangelizadores. Suas missões duraram apenas o tempo necessário para chegarem ao meio do rio e descarregarem sobre os selvagens as armas que conduziam. (BANDEIRA, 2009, p. 22)

Para o autor, aqueles índios tão perseguidos e maltratados foram "mortos por ambiciosa concorrência, por inútil malvadez e até por simples covardia do civilizado, mas em todos esses casos, para o público ou para a história, os criminosos e bárbaros, os ferozes eram sempre eles" (BANDEIRA, 2009, p. 22).

Alípio Bandeira segue como um narrador de uma tragédia de múltiplos atos. Diz o autor que o Governador Constantino Nery autorizou que uma nova expedição militar partisse para o Jauaperi com a missão de "dar um exemplo". Assim, anuncia Bandeira (BANDEIRA, 2009, p. 44):

> Mais uma vez a mentalidade dos governantes ficou abaixo da dos selvagens, e mais uma vez encontrou-se o mandatário execrável que ficasse acima de sua hedionda tarefa. Esse instrumento da malvada estupidez política foi o capitão de polícia Julio Olympio da Rocha Catingueira. Aportando em Moura, esse homem obteve da família Horta que lhe desse por guia o jovem Manoel, tomado em criança aos silvícolas do Jauapery e, com este, duas vezes pérfido, auxílio conseguiu descobrir e assolar as malocas mais próximas. Ou seja, além da decisão de empreender uma expedição movida por crueldade estupida, o capitão Olympio busca por um jovem indígena sequestrado ainda criança, com a tarefa maldita de guiá-los até as terras dos seus parentes, não há maldade maior. Depois de citar a manifestação de um "jornal contemporâneo, de Manaus", que explicita sua indignação frente a tamanha crueldade comandada pelo capitão Julio Olympio, como se precisasse dar mais provas da verdade relatada, o autor descreve: "E, para que se veja que não há exagero na vibrante apreciação do jornalista aqui se transcreve a fria narração do naturalista alemão Kock-Grünberg. Diz ele": O governo lançou mão de seu antigo processo condenável. Enviou uma expedição disciplinar (Strafexpedition) contra os "rebeldes", composta de 50 soldados de policia, sob o comando de dois oficiaes que, segundo informações, infelizmente fidedignas, praticaram as mais infames crueldades e mataram 300 individuos sem olhar sexo nem idade! Quando se ouve que nessa ocasião indios em grande numero foram trancados em uma habitação e queimados vivos pelos deshumanos "civilizados" tem-se a sensação de se haver retrogradado aos peiores tempos da conquista."

Mas afinal, qual o sentido de tanta violência contra povos originários? Por que os indígenas Jauaperi foram sistematicamente atacados e mortos? A resposta óbvia é: assassinaram os índios para invadir suas terras e roubar as riquezas existentes. O sertanista Bandeira esclarece:

> Foi assim que se introduziram no Jauapery, primeiro o engenheiro Antonio Crespo de Castro, com títulos definitivos de dois grandes lotes e títulos provisórios de três outros, e em seguida o agrimensor Epaminondas Gagliardi, com quatro lotes mais modestos. Ficaram os índios encurralados em uma nesga de terra que mal dava para um roçado e, como era natural, foram surgindo inconvenientes da vizinhança de que estavam cercados. O inspetor teve de mudar o posto, indo fundar um novo estabelecimento em Maháua, muito acima de Tauacuera. A invasão continuou, porém. Em outubro de 1921, Simplicio Coelho de Rezende Rubim, aproveitando a circunstância de ser governador do Estado o seu tio desembargador Rego Monteiro, associou-se a outros indivíduos para a exploração de castanhas e requereu grandes lotes, cujos autos em maio deste ano estavam na Seção de Terras para conferência. Entraram assim no rio, justamente na sua melhor parte, além de Simplicio, Bezerra & Irmão, Gregório Horta, José Francisco Soares Sobrinho, Guilherme Baird e outros (BANDEIRA, 2009, p. 72).

Como indiquei acima, não se pretende aqui fazer uma discussão aprofundada sobre a questão indígena, mas apenas situar a luta pela terra pelas comunidades ribeirinhas do Jauaperi, de modo a dar alguma visibilidade à existência dos Waimiri-Atroari.

Embora o meu interesse neste momento não seja a questão indígena ou os recorrentes ataques criminosos contra os Waimiri-Atroari, é imperativo que algo seja dito e denunciado, considerando que os ataques não cessaram até meados dos anos 1980.

O indigenista Egydio Schwade, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), falando sobre a violência contra os Waimiri-Atroari durante a Ditadura Militar (1964–1985), afirma:

> Mas, menos de dois anos depois, minha esposa e eu assumimos o trabalho com a comunidade Waimiri e fizemos a primeira alfabetização na língua desse povo, e eles começaram, espontaneamente, a revelar que mais de dois mil índios foram mortos durante a ditadura militar. Como a Funai estava envolvida com as mortes, a nova política indigenista passou para uma empresa que também estava interessada em ocultar os fatos, e a mudança na política indigenista parou por aí (SCHWADE, 2014).

O livro "A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari", publicado em agosto de 2014 pelo Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, coordenado por Egydio Schwade, é um contundente documento que explicita as bárbaras e covardes violências a que foram submetidos os Waimiri-Atroari, autodenominados Kiña:

> No momento em que a sociedade anima o Governo na busca dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar e dos crimes cometidos contra a sociedade, não podemos esquecer os mais duramente atingidos durante este período, nessa região amazônica: os indígenas…. Oferecemos aqui documentação sobre o que ocorreu aos Kiña ou Waimiri-Atroari, povo que habitava até 1967 a região entre Manaus (AM) e Caracaraí (RR), ou seja, do vale do rio Urubu rumo ao Norte, passando pelos rios Uatumã, Curiuaú, Camanaú, Alalaú e adentrando Roraima até o rio Jauapery e Anauá, em direção à Guiana (SCHWADE, 2014, p. 19-20).

Ainda a respeito do tema, o relatório da Comissão Estadual de Direito à Verdade afirma:

> A respeito do massacre dos Waimiri-Atroari pelos militares, apesar de tão recente e tão próximo a Manaus (entre 100 e 350 km), a opinião pública tem menos informações e descrições do ocorrido, do que dos massacres acontecidos aos mesmos índios há 150 anos. Isto porque, apesar de farta documentação existente, que comprova o exercício de política genocida, instalou-se junto aos povos Waimiri-Atroari um programa de controle da informação que mantém afastados os indigenistas, cientistas e jornalistas independentes, ou seja, sem vinculação com os interesses empresariais no território indígena (SCHWADE, 2014, p. 20-1)

Mais uma vez, é preciso destacar que esse trabalho não tem a pretensão de realizar uma análise e estudo detalhado sobre a questão indígena ou sobre a presença histórica dos

Waimiri-Atroari na região. O que fiz acima foi uma espécie de comentário entre parênteses. E isto tem um sentido de coerência acadêmica. Explico: durante a minha graduação, em meados dos anos 1980, assisti à apresentação de um trabalho acadêmico bastante robusto e inédito que buscava analisar os processos migratórios sazonais de trabalhadores rurais da região conhecida como vale do rio Jequitinhonha, localizada entre o norte de Minas Gerais e o sul da Bahia. A professora autora do estudo apresentou um belíssimo trabalho etnofotográfico em que se valeu de fotografias diapositivas (slides) em preto e branco quando tratou do cotidiano daqueles homens em suas comunidades, suas famílias em um cotidiano de carestia, fome e desemprego.

Quando aqueles homens migravam para o estado de São Paulo para trabalhar como bóias-frias na colheita de cana e laranja, um tempo de expectativas de fartura, de recebimento de salários e boas perspectivas de futuro, a pesquisadora os retratou em um dispositivo colorido. E, ao retratar aqueles homens ao regressarem para suas casas, para suas famílias, sem dinheiro, sem qualquer esperança, novamente foi usado como preto e branco.

Ao longo do trabalho, a socióloga e professora universitária falou sobre o sofrimento daqueles homens e suas famílias, falou do modo como foram maltratados em terra estranha, inclusive por trabalhadores rurais paulistas que os viam como invasores do campo de trabalho, o que fazia com que a oferta de emprego e o valor pago pelos patrões fossem achatados.

O que a pesquisadora não fez foi se dar ao trabalho de fazer um parêntese para comentar sobre um fator preponderante: aqueles trabalhadores rurais e suas famílias eram todos negros, moradores de uma das regiões com predominante presença negra. A pesquisadora não tinha a obrigação de realizar um estudo que levasse em conta a questão étnica, mas ao não abrir um parêntese para falar da existência daquelas centenas de pessoas negras, ela cometeu, a meu ver, um equívoco metodológico.

De outro modo, a pesquisadora cometeu aquilo que a antropologia (BOAS, 2004) chama de "*bias*", ou seja, viés. Em antropologia, *"bias"* se refere a preconceitos ou distorções que podem surgir durante a coleta, análise e interpretação de dados, que tendem a interferir no resultado da pesquisa. Em outras palavras, são desvios produzidos a partir de fatores como a cultura, a experiência pessoal e a posição de classe social do pesquisador. Ao trazer os Waimiri-Atroari para dentro da minha tese, espero não cometer o mesmo desvio que aquela professora cometeu décadas atrás.

1.2.2 Considerações sobre o camponês

A área do Jauaperi apresentada anteriormente, resultante de processos de expulsão de indígenas, tem sido ocupada há décadas por camponeses que, na Amazônia, são conhecidos tanto como caboclos quanto ribeirinhos. A definição conceitual empregada para identificar esses homens e mulheres tem estimulado um debate importante. Neste debate, o sociólogo José de Souza Martins nos ajuda a compreender quem é esse sujeito coletivo. O autor, em seu livro “Os Camponeses e a Política no Brasil” (MARTINS, 1993), faz referência às palavras "camponês" e "campesinato" como sendo “palavras recentes no vocabulário brasileiro”, introduzidas pelas esquerdas nas décadas de 1960 e 1970. Para Martins, o termo "camponês" é uma redução para um grupo de termos ricos em seus sentidos locais, tais como caboclo, caipira, caiçara e tabaréu. Do mesmo modo, o termo "proprietário de terras" ou "proprietário rural" tem sido utilizado como uma redução simplista para fazendeiro, estancieiro, senhor de engenho, seringalista e patrão. Os termos "camponês" e "fazendeiro" reduziram a modelos esquemáticos conceitos extremamente ricos e cheios de especificidades. Vejamos o que escreve Martins:

> As palavras "camponês" e "campesinato" são das mais recentes no vocabulário brasileiro, ai chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinqüenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. Famoso tornou-se o caipira, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado de caiçara. No Nordeste do país, chamam-no de tabaréu. Noutras partes é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e no Centro-Oeste do país é palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador (MARTINS, 1993, p. 21-2).

Martins chama atenção para o caráter preconceituoso e discriminatório atribuído ao termo "caboclo":

> São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também

> "preguiçoso", que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas (MARTINS, 1993, p. 22).

O autor segue em sua análise, destacando o fato de o termo "caboclo" sofrer um processo de esquecimento e desuso devido ao caráter preconceituoso apontado anteriormente, e destaca:

> Isso talvez explique por que essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, encontrando um último refúgio nos dicionários dos folcloristas. É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional (MARTINS, 1993, p. 22).

Como apontado acima, o autor destaca o fato de o termo "fazendeiro" substituir outras definições:

> Também os proprietários de terra tinham designações distintas conforme a região e a atividade: estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. Mas também eles tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses passaram a ser designados como latifundiários. Essas novas palavras camponês e latifundiário são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra campones não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1993, p. 23).

Assim, e embora reconheça o caráter político do termo "camponês", Martins refuta a tentativa simplista de transpor o conceito "camponês" de outras realidades sociais e históricas para a realidade do meio rural brasileiro. Para o autor:

> A questão do campesinato não se resolve, igualmente, ignorando ou minimizando a sua existência. É muito arbitrário reduzir o colono da fazenda de café ou o morador do engenho de açucar à condição de assalariado (MARTINS, 1993, p. 24).

A antropóloga Deborah Lima (1999) indica que o termo "caboclo" tem como pretensão:

> ...especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição. Embora o termo transmita um significado preciso aos leitores em potencial desses trabalhos acadêmicos, ele deixa uma pergunta a ser respondida: se é um termo de identificação do observador, qual é a identidade própria das pessoas às quais o termo se refere? Os chamados

> caboclos, isto é, os pequenos produtores rurais amazônicos, não têm uma identidade coletiva, nem um termo alternativo e abrangente de autodenominação. A única categoria de autodenominação comumente empregada por toda a população rural é a de "pobre" (LIMA, 1999, p. 4).

Segundo Lima, a categoria social "caboclo" teria como característica a ausência de uma identidade coletiva. Para a autora:

> O caboclo é uma categoria de classificação social empregada por estranhos, com base no reconhecimento de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns. Mas esta não é uma categoria social homogênea nem absolutamente distintiva. É importante frisar a natureza conceitual do termo pois existe o perigo de tomar-se o termo caboclo como uma identidade e desse modo criar fronteiras absolutas para um grupo social que não é encontrado na vida real. Ao contrário, o termo caboclo deve ser entendido como uma categoria geral de referência e identificação (LIMA, 1999, p. 4).

A meu ver, embora o caipira do oeste paulista, o caiçara do litoral paulista e o caboclo amazonense sejam todos "trabalhadores rurais" ou "agricultores familiares" – termos atribuídos – e, portanto, sejam todos iguais aos olhos de quem lhes atribui tais denominações conceituais, cada um desses sujeitos sociais são distintos. Eles são particulares na medida em que possuem identidades próprias, identidades que são frutos de cotidianos sociais e históricos que os diferenciam em relação aos outros. Cada um desses sujeitos sociais coletivos possui suas formas e maneiras de se relacionar, possuem modos de lidar com o meio ambiente e suas dinâmicas, possuem seus ritmos específicos que vão construindo e modificando as estruturas sociais. De outro modo, cada um desses sujeitos coletivos possui modos próprios de organizar o trabalho, aquilo que é uma das essências humanas. Como afirma Lima:

> O uso objetivo do termo caboclo pretende especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição. Embora o termo transmita um significado preciso aos leitores em potencial desses trabalhos acadêmicos, ele deixa uma pergunta a ser respondida: se é um termo de identificação do observador, qual é a identidade própria das pessoas às quais o termo se refere? Os chamados caboclos, isto é, os pequenos produtores rurais amazônicos, não têm uma identidade coletiva, nem um termo alternativo e abrangente de autodenominação (LIMA, 1999, p. 7).

Percebo que termos como camponês, caboclo, ribeirinho e trabalhador rural são empregados com algum nível de liberdade analítica e crítica, de acordo com as escolhas pessoais e políticas de quem os emprega, inclusive os sujeitos sociais "do campo".

A organização social do trabalho é que produz a objetivação da vida social, da sociabilidade, produz as particularidades, as especificidades que só podem ser expressas pelas autodenominações de caboclo, caipira, caiçara, ribeirinho. Ou seja, um sujeito pode

se definir como trabalhador rural ao se apresentar para uma autoridade pública do setor primário e, durante reunião com aquela autoridade pública, poderá afirmar que está ali como ribeirinho de uma dada localidade e ainda reivindicar que, como caboclo, entende que é seu direito lutar pela criação de uma área protegida. E isso não é algo inerente apenas ao sujeito "do campo". Esse mesmo processo pode ocorrer com alguém que se apresenta como mulher diante de uma autoridade pública da área de educação, uma mãe que está ali como moradora de uma dada localidade a reivindicar a construção de creches por entender que, como trabalhadora, tem o direito a creches para os filhos.

Aquelas concepções atribuídas, duras, pouco ou nada flexíveis que, segundo Martins (1993), teriam sido adotadas por marxistas e não marxistas, defendem a ideia de que os movimentos camponeses são "movimentos pré-políticos", ou seja, acredita-se que somente uma força de fora, de cima, poderia transformar os movimentos camponeses em movimentos políticos. Assim, os movimentos políticos seriam aqueles capazes de reduzir a todos como trabalhadores rurais, fração de uma definição mais ampla e capaz de incluir a todos ou quase todos, na categoria trabalhador, constituinte da classe trabalhadora. Martins coloca a questão de outra forma, criticando aqueles que compreendem os camponeses como despossuídos de uma capacidade crítica.

Deste modo, o autor indica que aqueles que buscam reduzir o protagonismo histórico dos sujeitos do campo acabam por definir que o camponês é aquele que está em outro lugar, é aquele que somente, eventualmente, está nesta sociedade. A rigor, o camponês é um excluído social. É assim que o camponês tem sido percebido pela militância, pelos partidos, pelos políticos. É como se os camponeses fossem estranhos, que estão sempre chegando à festa atrasados.

Além disso, Martins critica as perspectivas evolucionistas de se estudar a questão agrária e as formas de ordenar os movimentos sociais no campo: Messiânicos (Canudos e Contestado); Banditismo social (Nordeste/Lampião/Virgulino) e Associativismo/Sindicalismo (Ligas e Sindicatos Rurais). Ao criticar as análises evolucionistas, o autor está indicando a ausência de uma análise crítica dos fenômenos sociais camponeses, como se não possuíssem autonomia e dinâmicas próprias.

Martins (1993) chama a atenção para o fato de que os significados das palavras que denominam o "homem do campo" ganharam força e dimensão exatamente a partir do momento em que crescem as lutas camponesas e a situação do campesinato entra no debate político nacional. O autor aponta para o fato de que as diferentes denominações atribuídas ao

“camponês” estavam carregadas de preconceitos e discriminações: “Isso talvez explique por que essas palavras foram desaparecendo…”.

Sendo assim, não são meras palavras novas, mas uma nova concepção de história das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. De outro modo, o camponês não só define o nome, mas também o lugar social, não apenas no espaço geográfico – o campo em contraposição à cidade – mas também na estrutura da sociedade.

Aqui, Martins (1993) propõe então o uso político do conceito de camponês por parte daqueles sujeitos coletivos distintos do campo, como estratégia de enfrentamento de suas demandas comuns, com destaque para a luta pela terra. Alfredo Wagner B. de Almeida, ao seu modo, fala algo na mesma direção apontada por Martins. Para Almeida (2008):

> A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo “camponês”. Politiza-se aqueles termos e denominações de uso local. Seu uso cotidiano e difuso coaduna com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, 2008, p. 80).

Desse modo, a opção é empregar preferencialmente o termo camponês vem acompanhado da opção de acolher as denominações autodefinidas pelos camponeses e que estão presentes em depoimentos, documentos e registros.

Ao discutir sobre a identidade do caboclo amazonense, dos trabalhadores rurais, incluindo o caipira do oeste paulista, e o caiçara do litoral paulista, procuro destacar a importância de reconhecer as diferenças e particularidades de cada grupo social. Embora compartilhem características comuns como trabalhadores do mundo rural que lavram a terra, cada um desses grupos tem suas próprias identidades, culturas e práticas sociais que os distinguem.

Essas identidades são construídas a partir de cotidianos sociais e históricos específicos, que influenciam como eles se relacionam com o meio ambiente e suas dinâmicas. Além disso, cada grupo tem seus próprios modos de organizar o trabalho, ritmos e estruturas sociais que são únicos.

A crítica à utilização de termos como "camponês", "caboclo", "ribeirinho" e "trabalhador rural" está no fato de que eles são empregados com nível de liberdade analítica e crítica, dependendo das escolhas pessoais e políticas de quem os emprega. Isso pode levar a uma objetivação da vida social e sociabilidade, reduzindo as particularidades e especificidades de cada grupo.

Entendo que é importante reconhecer a capacidade crítica e de autodeterminação dos sujeitos sociais, incluindo os trabalhadores rurais. Eles podem se definir de diferentes maneiras dependendo do contexto e podem reivindicar direitos e interesses específicos. Por exemplo, um trabalhador rural pode se apresentar como ribeirinho em uma reunião com uma autoridade pública e reivindicar a criação de uma área protegida como um direito como caboclo.

CAPÍTULO 2

O PASSADO: O QUE HAVIA ANTES DA LUTA SER NECESSÁRIA?

"O passado não reconhece o seu lugar, está sempre no presente."

Mario Quintana

2.1 Considerações preliminares sobre a questão ambiental

O processo histórico do desenvolvimento da sociedade trouxe, dentre outras coisas, a apropriação dos meios de produção por parte de frações da sociedade. Esses meios de produção, que antes, até meados do século XVI, eram predominantemente de uso comum e coletivo, passaram a ser detidos e apropriados privadamente. Esse processo contribuiu para o surgimento de classes sociais distintas e opostas, além de impulsionar a produção ampliada dos processos fabris e o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. Quanto mais se produziu conhecimento e tecnologias, oportunizando o surgimento de novos produtos, instrumentos de trabalho e meios de transporte, mais se avançou nos processos de desenvolvimento do capitalismo, conforme descrito por Marx (2015). No entanto, esses processos trouxeram consigo contradições.

Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico garantiu a parcelas crescentes da humanidade acesso à energia elétrica, aquecedores residenciais, medicamentos como o antibiótico, o motor a vapor, meios de comunicação de massa, entre outros; por outro lado, esses mesmos processos resultaram na crescente acumulação de riqueza nas mãos de poucos e na ampliação das massas de miseráveis. Muitas dessas pessoas foram deslocadas compulsoriamente dos campos agricultáveis para as cidades, atraídas pela oferta de empregos, bens, mercadorias industrializadas e serviços.

À medida que o capitalismo transformava burgos em vilas, vilas em cidades e cidades em metrópoles, os contingentes humanos se distanciavam cada vez mais do meio ambiente natural. Esse distanciamento criou um estranhamento e, mais do que isso, uma oposição e uma necessidade de dominar e, em certos casos, até mesmo eliminar a natureza, entendida aqui como um processo de conversão aos interesses da humanidade. Bacon compreendia a natureza como algo exterior à sociedade humana, uma exterioridade mecânica sobre a qual o homem deveria agir para dominá-la de acordo com seus interesses e necessidades (FOSTER, 2005, p.27).

De outro modo, para Foster (2005), Marx considerava haver uma unidade, uma articulação entre sociedade e natureza. Para o autor, não fazia sentido pensar a natureza como algo exterior ao homem; ao contrário, a natureza só poderia ser compreendida como um produto histórico, resultado das relações historicamente construídas. Para Marx, havia uma espécie de interação entre sociedade e natureza, resultante do trabalho humano, que transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma o homem.

Se, por um lado, o desenvolvimento da sociedade humana resultou no distanciamento do homem em relação ao meio ambiente natural, com a opção pelas cidades e pelo uso acelerado de novas tecnologias, é verdade também que esse processo não foi totalizante. Uma parcela expressiva da humanidade, como ribeirinhos, povos indígenas e pescadores, optou por permanecer em contato com o meio natural, reproduzindo suas formas de vida.

É nesse contexto que encontramos os trabalhadores rurais ribeirinhos, ou simplesmente caboclos. Esses sujeitos dos processos de transformação da natureza fizeram a escolha de não seguir o caminho "natural" indicado pelo desenvolvimento do capitalismo. Optaram por manter seus modos de vida e uso dos recursos naturais e da floresta, refutando experiências que, ao final, se demonstram perversas, na medida em que retiram das pessoas o protagonismo de suas existências.

2.2 Estranhamento do homem em relação ao meio ambiente natural

Por milhares de anos o homem produziu formas de uso e apropriação da natureza com vistas à sua existência material e ao fazê-lo produziu dialeticamente relações sociais, relações sociais que, ao longo do tempo, foram se desenvolvendo, foram se complexificando, tendo sempre uma conexão com o meio ambiente natural, lugar de onde se retira os meios de sobrevivência (alimentos, moradia, matéria prima à confecção de vestimentas etc.). Esta imprescindível dependência do homem em relação aos recursos naturais chega a sugerir que haveria uma relação linear entre homem e natureza. O que nos parece um enorme equívoco. Não haveria a possibilidade de existir uma relação entre coisas de naturezas distintas. Os homens se relacionam entre si e estas relações culturais, econômicas, política, religiosas, aí sim, são mediadas pela natureza.

Neste sentido, temos infinitas relações humanas, e, portanto, sociais, que "sofrem" mediações por conta das necessidades de sobrevivência humana. Assim, o acesso aos recursos

pesqueiros, caça, produtos madeireiros, entre outros, se dão (ou não) tendo em conta os tipos de relações sociais historicamente construídas.

Na obra "Senhores e Caçadores", Thompson analisa uma série de conflitos ocorridos nas Florestas de Windsor e East Hampshipe, tipos específicos de áreas protegidas, reservas, no Reino Unido, no século XVIII. O autor nos lembra que as áreas protegidas (parques e florestas) tanto se prestam ao deleite da realeza e sua corte, quanto à prática de caça (1997, p. 32). Thompson investiga as relações sociais em torno do uso e apropriação dos recursos naturais presentes nas florestas e parques e o faz com o intento de encontrar os sentidos que levaram a Coroa a publicar a "Lei Negra", um conjunto de normas que puniam com enorme rigor, quase sempre com a pena capital, aqueles que se apropriassem, por exemplo de caças, madeira e mesmo corte de turfa.

Por vezes, o acesso aos recursos naturais é baseado em conflitos, mas quase sempre o uso comum dos recursos se dá por meio da territorialização das áreas comunais de uso dos recursos naturais existentes no meio ambiente.

Em regra, o uso comunal dos recursos naturais garantiu a existência e reprodução social das populações humanas por centenas de milhares de anos, embora, com alguma exceção, existam inúmeros registros de conflitos sociais, alguns de dimensões trágicas, decorrentes de ruptura ou inexistência de regras de acesso e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 2001).

2.3 Os recursos não são infinitos

Com o advento dos processos do desenvolvimento social, tecnológico e econômico indicados anteriormente, com destaque para o industrialismo, a urbanização e a crescente dependência de recursos naturais, combinado com o processo de acumulação do capital e da riqueza, há concomitantes processos de apropriação privada do meio ambiente e os seus recursos naturais, assim, aqueles espaços naturais que antes eram usados de modo comunal vão se transformando em espaços privados. O uso comunal implica em regras claras que garantem uma racionalidade, racionalidade que contém enorme preocupação em relação a satisfação presente e a manutenção de estoques para o uso e satisfação no futuro. Mais do que isto, os recursos naturais que antes eram apropriados pelos comunitários com a finalidade de garantir a reprodução da existência material e social deles, passam - com o processo de apropriação privada - à condição de meios de produção, propriedade privada e bens de produção.

José de Souza Martins (1993) vai dizer que a terra, meio ambiente natural, possui duas formas distintas e opostas de uso por parte dos seus detentores. A primeira forma de uso da terra é aquela praticada pelos comunitários, indígenas e camponeses que a utilizam como "terra de trabalho", ou seja, o meio ambiente natural se configura como o lugar onde os seus detentores e ocupantes trabalham, trabalho compreendido em uma perspectiva marxista, ou seja, o trabalho enquanto ação humana que visa converter o meio ambiente em recursos necessários à manutenção da vida humana, manutenção das relações sociais, culturais, espirituais etc. O trabalho, neste sentido, é visto como a expressão da existência social do homem.

Deste modo, o uso da terra é tido como ato necessário para a manutenção e reprodução da vida coletiva, manutenção e reprodução das condições sociais de existência. Esta necessidade faz com que os usuários e ocupantes tenham relações sociais que levam em conta a manutenção, proteção e preservação do meio ambiente e os seus recursos de tal maneira que a reprodução dos atuais ocupantes das áreas esteja tão garantida quanto estarão garantidas as vidas e condições sociais das gerações futuras. Em outras palavras, há uma ética socioambiental que media e norteia o uso dos recursos naturais. O meio ambiente é compreendido como parte constitutiva das condições de existência humana, compreensão que determina uma espécie de laço com a natureza; como sugerido por MARX, homem e natureza teriam, portanto, uma espécie de interdependência.

De outro lado, e ainda tomando Martins (1993) como referência, a segunda forma de uso da terra é aquela em que a mesma é utilizada como negócio, é a "terra de negócio", terra tomada pelos seus proprietários e detentores como o lugar, o meio em que realizam seus negócios. Negócios compreendidos como transações econômicas com vistas a acumulação de capital, transações que têm como norte a otimização de investimentos de capitais e a maximização dos lucros. Em outras palavras, a terra é tomada como base material para a acumulação de riqueza. Para tanto, é necessário lhe retirar o caráter comunal, o caráter de bem comum, convertendo a terra em propriedade privada e como tal completamente disponível para ser usada em sua totalidade e plenitude: não há qualquer preocupação com interesses comunais e tão pouco com gerações futuras. A ética socioambiental é eliminada, sendo substituída integralmente pela ética da acumulação capitalista.

A lógica que permeou o uso dos recursos naturais por gerações, aquela lógica que combinava uso comum dos recursos e preservação para o futuro sofreu forte abalo com o advento do desenvolvimento capitalista, com destaque para o período após a Segunda Guerra Mundial, período que combinou enorme e abundante disponibilidade de tecnologias (maquinários e implementos agrícolas, moinhos elétricos, processos e tecnologias de

armazenamentos de alimentos, melhoramento genético etc.) com acelerado êxodo campo-cidade, criação de novas necessidades de recursos naturais em escala jamais vista etc.

O resultado disto tudo, do acelerado processo de desenvolvimento capitalista é que, em um pouco mais de cem anos, se degradou e/ou destruiu o meio ambiente natural em uma escala que não se havia verificado nos trezentos anos anteriores.

Deste modo, a criação de terras protegidas por meio da criação de unidades de conservação se constitui em importante estratégia de proteção ambiental, não somente para atender aos grupos sociais que ali vivem, mas também à toda sociedade na medida em que aquelas áreas protegidas estarão, em tese, fora do alcance da lógica perversa e destruidora do capital.

2.4 A degradação ambiental

A degradação ambiental veio acompanhada, por óbvio, pela degradação das condições de vida de parcelas crescentes da humanidade, em especial das populações humanos que vivem da exploração e uso direto dos recursos naturais extraídos do meio ambiente natural, do mesmo modo, a degradação ambiental tem imposto às camadas de trabalhadores urbanos que, pertencentes às enormes parcelas humanas empobrecidas, acabam por ocupar as áreas mais degradadas, poluídas e insalubres do planeta.

Engels, em A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, publicado em 1845 (2015), ao escrever sobre as condições da classe operária na Inglaterra toma como referência as condições urbanísticas de Manchester, cidade fundamental ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, tanto que foi ali que as máquinas vapor foram utilizadas pela primeira vez como força motriz dos teares. O autor descreve as condições de vida e trabalho dos operários têxteis em Manchester, destacando a precariedade das habitações, a falta de infraestrutura e a exploração dos trabalhadores pela burguesia. Engels descreve o bairro operário de Manchester como um lugar sujo, insalubre onde predomina a pobreza e miséria, lugar em que os operários viviam em condições precárias, sem acesso a serviços básicos como água, esgoto e iluminação. Ele também destaca a falta de infraestrutura, como ruas ruins, falta de parques e áreas verdes, e a ausência de serviços públicos. Engels descreve as condições de um bairro operário de Manchester nos seguintes termos:

> À direita e à esquerda, uma grande quantidade de acessos cobertos conduzem da rua principal aos diversos pátios, e, quando aí se penetra, entra-se numa sujeira e numa asquerosa falta de higiene incomparáveis - sobretudo nos pátios que partem para o Irk e que, na realidade, abrigam as moradias

> mais horríveis que encontrei até agora. Em um destes pátios, logo ao começo, onde termina este acesso, fica uma latrina que não tem nenhuma porta e é tão suja que os moradores apenas podem entrar ou sair do pátio atravessando um charco de urina podre e excrementos que a rodeiam; se alguém quiser vê-lo, é o primeiro pátio junto ao Irk (ENGELS, 2015, p. 285).

Se retiramos as referências específicas e a data em que Engels escreveu, poderíamos sugerir que o texto estivesse fazendo referência a milhares de locais de moradia da classe trabalhadora mundo afora. Quando os ribeirinhos negam a possibilidade de migrar para as cidades o fazem por conta de lugares como descritos por Engels.

Por algum tempo se acreditou que a degradação dos ambientes naturais e a consequente redução dos recursos naturais seria o "preço a ser pago" pelas conquistas inegáveis advindas do desenvolvimento do capitalismo. Esse entendimento esteve inclusive presente entre aqueles grupos sociais mais impactados pelos efeitos da degradação ambiental. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, assim como das relações de produção, com suas consequentes ofertas de bens, processos, produtos e serviços à sociedade em geral justificariam quaisquer recursos naturais impactados, até porque o desenvolvimento científico haveria de desenvolver novas soluções tecnológicas capazes de superar ou no mínimo mitigar os efeitos danosos decorrentes da degradação ambiental.

Agora, diferente do que muitos acreditavam, o uso irracional e acelerado dos recursos naturais combinado com a produção de lixo, rejeitos petroquímicos e metais pesados acabaram por produzir poluição ambiental até então inimagináveis. O Japão por exemplo, foi um dos países que mais experimentou os avanços do desenvolvimento capitalista pós-guerra e ao mesmo tempo sofreu os primeiros e também os mais graves efeitos da poluição, degradação dos espaços naturais e redução dos estoques de recursos (principalmente pesqueiros), efeitos de uma crise sem precedentes. A degradação ambiental e os seus mais visíveis efeitos perversos da degradação ambiental. A poluição do Lago Biwa, o maior lago de água doce do Japão se revelou, em meados dos anos 60, um dos mais explícitos exemplos dos efeitos da degradação ambiental e explicitou uma crise ambiental decorrente da poluição do lago mais antigo do mundo e responsável pelo abastecimento de água e alimentos para mais de dez milhões de habitantes (Quioto, Kobe e Osaka). Foi o alerta dado pelos efeitos perversos da poluição do lago Biwa que despertou o interesse mundial em discutir os problemas causados pela modelo de desenvolvimento que tem causado danos ambientais graves, interesse que se efetivou com a realização da Conferência Mundial de Meio Ambiente, organizada pela ONU – Organização das Nações Unidas, em Estocolmo, em 1972, também conhecida como Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente – Estocolmo 72.

Em linhas gerais, a Estocolmo 72 confirmou as preocupações levantadas por cientistas e ambientalistas que denunciaram, a partir de Quioto, os desequilíbrios ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento capitalista e recomendaram uma série de medidas a fim de reduzir os impactos ao meio ambiente. Em 1992 a ONU nova Conferência Mundial de Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (ECO-92) e uma das diretrizes aprovadas foi a necessidade de ampliar de forma acentuada as áreas naturais protegidas como forma de compensar as emissões de poluentes. Para isto, se acordou que as nações desenvolvidas arcariam com recursos financeiros para a fortalecer Fundo Mundial Para o Meio Ambiente, fundo destinado ao financiamento de projetos de proteção e preservação ambiental e, em especial, criação de áreas protegidas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

É dentro deste contexto que se inserem as disposições governamentais em criar as Unidades de Conservação.

2.5 Gênese do debate ambiental contemporâneo

A compreensão da questão ecológica e o debate entorno da preservação ambiental e conservação da natureza passa pela necessidade de rever ao menos algumas das mais importantes reuniões mundiais sobre meio ambiente ocorridas desde o início dos anos sessenta, do século XX, com destaque para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida entre os estudiosos como Estocolmo-72 ou Conferência de Estocolmo (Suécia,1972) e Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que recebeu os apelidos de Eco-92 ou Rio-92 (Brasil, 1992). As duas Conferências organizadas pelas Organização das Nações Unidas - ONU são marcos balizadores imprescindíveis para se entender o contexto histórico do surgimento das Unidades de Conservação (UC) de uso direto, tema do nosso estudo.

É preciso, ainda, lembrar de ao menos dois outros eventos importantes para contextualizar o tema. Em 1968 é criado o Clube de Roma, uma organização social formada por economistas, cientistas, empresários, banqueiros e políticos cuja finalidade foi chamar a atenção para o que chamaram de limites do crescimento econômico frente a questões ambientais. Para o Clube de Roma, a persistir os níveis de crescimento econômico e populacional, esse crescimento chegaria ao seu limite em cem anos, quando então sofreria forte retração e queda acentuada. (MEADOWS, 1973). O conteúdo conservador e liberal do documento do Clube de Roma, indica que ele aparece na esteira da Conferência da Biosfera, organizada pela UNESCO naquele mesmo ano, na mesma cidade. Segundo Brito:

> Essa Conferência tratou do uso e conservação mais racionais da biosfera, discutindo o impacto humano sobre a mesma, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, os desmatamentos, o excesso de monoculturas e a drenagem das áreas inundadas. Além disso, a Conferência teve o objetivo de convencer as nações menos desenvolvidas da necessidade da conservação (BRITO, 2000, p. 28).

Clube de Roma e Conferência da Biosfera concluem que de fato há riscos em relação aos limites ambientais e que, por isto, são necessárias a ciência e tecnologia para que possam explicar os fenômenos experimentados e ao mesmo tempo indicar soluções e alternativas capazes de equacionar o crescimento econômico com a preservação ambiental (ONU, 2012).

2.5.1 Conferência de Estocolmo-72

Para entender os processos e as lutas pela criação de áreas protegidas, se faz necessário recuperar um debate contemporâneo importante, o debate ambiental iniciado na década de 60 do século XX em torno da questão das ações humanas causadoras de degradação, destruição e esgotamento de recursos naturais, redução e ameaças de extinção de espécies animais, vegetais e mesmo biomas inteiros; debate que ganhou enorme relevância a partir da degradação e poluição ocorrida no lago Biwa, o maior lago de água doce do Japão, com 670 mil km², circundado pelas cidades de Osaka, Quioto e Kobe, um caso específico e que se tornou mundialmente conhecido.

Com o advento do pós-guerra o Japão foi submetido a um processo acelerado de crescimento econômico, industrial, fabril e petroquímico. Neste bojo, na região de Quioto e o seu entorno foram instaladas centenas de indústrias de base e petroquímicas que por décadas, jogaram toneladas de rejeitos, inclusive metais pesados, como mercúrio, no lago Biwa, principal fonte de água potável e produtos pesqueiros da região.

Em meados dos anos sessenta se tornou público a tragédia que estava ocorrendo em Quioto, a contaminação dos recursos aquáticos do lago Biwa que causaram problemas graves de saúde na população em decorrência do consumo de peixes, água e produtos agrícolas, todos contaminados pela água poluída do lago em decorrência da degradação ambiental, sob o condão do industrialismo.

Quioto, como uma bola de neve, acaba despertando ao redor do mundo outras denúncias envolvendo degradação ambiental, contaminação de solo, rios e lagos por poluentes, resíduos industriais, inclusive metais pesados. O Brasil “soube” então que havia em seu território áreas fortemente impactadas por poluentes industriais, como foi o caso da cidade

de Cubatão, litoral paulista, cidade que nos anos setenta recebeu os apelidos de “a cidade mais poluída do mundo” e “o vale da morte”.

O processo de industrialização fabril, sobretudo petroquímico, experimentado por Cubatão produziu gravíssimo desequilíbrio e poluição ambiental, desequilíbrio resultante da liberdade que o poder público, na prática, concedeu aos setores industriais poluentes, liberdade que provocou tragédias como o incêndio da Vila Socó, causado pelo rompimento de dutos de gasolina da Petrobrás e que teria deixado cerca de 500 vítimas fatais. Segundo Porto,

> Em 1984, um incêndio na Vila Socó, Cubatão, Estado de São Paulo, matou oficialmente 98 pessoas após o vazamento num gasoduto da Petrobrás. Porém, estima-se que mais de 500 perderam suas vidas. Restos de corpos carbonizados, sem documento nem memória ou reconhecimento (PORTO, 2016, p. 1).

Casos como Quioto e Cubatão não foram os únicos, outras cidades sofreram e seguem sofrendo com registros de mortes provocadas por doenças pulmonares, cardíacas, dermatológicas e renais gravíssimas, todas resultantes da degradação ambiental, e acabaram por dar origem a uma discussão mundial acentuada sobre os riscos que o desenvolvimento do capitalismo estava impondo ao meio ambiente e os recursos naturais de uso comum; discussões que deram origem a uma série de encontros, congressos, conferências nacionais e internacionais que debateram a questão ambiental e que resultaram em enorme pressão mundial sobre os organismos multilaterais e de cooperação, na direção de se encontrar mecanismos de resolução do problema.

As pressões fizeram eco na ONU, entidade que assume a responsabilidade de organizar uma conferência mundial especificamente para discutir a questão ambiental e os problemas de degradação do meio ambiente que vinha ocorrendo ao redor do mundo. A ONU então, sob pressão, organiza a sua primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia), realizada entre 5 e 16 de junho de 1972.

2.5.2 Resultados da Conferência de Estocolmo-72

De modo sintético, o que se definiu na Conferência de Estocolmo, fruto de acordos possíveis entre países, foi a conveniência em adotar procedimentos, adotar atitudes, adotar políticas capazes de combinar o desenvolvimento sustentável com a preservação ambiental. A Conferência de Estocolmo foi encerrada com uma grande e bela carta de intenções, um grande documento de intenções, entretanto, sem qualquer parâmetro, sem qualquer elemento

norteador importante, sem que fossem estabelecidas metas, sem que fossem definidos, por exemplo, percentuais de emissões de poluentes e reduções de uso de matérias-primas poluidoras em relação aos indicadores existentes. Em seu documento final, a Conferência publica o documento intitulado Report of The United Nations Conference on The Human Environment: Stockholm, June 1972, contendo, entre outros itens, 7 proclamações, 26 princípios e 109 recomendações. Destaco aqui, em tradução livre, a proclamação de número 6:

> Chegou-se a um ponto na história em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo a partir de uma visão mais cuidadosa em relação às ações e suas consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença podemos causar massivos danos irreversíveis ao meio ambiente terrestre de quem depende a nossa vida e o nosso bem-estar. Por outro lado, através de um conhecimento mais completo e uma ação mais sábia, podemos alcançar para nós e para nossa posteridade uma vida melhor em um ambiente que esteja em sintonia com as necessidades e esperanças humanas. Há amplas perspectivas para o aprimoramento da qualidade ambiental e a criação de uma boa vida. O que é necessário é um estado de espírito entusiasmado, mais calmo e com trabalho intenso, mas ordenado. Com o propósito de alcançar a liberdade no mundo da natureza, o homem deve usar o conhecimento para construir, em colaboração com a natureza, um meio ambiente melhor. Defender e melhorar o meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornar-se um objetivo imperioso para a humanidade - um objetivo a ser perseguido em conjunto e em harmonia com os objetivos estabelecidos de promoção da paz e do desenvolvimento econômico e social mundial" (ONU, 1973, p. 3).

Estocolmo-72 chegou ao seu final sem que fossem definidos padrões mundiais de preservação ambiental, tendo sido acordado, genericamente, que havia um problema ambiental em decorrência dos níveis de crescimento econômico, mas nenhuma nação admitiu reduzir o seu ritmo de crescimento, de tal modo que ao final, que cada país, e ao seu critério soberano, adotasse as medidas que julgasse necessárias para superar os problemas causados pelo industrialismo e, sobretudo, os fatores causadores de degradação ambiental resultante do modelo de desenvolvimento capitalista.

É verdade que a Conferência de Estocolmo publicou, citado acima, um "Plano de Ação para o Meio Ambiente" com cerca de cento e cinquenta proclamações, princípios, recomendações e orientações e aprovou a diretriz, vaga, de tornar a "preservação da flora e fauna como atitude essencial", promover a "redução de poluentes" e buscar mecanismos de "financiamento aos países em desenvolvimento" para que pudessem garantir um desenvolvimento ambientalmente equilibrado.

Há que se destacar também que em momento algum ESTOCOLMO-72 se criticou, EM momento algum permitiu que houvesse espaço para a discussão sobre o caráter perverso,

o caráter espoliante do modelo de desenvolvimento capitalista; todas as tentativas por parte da sociedade civil foram frustradas, todas as tentativas de promoção de uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento capitalista foram abortadas pela Conferência.

2.5.3 Eco-92

A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi a segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente organizada pela ONU e teve como finalidade debater com especialistas sobre a crise ambiental mundial.

Antes, é preciso destacar um aspecto importante da Eco-92 em relação às conferências mundiais anteriores que privilegiaram a presença de cientistas, pesquisadores, economistas e políticos. Com o advento da Eco-92, o que se deu foi a participação ativa das populações afetadas pelos impactos ambientais, populações indígenas, populações quilombolas, juventude, movimentos sociais e populares e estudantes ampliaram o escopo dos sujeitos coletivos. A Eco-92 foi um grande encontro civilizatório, um grande encontro de vozes - trabalhadores, estudantes, empresários, fazendeiros, agricultores familiares etc. -, um sem número de sujeitos sociais e políticos que compuseram não só os eventos oficiais organizados pela ONU, mas sobretudo os eventos, encontros e conferências paralelas, muitas das quais tiveram enorme repercussão e contundência no cotidiano das pessoas para além dos eventos oficiais: daqui surge o Ambientalismo como espaço de mobilização e ativismo mundial.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a Conferência trouxe para o debate ambiental as experiências vividas por grupos sociais ao redor do mundo resultantes das expansões exponenciais do capitalismo industrial, do avanço do homem sobre a natureza e sobre os recursos naturais e o seu consequente esgotamento. Ou seja, aquilo que em alguma medida esteve retraído no debate reflexivo, no debate teórico e técnico durante a primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente, a Estocolmo-72, veio à tona na Eco-92.

Assim, o que se tem na Eco-92 são as denúncias, a publicização dos problemas ambientais, dos resultados concretos da degradação e impactos socioambientais sobre as vidas das pessoas e o meio ambiente, resultado direto do modelo capitalista de crescimento econômico que priorizou e privilegiou a acumulação de riquezas em detrimento dos interesses das populações humanas e do equilíbrio ambiental. Durante a Eco-92 se teve, por exemplo, manifestações de povos habitantes das regiões polares denunciando as drásticas reduções dos estoques de caça e pesca, combinado com a poluição por ações de mineração; houve ainda populações ribeirinhas denunciando a degradação ambiental, invasão e poluição de lagos,

grilagens, destruição das florestas e matas ciliares; populações urbanas denunciando os impactos resultantes das poluições ambiental e sonora, da redução drásticas dos mananciais e poluição da água.

Esse debate evidenciou como vilões os interesses do capitalismo, que em suas múltiplas dimensões não foi capaz de dar conta daquilo que prometeu ao longo da Segunda Guerra Mundial e de todo o período pós-guerra, o período da Guerra Fria, qual seja a garantia dos valores da democracia ao menos à todo o chamado mundo democrático. O capitalismo prometeu que haveria desenvolvimento econômico, social e ambiental, combinados com as garantias individuais, incluindo aí os direitos fundamentais à dignidade humana. O Capitalismo prometeu sociedades democráticas, sociedades includentes, sociedades prósperas, sociedades sem miséria e sociedades livres, sociedades que fossem capazes de garantir a combinação do desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, sem considerar a importância da proteção do meio ambiente.

2.5.4 Resultados da Eco-92

Passado mais de quatro décadas desde o final da Segunda Guerra Mundial o que se tem é que o mundo capitalista nunca foi tão excludente, nunca foi tão concentrador de riquezas e produtor de misérias e pobreza; nunca se teve tanta degradação ambiental e atentados constantes às liberdades, sobretudo das populações socialmente vulneráveis. Ao mesmo tempo, as condições ambientais nunca estiveram nunca estiveram tão próximas do seu limite, do ponto de vista dos riscos de degradação ambiental irreversível.

A rigor, esses foram alguns dos mais importantes eixos centrais presentes na crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo os depoimentos e experiências dos representantes das populações tradicionais e populações originárias trouxeram conteúdo novo ao debate, foi aquilo que passou a ser chamado de desenvolvimento sustentável - contudo sem uma definição clara, um projeto-conceito, uma ideia-força denominada.

Uma boa parte dos ativistas e autoridades presentes à Eco-92 passou a defender o desenvolvimento sustentável como uma espécie de mantra, um conceito em construção cuja base é o combate ao modelo de desenvolvimento econômico em curso e, ao mesmo tempo, um conceito capaz de pensar em modelos de desenvolvimento que combine o desenvolvimento econômico com proteção e desenvolvimento dos modos de vida dos diferentes e diversos grupos humanos.

É nesse cenário que surge, também com muita força, a ideia de garantir a preservação dos ambientes naturais e a devida proteção das populações locais, dos povos das florestas, dos povos das montanhas, ou seja, daqueles diferentes grupos sociais que não estão localizados nos centros urbanos e que seguem mantendo uma relação harmoniosa com a natureza. Essas diferentes organizações sociais acabam por ser chamadas de populações tradicionais.

Aqui é preciso abrir um parêntese. O conceito de população tradicional é um conceito em construção. Universalmente utilizado nas ciências humanas e também nas ciências da natureza, ele tem um elemento que é comum, ele é fundamentalmente um conceito político. Por quê? Porque ele dá conta, ele busca dar conta de uma multiplicidade de definições conceituais de sujeitos históricos distintos e particulares, donos de suas identidades. Por exemplo, caiçara, tabaréu, caipira, ribeirinho, camponês, pescador, jangadeiro, agricultor; além de um cem outros nomes e definições de sujeitos coletivos que têm em comum o vínculo com a terra, com o meio ambiente natural.

Ao optar pelo conceito de população tradicional o faço a partir dessa compreensão de que é um conceito político que resulta das lutas dos movimentos de trabalhadores do campo, os quais entendem que essa definição de população tradicional dá conta de representá-los na disputa política expressada, por exemplo, na luta pela identificação e demarcação de quilombos e nas lutas pela criação de unidades de conservação, reivindicações que os contrapõem em relação aos ambientalista de perfil preservacionista que defendem a criação de unidades de conservação de uso indireto, portanto sem a presença de populações humanas.

Essas populações se distinguem das populações indígenas, seus membros têm compreensão clara sobre isso, sobre o quanto são diferentes da população indígena e que também são diferentes entre si. Sabem que são diferentes em suas práticas culturais, no entanto, tomando emprestado o que afirma Antonio Carlos Diegues (1998), as populações tradicionais têm como característica constitutiva central uma profunda interação com o meio ambiente, uma relação de interdependência com o ambiente natural conformado e definido como territórios de uso, que rebate no econômico, nas relações políticas, na relação cosmológica e religiosa. Esse rebatimento é provocado pelas diferentes e complexas formas de manejo dos recursos naturais necessários para a reprodução social, econômica e política de cada um dos grupos sociais. Segundo Diegues:

> Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de

> peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico (DIEGUES, 1998, p. 87).

Na direção de apontar o caráter político da definição de população tradicional, pode ser lembrado que em fevereiro de 2007 o Presidente Lula, atendendo as reivindicações dos movimentos sociais, publica DECRETO 6.040 que, ao instituir a "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais" define:

> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/p).

Ainda que o debate já estivesse posto anteriormente, com a Eco-92 aqueles temas debatidos se consolidam, com destaque para a ideia de garantir às populações tradicionais a proteção dos seus territórios, combinado com a proteção dos seus modos de vida e a necessidade de se apoiar econômica e financeiramente essas iniciativas de proteção. E isto que passa a ser cobrado do capitalismo: que os países desenvolvidos aportem recursos para garantir essas premissas. Então vai-se ter, de modo consolidado, as ideias de preservação ambiental com a criação de Unidades de Conservação e a ideia de financiamento para a sua implantação e manutenção e de consultar e acolher as demandas das populações locais.

A Eco-92 também trouxe mudanças importantes do ponto de vista das responsabilidades dos estados e municípios. Um dos documentos produzidos a partir da Eco-92 foi a chamada Agenda 21, um conjunto robusto de compromissos assumidos pelos 179 países signatários do tratado, uma agenda com uma série de metas que o Brasil e demais países se comprometeram a superar. De certo modo, a Agenda 21 é o reconhecimento das demandas socioambientais, no entanto, os signatários transferem a resolução dos problemas diagnosticados para longos 30 anos à frente. A maioria das metas não foram alcançadas, no entanto, foram sendo estabelecidas notas de corte a partir das quais os países passaram a ser medidos do ponto de vista da relação internacional.

Os países são ou não compromissados com a Agenda 21? Os países estão ou não comprometidos com a superação das desigualdades descritas na Agenda 21? Ao longo dos anos foram pactuados compromissos e atitudes, e iniciativas foram empreendidas, organizações sociais governamentais e não governamentais passaram a exigir o cumprimento da Agenda 21, cuja meta central era a garantia do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

2.5.5 Presença de populações tradicionais na Eco-92

As duas últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI têm se configurado enquanto um tempo de múltiplas e complexas transformações sociais, econômicas e políticas. Dentre os temas centrais debatidos neste período, um se destaca por sua urgência e por sua natureza transnacional e interdisciplinar. Trata-se da "questão ambiental". Como apontado anteriormente, já no final da década de 60 e início da década de 70 a questão ambiental passa a ser discutida a partir de ao menos duas premissas: de um lado, os ambientalistas se preocupavam com os processos acelerados do crescimento urbano industrial e os consequentes impactos sobre o meio ambiente e as consequentes degradações ambientais dos recursos renováveis e não renováveis, a poluição ambiental etc. Por outro lado, os economistas se preocupavam em como equacionar crescimento econômico e esgotamento dos estoques de recursos naturais, sobretudo aqueles responsáveis pela matriz energética

Ainda que os debates tenham sido acalorados e intensos, eles estiveram restritos aos ambientes acadêmicos, fóruns empresariais e entidades científicas, os mesmos carecendo de um componente fundamental: as populações locais - camponeses, indígenas, quilombolas, populações tradicionais, pescadores e demais grupos humanos - habitantes de áreas impactadas ambientalmente via de regra foram tratados, por vezes como agentes das transformações e destruição, ou como vítimas indefesas da expansão dos processos econômicos responsáveis pela degradação ambiental. De um modo ou de outro, esses sujeitos sociais foram ignorados enquanto atores protagonistas.

Este modo de interpretar a presença das populações humanas nos referidos debates, ao menos em parte, parece ser o resultado da ausência das Ciências Sociais na discussão das questões ambientais. A meu ver, esta ausência foi responsável pela produção de análises e interpretações da Natureza em suas perspectivas biologizantes, de tal modo que as questões são reduzidas a uma dimensão meramente ambiental, sem levar em contas as múltiplas dimensões sociais, culturais, cosmológicas, religiosas, ou, para simplificar, socioambientais.

A chegada tardia das Ciências Sociais ao debate ainda pode ser sentida, por exemplo, nos editais de concursos públicos para a contratação de servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Embora o ICMBio tenha como principais atribuições "propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União", bem como estimular e executar programas de pesquisa, de proteção, de preservação e

de conservação da biodiversidade" de áreas protegidas de uso direto de domínio da União, o que se vê são editais destinados a contratação de Analistas Ambientais cujo conteúdo das provas objetivas e dissertativas são predominantemente biológicos de tal modo que, embora franqueado a inscrição de profissionais sociólogos, antropólogos, historiadores etc., na prática a maioria destes profissionais não obtêm êxito, e ainda que o consigam estarão ingressando em uma instituição portadora de uma cultura organizacional que privilegia as ações e interpretações biologizantes, de tal modo que as ações, os estudos e as práticas promovidos por sociólogos e antropólogos contratados acabam, também, por produzir análises biologizantes das realidades socioculturais de populações residentes em áreas protegidas.

Ainda a esse respeito, Souza (2016) afirma, sobre o papel de profissionais das Ciências Sociais na Amazônia:

> Sobre o fazer sociológico na Amazônia e as possibilidades de trabalho, existe uma população de mais de 25 milhões de habitantes (quando falamos de Amazônia Legal), dos quais cerca de 70% vivem em áreas "urbanas", com os mais variados e graves problemas sociais, ambientais, econômicos etc., problemas que resultam, em grande medida, de uma crônica ausência de planejamento. Nesse sentido, como pensar em superar problemas sem diagnósticos qualificados e robustos? Por exemplo, os órgãos ambientais da região possuem quadro funcional restrito, basicamente, aos profissionais das chamadas áreas biológicas, em regra com boa formação acadêmica. Entretanto, a maioria absoluta dos "problemas ambientais" é, na verdade, de ordem "social" ou, se muito, socioambiental. Ou seja, como identificar e analisar corretamente um problema de ordem social tendo como perspectiva a sua resolução sem a presença de sociólogos nas equipes técnicas encarregadas de tais tarefas? (SOUZA, 2016, p. 72).

Se para muitos ambientalistas e economistas a criação de áreas protegidas foi a melhor solução encontrada como resposta ao avanço do capital sobre os recursos naturais, para os moradores das áreas convertidas em UC as mesmas têm significado restrições aos seus modos de vida e reprodução socioeconômica, como é o caso das unidades de conservação de uso indireto, a exemplo dos Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, que implicam na expulsão dessas populações de suas áreas tradicionais de moradia. Isto tem se dado em decorrência dos ordenamentos jurídicos que ignoram a participação popular local e suas reais necessidades quando da definição das regras de uso dos recursos naturais e dos territórios de uso comum.

Para melhor compreender a questão da criação das UC em suas duas vertentes gerais, quais sejam, unidades de conservação de uso direto, que são aquelas que permitem a presença humana permanente no seu interior, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX), em oposição às unidades de conservação de uso indireto, que são aquelas áreas protegidas que não permite a presença humana como moradores, por exemplo, Parques e Estações

Ecológicas, se faz necessário apontar, ainda que brevemente, para um importante debate no campo ambiental que orbita entre conservacionistas e preservacionistas. Em linhas gerais e resumidas os conservacionistas são aqueles sujeitos que entendem que é possível combinar a proteção ambiental com a manutenção dos modos de vida das populações humanas que ocupam tradicionalmente territórios, ocupações que, inclusive, contribuem para a existência daquele espaço ecologicamente importante a ser preservado.

De outro modo, os preservacionistas têm uma visão radical quanto ao papel das populações humanas presentes em áreas ecologicamente relevantes à preservação e defendem a total exclusão de humanos de áreas daquelas áreas sobre o argumento central de que a área a ser preservada só será efetivamente protegida se interditada ao uso humano, considerando a história ecológica e os impactos ambientais, muitos irreversíveis, decorrentes da apropriação e uso humanos. Segundo Terborgh e Van Schaik,

> Os esforços para conservar a biodiversidade enfrentam, então, dois desafios principais. Primeiro, existe a necessidade de destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade - muito mais do que as atualmente utilizadas como tal. E, segundo, as terras dedicadas à conservação da biodiversidade precisam ser adequadamente protegidas de um conjunto de forças destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais…As experiências recentes com unidades de conservação em países tropicais não têm sido encorajadoras. A maioria dos parques tropicais possui pessoas vivendo dentro deles, às vezes legal, outras ilegalmente. A caça ilegal de vida selvagem é um problema praticamente universal. Ocorrem explicitamente atividades ilegais em muitas áreas protegidas. A lista delas é familiar, incluindo contrabando, exploração madeireira, invasão por agricultura, mineração de ouro, de diamantes e de outros minerais preciosos, pastoreio e extração de produtos naturais para o mercado comercial... Além disso, muitas áreas protegidas tropicais não foram adequadamente demarcadas, são inacessíveis a turistas, não possuem dotação orçamentária suficiente e são vigiadas (quando são) por guardas que não podem utilizar armas ou efetuar prisões (TERBORGH; VAN SCHAIK, (2002, p. 26).

Dentre as modalidades de áreas preservadas defendidas por princípios preservacionistas, o Parque admite a presença humana de modo recreativa ou, de outro modo, se admite que pessoas possam adentrar aquelas áreas sobre fortes e rigorosos protocolos que podem ser exemplificados pela máxima presente na maioria dos materiais de divulgação de áreas protegidas de uso indireto: *daqui não se leva nada a não ser lembranças, não se deixa nada a não ser pegadas e não se tira nada a não ser fotografias*.

No início dos anos 1970, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) começou a discutir e debater sobre a necessidade de estabelecer diretrizes para as áreas protegidas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(IBAMA), sucessor do IBDF, foi o responsável por propor a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O SNUC categoriza e define 12 categorias de unidades de conservação, incluindo áreas que foram identificadas, demarcadas e declaradas como territórios protegidos, organizados em 2 grupos: o de *proteção integral*, cujo objetivo básico é "preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais"; e o de *uso sustentável*, cujo objetivo é "compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, é aquele que permite a exploração do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis" (BRASIL, 2000). As categorias de unidades de conservação estão descritas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Tipos de Unidades de Conservação

UCs de uso indireto	UCs de uso direto
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva Extrativista
Monumento Natural	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Lei nº 6.985, de 18 de julho de 2000.

Ao discutir e analisar os desafios interpretativos acerca da relevância de se criar áreas protegidas, combinando a preservação e manutenção das formas de vida das populações tradicionais com a necessidade de se garantir a conservação da biodiversidade e do meio ambiente, pretendemos promover uma reflexão crítica acerca dos dilemas, limites e possibilidades de investigação e interpretação das condições de vida das populações humanas habitantes de territórios transformados em "áreas protegidas".

Pretende-se também investigar em que medida as áreas protegidas têm garantido, ou não, a reprodução sociocultural daquelas populações e, ainda, de que modo aquelas populações enfrentam as constantes ameaças em relação a redução de suas áreas de uso tradicional e a imposição de limites ao acesso aos seus territórios míticos, sagrados, de caça etc.

Em contrapartida, nos interessa compreender de que maneira a criação de áreas protegidas pode significar a proteção de populações humanas contra as formas degradantes de uso dos recursos naturais indispensáveis às suas necessidades socioeconômicas e culturais? A dimensão da área protegida não pode se limitar à proteção biológica dos territórios, antes, ela deve estar assentada na dimensão social, garantindo assim a efetiva proteção da área, por meio do uso ordenado da área.

Por fim, como equacionar a implantação de áreas protegidas e o controle e monitoramento do uso dos recursos naturais centrados em modelos de gestão democráticas com as diferentes formas de organização social próprias das sociedades e populações tradicionais distintas dos modelos de representatividade do mundo ocidental moderno?

CAPÍTULO 3

AS MEMÓRIAS ACERCA DAS LUTAS E CONFLITOS EM TORNO DA TERRA E TERRITÓRIO DE USO COMUM

O objetivo deste capítulo é recuperar, por meio de relatos orais, as percepções e sentimentos acerca dos conflitos com agentes externos e internos. A partir disso, compreender as ameaças à permanência dos costumes tradicionais e das relações sociais historicamente referenciadas.

Ao conceber este capítulo, imaginei trazer aqui os registros memoriais, muitas vezes fragmentados, que ajudam a entender e compreender a história das pessoas que, de um modo ou outro, contribuíram para a criação de uma área protegida capaz de garantir um território de uso comum para os camponeses de comunidades localizadas no rio Jauaperi. Para isso, adotarei um procedimento que combina uma análise crítica das entrevistas que conduzi com quatro personagens distintos. Cada um deles, à sua maneira, oferece compreensões únicas do processo de luta pela criação da Reserva Extrativista (RESEX).

Entre os entrevistados estão Hector Daniel Garibotti, um dos fundadores da Associação Amazônia; Amélia Nascimento, moradora do rio Jauaperi e dirigente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Dora, também moradora do Jauaperi; e Francisco Justino, conhecido como Tabaco, amigo próximo de Cristopher Clark (o Chris), fundador da Associação Amazônia, que viveu por cerca de vinte anos na região, falecendo em 2020; e o "Leo do ICMBio". Todos são personagens que estiveram envolvidos desde o início com as discussões e ações que, ao longo do tempo, se constituíram como luta social. Em decorrência de desencontros, acabei não entrevistando Plínio Assunção.

Os depoimentos são individuais, as memórias são individuais, entretanto, não se pode perder de vista que são memórias que constituem um todo, formam uma memória social, uma memória coletiva, memória que experimenta dinâmicas específicas, como afirma Michael Pollak:

> A priori, la memoria parece ser un fenómeno individual, algo relativamente íntimo, propio de la persona. Pero Maurice Halbwachs, en los años 1920-1930, ya había subrayado que la memoria debe ser entendida también, o sobre todo, como un fenómeno colectivo y social, o sea como un fenómeno construido colectivamente y sometido a fluctuaciones, transformaciones, mudanzas constantes (POLLAK, 2006, p. 34)

Na busca por compreender a história, não me limitei a depoimentos estritamente fidedignos que pudessem reconstituir cada momento daquele tempo. Em vez disso, busquei elementos capazes de narrar a trajetória construída por mulheres, homens e camponeses que, ao tomarem as rédeas de suas vidas, enfrentaram adversários políticos contrários à criação da área protegida. Nesse sentido, minha intenção é apresentar uma síntese crítica de cada entrevista, seguida pela exposição detalhada de cada uma delas. Eventualmente, trechos repetidos podem surgir, mas estou ciente disso e explicarei o motivo. O objetivo é permitir que os próprios personagens expressem suas perspectivas, e por isso optei por esse método de apresentação.

3.1 Hector Daniel Garibotti: o início da ideia utópica de uma área protegida

Escolher um evento para chamar como o "começo da história" nunca é fácil, mas é preciso e necessário, de modo que começo pela entrevista que fiz com Daniel Garibotti, em Manaus, numa noite qualquer de um inverno amazônico.

Daniel, um amigo de longa data, me conta que, em um dia qualquer, no final dos anos 80 (não foi capaz de lembrar a data), caminhava pelo centro de Manaus com os amigos Plínio Encarnação, seu pai, o Baixote, e o Barão, um homem alto, magro, de meia idade, com sua barba branca, argentino como Garibotti, quando avistaram um grupo de gringos em um bar qualquer, na calçada da Rua Eduardo Ribeiro, tomando alguma coisa. Daniel e seus amigos eram vendedores de pacotes turísticos e, por conta disso, o Barão o cutuca. Daniel se aproxima do grupo de gringos, se dirige a um deles, o Chris, e diz: "Bem, você não está procurando uma aventura?... Porque, se você está procurando uma aventura, é aqui mesmo, com a gente".

Começaram a conversar, uma conversa entre pessoas que não se conheciam, não sabiam nada uns dos outros, prevalecendo a desconfiança e incertezas. Afinal, eram dois grupos distintos e estranhos, de um lado dois argentinos e dois caboclos, de outro uns gringos:

> A gente não se conhecia de nada. E eles eram reticentes no início, porque, claro, desconfiados. Desconfiados de ter um ataque na rua. E o Barão com sua barba branca, magrão, alto. E eu com meu sotaque argentino. Deve ter sido para eles um pouco surpreendente. E o Barão argentino também. Os argentinos queriam vender uma aventura na Amazônia (risos).

A conversa seguiu e o "grupo de gringos" virou o grupo do Chris, Anna, e Erick, e Daniel segue contando que seguiram com o grupo recém-conhecido pelas ruas da cidade, em

direção à Serraria Matias, no bairro Aparecida, onde estava atracado o barco Charrua, nome de uma tribo indígena argentina, de propriedade do Barão:

> Um barquinho de 12 metros. Um motor de 52HP. E aí ficamos conversando nesse barquinho a noite toda. Falamos de coisas. Daí foi abrindo conhecimento um do outro. O que é você e o que você faz. Aí o Crhis contou que ele estava traduzindo um livro. O Erick trabalhava com minas na Cruz Vermelha – atuava desarmando minas terrestres deixadas em campos de guerras ao redor do mundo. E aí começou todo o conhecimento entre nós. E vendemos a viagem. Vendemos uma viagem para o (rio) Uatumã. E foi na na preparação da viagem que eu tirei o braço do ombro. E foi uma situação chatíssima, porque quando você desloca o braço, você passa dias com dor. Então eu falei para o Barão, eu não vou nessa viagem, porque eu preciso descansar. Eu iria traduzir um pouco, porque o Chris falava italiano e inglês, o Erick só inglês e a Anna, italiano e inglês; o Barão, italiano e inglês, então eu estava vendo a tradução, mas aí foram, se entenderam bem. E se perderam na selva. Entraram para caminhar umas duas ou três horas e caminharam uns três ou quatro dias. E saíram num lugar que tinha uns troncos. Armaram aí, como foi possível, uma mini jangada. Subiram em cima e foram baixar o rio. remando com as mãos, com as varas. Não era o Uatumã, seria o igarapé. E acabaram saindo perto do barco. E a aventura acabou bem. Claro, e essa foi a grande união entre eles. Quando eu cheguei aqui. Quando chegaram, contaram como foi a aventura. Eles vieram de uma aventura verdadeira.

Ainda segundo Daniel Garibotti, o tempo que passaram em conversas genuínas e a viagem pelo Uatumã, inclusive com os dias em que o grupo passou perdido na floresta, acabaram por produzir uma liga, um laço de amizade duradouro e fecundo:

> E aí a relação entrou em outro patamar. Entre todos. Isso uniu muito. Todos nós. E a partir daí já tudo foi voltar, fazer outra viagem. E depois outra viagem. E depois chegamos a conhecer o Jauaperi. Depois eu já me encontrei com eles na Europa.

Antes que prosseguisse, pedi para que falasse mais sobre a primeira viagem que fizeram juntos, antes de se encontrarem na Europa, foi quando Garibotti contou:

> Subimos o rio Branco entramos no Xeriuini. Entramos no Xeriuini e foi um impacto, porque o menino João, que estava conosco, pegou uns 6 tucunarés em 10 minutos, uns tucunarés de 2, 3 quilos cada um, era uma coisa de louco, nós estávamos impressionados. O que é isso aqui? E em 10 minutos vimos um peixe boi, vimos uma porrada de coisas. Você entra no rio Branco e aos 15, 20 minutos de navegação, na margem direita, entra o Xeriuini. E foi um impacto. E depois veio o Jauaperi. E já com o Xeriuini soubemos que aquilo ali pertencia a um parque nacional, que na realidade estava em alguns mapas, mas não era um parque nacional, nunca tinha saído do papel. Entendemos que a Amazônia era uma loucura, era uma maravilha, mas uma maravilha que não estava sendo protegida. Esse mapa era um mapa oficial que encontramos, editado pelo CIMI. E dizia que isso era o parque nacional do Rio Branco, um parque que não existiu. Era uma intenção. Já estava marcado como tal, então aí se desistiu. E veio Jauaperi, veio o comentário do

> Jauaperi, comentário do Xixua, comentário do Xiparina. E aí começou toda essa história.

Para localizar, o rio Branco é o principal rio roraimense, medindo cerca de 560 km, nasce ao norte do estado, a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, acima da capital Boa Vista, cortando o estado em direção ao sul, desaguando na margem esquerda do rio Negro, na divisa com o Amazonas. Em seu trecho final, de cerca de 100 km, corre paralelo ao rio Jauaperi, servindo em parte como limite da reserva Baixo Rio Branco Jauaperi.

Retornando ao depoimento e perguntado sobre a chegada ao Jauaperi, Garibotti indica alguma dificuldade para lembrar-se daquele tempo, quem efetivamente teria apresentando o rio Jauaperi?: "A minha memória não está muito clara nisso. Não está muito claro nisso porque... Alguém disse para nós do Jauaperi", e depois de alguns segundos em silêncio nos revela que:

> Isso veio por alguém, alguém externo ao grupo que fez um comentário. E terminamos subindo e entrando lá. E nosso primeiro contato lá dentro foi Carlitos. Carlitos, que é o marido da Palmira. O Nino. O Manuel, que era novinho. O Carlinhos, que era uma criançona. E aí começou. E aí voltávamos algumas vezes até que se formalizou a ideia. Mas antes dessa ideia foi quando a gente conseguiu fundar a associação. Em Grosseto (Itália) nasce como AmazonCompany. E depois se transforma na Associação.

A Associação Amazônia foi criada em 1991, em Grosseto, Itália. Segundo Daniel Garibotti, a primeira versão da Associação tinha um perfil mais parecido com uma empresa privada, daí a ideia de uma *"Amazon Company"* proposta por Christopher Clark. Essa ideia foi gradualmente abandonada, e prevaleceu a Associação Amazônia como uma entidade civil, de natureza pública e sem fins lucrativos.

Perguntado sobre a motivação do grupo ao criar a Associação Amazônia, Garibotti segue, como se estivesse pensando alto:

> Era desenvolver uma região. Era proteger. Era chamar a atenção do mundo para um lugar que merecia ser tratado com muito respeito e muito carinho. Era ajudar essas populações que não tinham nenhuma ajuda pública. Era tudo. Era saúde. Era educação. Tudo, tudo. Estávamos todos aí. Bastante entregues. Foi muito bonito. Era uma fase muito bonita. Na época eu tinha um bar. Eu fechei tudo. Eu me entreguei. Entreguei toda essa energia de... Ong. E como a ideia era que Cris, graças à capacidade que ele tinha para chamar a atenção de interlocutores europeus potentes, que eram pró ecologia, pedisse ajuda para que ajudassem a levar adiante esses projetos. Não eram valores altos. Era entre mil dólares para uma coisa e 10 mil para outra. E viagens de visitação que ajudavam a manter. E foi vários anos assim. Vários anos assim. Tanto que eu, por exemplo, que trabalhei com ele, fui tesoureiro. O primeiro tesoureiro foi Plínio. Eu cheguei a ser presidente e vice-presidente. Em seguida fui tesoureiro, e depois foi o Plínio. E secretário e não sei o que mais. Porque a comissão diretiva se manteve aí. Esse livro. Eu tenho que encontrar esse livro. Esse livro de capa preta que eu tenho em

> mente. Posso até desenhar ele. [Garibotti se refere ao livro da Associação. Tem tudo. Nós contamos tudo. Porque estávamos reunidos, onde estávamos reunidos. Quem estava reunido e quais são os eram os nossos objetivos.

Um tema que desde o início chamou minha atenção foi a origem da preocupação socioambiental dos fundadores da Associação Amazônia, considerando o rico debate ambiental dos anos noventa, que culminou em 1992 com a Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio de Janeiro. Perguntei ao Daniel se a preocupação do grupo fundador da Associação Amazônia expressava a posição de um grupo de ambientalistas, e a resposta foi, em certa medida, surpreendente tendo em vista que não havia naquele momento nenhuma militância ecológica, indicando um distanciamento em relação ao debate ambiental:

> Éramos conscientes, simplesmente. Simplesmente conscientes. Não tínhamos uma compreensão ecológica. Não, porque todos os nossos... Nossos âmbitos profissionais não eram... A biologia, nem... Não estávamos nesse... Não, estávamos mais na comunicação, turismo ecológico. Na área de humanidade, como o caso do Eric. Não, não, não. Essa foi uma das melhores coisas que podia acontecer. Não haver profissionalidade. Havia amor. Uma visão bastante... Olha o projeto Jauaperi. Vê o projeto Jauaperi. Isso foi escrito em duas noites. Aí na [rua] Lobo D'Almada. Com base numa sensação. E ele é realista. Concreto. O que queríamos? Por que queríamos que o Roraima nos cedesse a terra? Você se lembra? Aquela sessão de direitos de uso. Então, nós fomos bastante claros. E quando íamos atrás de algum assessoramento, não era tão fácil, porque... Ou não tínhamos o status quo que deveríamos ter para que alguém timbrado pudesse escutar a gente. Ou achavam que nós estávamos de brincadeira.

Foi então que perguntei sobre a criação do Projeto Jauaperi: O projeto Jauaperi, ele foi resultado da vontade, do pensamento do grupo de amigos, sócios da recém-criada entidade, do núcleo constitutivo da Associação ou ouviram os comunitários e refletiram criticamente?

> A gente falou muito com os comunitários. Muito com os comunitários. Muito com os comunitários. Especialmente naquele... Seu Elidio, do São Pedro, era uma pessoa que estava... Estava sempre conversando, olhando se o Pedro ia aparecer. Samaúma, evidentemente, estava a Amélia que era um pouco chata nesse sentido, porque não tínhamos uma boa relação, mas tinha outro menino, um professor. Itaquera, mesma coisa. Não era fácil. No começo não foi fácil. A comunicação com eles... Eu tenho fotos daquelas épocas, nós reunidos com a comunidade, e... Era só ouvir, mas que... Eles, não? Ouvir a gente. Ah, queremos evitar a entrada de pescadores que acabam com todos os estoques de peixes e acaba sendo necessário para o pescador passar 10 dias fora de casa, ao invés de ser 5 horas. E assim... E a madeira, e os políticos mentirosos, projetos especulativos, criar uma cooperativa, trabalhar o artesanato, a permacultura, o clima ecológico, a possibilidade de ser autossuficiente. A gente vendeu aquilo tanto tempo que acabou ficando. Acabou vingando, vingando toda a comunidade. E como tinha gente [turistas], todos os anos, 4 ou 5 viagens, conseguimos botar o Posto de Saúde, o Posto de Saúde trabalhou, a escola trabalhou. Começou a se

> enxergar um resultado real. Os políticos vieram, brigaram com a gente, mandamos os políticos tomarem o cu. Os índios Waimiri-Atroari nos visitaram duas vezes, a chefia dos Waimiri, diretamente lá de cima, duas voadeiras enormes, larguissimas, cheia de índio. Passaram a reunir um momento histórico, lindíssimo, com o chefão dos índios.

Dando seguimento ao raciocínio, Garibotii explica que iniciaram a discussão sobre o Jauaperi, sobre a necessidade de proteger aquela área a partir de um sentimento genuíno e espontâneo, sem muita clareza e mesmo método e indica que a chegada de um grupo de intelectuais, dos quais fiz parte, os ajudaram:

> Éramos os produtores de tudo aquilo. Estávamos trabalhando para o mesmo objetivo, os índios, os europeus, as comunidades. E depois vocês, porque vocês chegaram e estabeleceram um pouco mais de ordem nesse mapa. Tu, Vorney [médico da Universidade Federal do Amazonas e do Hospital de Medicina Tropical do Amazonas], o próprio Joacir [Agrônomo da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]. E esse projeto, quando incorpora tudo isso, já começa a ter força. E o Paulo Roberto [Empresário Italiano], que botou uma grana para fazer toda a demarcação. E o Pedro Moura [Topográfo], o cara que fez a demarcatória, que nos acompanhou, foram vários dias percorrendo todo o limite do terreno, da reserva. A compra inicial, era comprar o terreno do Carlito, três ou quatro terrenitos pequenos, mas como fazer para pegar aquela área que a lógica era que protegessemos a nascente do rio? Se não protegêssemos a nascente, não tinha sentido. Ao menos do Xixuau. E no nosso mapa entra a nascente do Xixuau, mas não entra a nascente do Xiparina. Tu vê que não está, a nascente do Xiparina não está. Mas também é verdade que está em uma área com muitas dificuldades para exploração. Chavascal bravo, mais um Chavascal que pode ter algum minério, alguma coisa, e um dia aquilo se transforma e vai de toda essa porcaria para baixo. A proteção [da cabeceira do Xiparina] deveria ter chegado, mas aí passava a 210 mil [hectares]. Nós fechamos a reserva com cento e setenta e tantos mil.

A partir deste momento, Daniel passa a falar de um dos temas mais caros e criticados: a decisão de realizar a compra das posses e benfeitorias dos moradores do igarapé Xixuau como estratégia para garantir a obtenção da posse de toda a área, condição que julgavam necessária para a transformação daquele espaço em área protegida. O raciocínio foi juntar as posses individuais, inclusive os castanhais, áreas de coleta e caça, em uma posse única, em nome da Associação Amazônia, sendo que todos os posseiros membros da Associação seguiram como reais e perpétuos ocupantes daquele território. Segundo Garibotti:

> Mas se pegávamos aquilo [a cabeceira do Xiparina], era 210 [mil hectares]. Era uma quantidade enorme. E como foi isso? Foi graças à compra dos caminhos tradicionais, da castanha, do cipó. Fundamentalmente castanha e cipó. Compramos de várias pessoas. Compramos sete. Está tudo relacionado nos livros de ata. E está até mais ou menos a produção que cada caminho dava. Qual era a venda que essa pessoa dava o regatão de turno pela venda da castanha, pela venda do cipó, pela venda do açaí.

Garibotti detalha a negociação:

> A ideia era comprar os caminhos de duração sustentável das famílias tradicionais e juntando todas as terras gerar uma reserva com base na propriedade, porque se pagou a essas pessoas. Se foi pagando. Me vende o teu caminho da castanha. Tu pode continuar explorando ele, mas passamos a ser donos, não eu, a Associação, para que a Associação possa solicitar um status de proteção em cima de uma região que conhecemos perfeitamente.

A forma adotada pelo grupo foi a mais inadequada e não encontrava lastro legal no ordenamento jurídico brasileiro, o que chama a atenção por ter sido recomendada por um jovem advogado, Miguel Barrela Filho, filho de um conceituado advogado amazonense, Miguel Barrela. Não faz sentido aquele arranjo complicado, inadequado e ineficiente, sobretudo por existir uma modalidade muito mais simples, que já vinha sendo implantada no Brasil, a Unidade de Proteção de Uso Sustentável denominada RESEX (Reserva Extrativista).

Apontei que, naquele período, já havia toda uma discussão acumulada sobre a criação de áreas protegidas e Unidades de Conservação e perguntei se eles não estavam familiarizados com aquela discussão e experiências, como a RESEX Chico Mendes, criada no Acre em março de 1990. Vejamos o que nos diz Daniel Garibotti sobre a razão de terem escolhido o caminho tortuoso que custou muita dor de cabeça, sendo o principal tema apontado e cobrado por todos os críticos, especialmente aqueles parlamentares que criaram as Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar as ações da Associação Amazônia e alguns de seus membros:

> Chegámos até a procurar informações e chegámos até a falar com alguém. Duas ou três pessoas que estavam em Ong. Não sei se perguntei para Vitória Amazônica. Sempre tínhamos uns interlocutores que pareciam que nos olhavam como se fôssemos macacos de outra árvore, sabe? Uma coisa estranha. Então foi como mandar tomar no cu de todo mundo. Dizendo, olha, estou de saco cheio do papo que não chega a canto nenhum, vamos trabalhar. E foi uma decisão um pouco orgulhosa da nossa parte, aqui tem muito blá_blá_blá, muito conhecimento, mas ninguém faz. Está tudo na teoria. Vamos na prática, vamos fazer. E foi assim, foi um pouco tomar essa decisão e ir autonomamente. Trabalhamos autonomamente. Todos esses anos. Muito unidos entre nós. Mas não... Não, não. Tu, tu e... e o Vorney, eu acho que foram os primeiros profissionais, e a Vera da Silva, que veio quando veio para fazer a filmagem, aquelas filmagens que se conseguiu que viesse a Survival, que viesse a BBC, a Disney. A gente recebeu equipes... A gente tinha muito poder de chamada. Muito. A filha do Klingor... Lembra do Klingor? O dono do Klingor Benson Bank. Um milionário do caralho. Chamamos a atenção Paulo Roberto da Vila Franca, que fossem pessoas potentes. Potentes. E esses outros que tanto sabiam e tal, estavam fazendo teoria. E nós estávamos na prática. E éramos orgulhosos disso. Erramos, talvez, por não ter tido mais apoio oficial. O advogado nosso era Barrella.

> Barrella também jogava essas cartas de autonomia. E sonhava com ler o código e tirar umas conclusões malucas. E nos meteu em umas enrascadas.

E foi do Barrella a ideia de se comprar as posses?

> Foi conversando entre todos, mas era uma ideia que achávamos bastante válida. Porque era, se alguém tinha um direito de uso, de uso campeão, era o cara que explorava. E que explorava? Explorava um caminho de castanha. Quanto era? Entrava três dias. Quatro dias. E como objetivo era preservar a cabeceira desse igarapé, para que realmente não viesse um dia a chegar uma porcaria de poluição originada em alguma exploração equivocada lá em cima, se puxou pra lá. Sempre achávamos super claro. E quando fomos falar com as autoridades em Roraima, não chamávamos muito a atenção com esse discurso nosso. Era bastante lógico. Acontecia que mexíamos com a terra de um estado que estava cheio de reservas indígenas e de parques e tal, que já eram defensores desse porcentagem diminuído que ficava pra eles. Ainda estávamos procurando deixar essa região autossuficiente pra eles [camponeses]. Não ia ser uma região onde pudesse puxar dinheiro público pra chupar da teta. Então éramos uns inimigos. Ainda éramos gringos. Estava na moda falar de biopirataria. De enganar os caboclos, que não sabiam nem ler e escrever e que a gente mandava assinar tudo. Você se lembra que éramos acusados.

Daniel continua compartilhando suas impressões e faz outra autocrítica importante, que explica sua saída da Associação e seu distanciamento do grupo. Ao discutir com ele sobre minha preocupação, digamos assim, com o que percebi como uma espécie de tutela da Associação, sobretudo do Chris, uma tutela dos comunitários. Todos esses anos, Chris sempre esteve à frente, sem uma perspectiva emancipatória, embora tenha sido criticado e cobrado a respeito por diferentes pessoas ao longo desses anos. Por essa razão, indago: Hoje, quem é que dentro do rio, depois de todos esses anos, fala inglês? Quem é que dentro do rio, hoje, é capaz de sentar e fazer um plano de captação de turistas? A resposta é evidente através de um nome: Quem pode realizar tais ações é Emanuela, uma comunitária italiana, moradora do Xixuau há mais de 20 anos. Somente ela.

E os comunitários?

> Isso foi paternalismo, mas isso foi o Crhis, o Eric também é mais conservador, ele também manteve essa política do Eric. Como o Eric fazia o que o Crhis dizia, nesse sentido, e o Plinio não discutia essas coisas, o Manoel menos, a única solução que eu encontrei naquela época foi sair de fora. E eu disse, vou ir embora porque acho que não é por aí. Não acho que você esteja, acho que não é por aí, nunca vai ser independente, sempre vai ser dependente da gente, sempre vai ter que ser. E isso era um pouco isso que considerei naqueles anos, que era um erro. Acho que era um erro, mas aí já... Não sei, agora que o Chris desapareceu do plano físico, deveríamos até ir lá e ver o que está acontecendo. Seria o mais lógico, como fundadores, membros históricos dessa história, seria bastante lógico se aproximar de lá.

Seguimos falando sobre Chris e um racha que houve entre ele e parte dos moradores da Comunidade Xixuau, racha que teria sido provocado pela Emanuela. A bióloga, estudiosa de ariranhas e que trabalhou por anos com ele, salienta que o racha teria ocorrido por divergências relacionadas ao modo como Chris dirigia as atividades locais. Como resultado, uma nova entidade teria surgido, sob o comando de Emanuela, entidade denominada ONLUS. Assim comentou Daniel:

> Eu não sei quem é Manoela. Não sei quem é Manoela. Há anos que está aí dando voltas, o Chris deve ter trazido ela ou deve ter aberto a porta para ela. Não sei nunca. Sei que ganhou um prêmio, que esse prêmio pode ter dado certa visibilidade, mas foi antes da pandemia. Isso não serviu de nada, porque veio a pandemia em seguida e agora já está velho o prêmio. Não sei. Não sei. Não sei também que relação tinha o Chris depois com Manoela. Quem poderia contar essas coisas seria Katlen. Deve estar bastante inteirada, porque Katlen falava muito com o pai. Anna, quando falei com ela, muito antes do câncer, há alguns anos, me disse que aquilo é um bordel. "Aquilo está um bordel. Não suporto mais". E eu perguntei, mas por quê? Eu não lembro a explicação. Pelo Facebook. Assim, curta. "Uma loucura. Ninguém sabe o que quer". Ela foi bastante destruída. E pensei, será que teve uma briga pessoal com o Chris ou alguma coisa? E está putinha da vida e eu peguei justo ela com o pé. E não é tão assim, não é? Porque o Chris era um cara que poderia ter esse problema de ser paternalista, mas era um cara honesto e um cara carinhoso com o Xixuau, carinhoso com o projeto. Ele ia defender o projeto. Errado ou não. Ele ia ser sempre a favor. Pelo menos dentro da visão dele.

De súbito, Daniel se lembra:

> O Valdemar é o primeiro caboclo [do Jauaperi] com quem nós entramos em contato. Valdemar nos leva no Xixuau. Valdemar. Valdemar da Silva Brazão. Membro fundador também [da Associação Amazonia]. Não. Posteriormente entrou. E como chegamos no Valdemar? Porque estávamos sentados no barco do Barão com o Chris. Um ano depois. Antes da fundação [da Associação]. Mais ou menos um ano ou um ano e meio depois daquela viagem que o pessoal se perdeu na floresta. E chega um barquinho com teto de palha, vendendo uma maconha que estava recém coletada da selva. E a Dona Raimunda, a sogra do Valdemar, a mãe da Socorro, a avó das meninas, a avó da mulher do Chris depois, mais tarde. Depois de ficar louco com aquilo, ficar impressionante de forte, decidimos visitar o lugar.

Garibotti segue lembrando:

> Ayudá, chama o lugar. Você entra na boca do Jauaperi, uma boca toda complexa, está direita. Do lado de cá, metido ali para dentro. Aí conhecemos o Valdemar e a Socorro e as crianças. Passei uma noite linda com ele, vendo as lamparinas de crescer. E depois entrou todo esse setor e com o Valdemar entramos lá [no rio Jauaperi]. O Valdemar foi um homem muito importante para nós lá dentro. Um cara muito bom na mata. E depois já vimos o João e toda a pesca.

Analisando o conteúdo da fala de Daniel Garibotti, podemos ver que a criação da Associação Amazônia e a mobilização em defesa da criação de uma área protegida são exemplos de como as populações locais ativamente moldam sua própria história. Eles não são simplesmente vítimas passivas de conflitos com agentes externos e internos, mas estão tomando medidas para proteger seus territórios e modos de vida.

O historiador Thompson, em "A Formação da Classe Operária Inglesa" (1991), argumentou que os camponeses não eram meras vítimas passivas das mudanças econômicas e sociais, mas atores históricos que moldaram sua própria realidade. A teoria crítica de Thompson enfatiza a importância de entender a experiência e a consciência da classe trabalhadora em seu próprio contexto histórico, argumentando que as pessoas não são simplesmente moldadas por forças sociais e econômicas externas, mas também têm a capacidade de moldar ativamente sua própria história.

O conteúdo das falas de Garibotti nos remete ao sociólogo francês Pierre Bourdieu (2019), que enfoca as relações de poder e dominação que se estabelecem nas sociedades, a partir da noção de campo social. Um campo social é um espaço de disputa entre os agentes que possuem diferentes tipos e quantidades de capital (econômico, cultural, social, simbólico), que determinam sua posição e sua trajetória no campo. O capital é a fonte de poder e prestígio dos agentes, que buscam conservar ou transformar as regras do campo conforme seus interesses.

Deste modo, podemos considerar que o grupo fundador da Associação Amazônia foi formado por agentes que possuem um capital cultural e simbólico elevado, mas que não se identificam com os campos acadêmicos ou políticos dominantes no Brasil. Eles buscaram criar um campo social, o da proteção ambiental na região do Jauaperi, a partir de uma visão própria e autônoma, baseada no amor e na consciência ecológica, o que os deixou extremamente vulneráveis aos ataques que sofreram por parte de setores das elites de Roraima, interessadas em se apropriar daquelas terras.

De mesma sorte, os camponeses do Jauaperi seriam agentes que possuem um capital social e cultural tradicional, baseado na exploração dos recursos naturais da floresta. Eles são subordinados aos agentes externos que detêm o capital econômico e político, como os políticos, geladores, madeireiros e tartarugueiros, se constituindo, deste modo, em sujeitos da intervenção do grupo fundador da Associação Amazônia. Na ânsia de contribuir com a defesa e proteção do território de uso comum dos camponeses, optaram pela estratégia equivocada de comprar as posses e benfeitorias dos comunitários, transformando aquelas posses individuais

em uma única posse coletiva, para criar uma reserva extrativista, sugerindo uma tutela dos camponeses.

3.2 Amélia Nascimento: A importância e os limites da reserva

Nos anos noventa, começou a luta pela criação de uma área protegida no rio Jauaperi, uma batalha que foi tomando forma com o avançar do processo, ainda que as coisas não estivessem claras e definidas. O que a maioria dos moradores do Jauaperi sentia era que as condições de vida estavam mudando e que os recursos aquáticos estavam desaparecendo. No início dos anos 2000, as comunidades enfrentaram o problema concreto da pesca comercial crescente, que causava o declínio dos estoques pesqueiros locais.

Uma mulher que retrata esse cenário é Amélia Nascimento[4], moradora da Comunidade Samaúma, liderança local e dirigente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS[5].

Para um pesquisador é difícil caracterizá-la, contudo, ouso descrevê-la como uma mulher de cerca de 50 anos que assume o protagonismo através de seu conteúdo político, sua luta cotidiana e sua prática feminista, manifestos nas necessidades sociais da Amazônia. A título de exemplo, inicio esse momento considerando uma contribuição muito rica apresentada pela entrevistada, a partir de uma pergunta formulada: "*Amélia, como você se identifica, "quem é a Amélia?" Vamos imaginar que você chega à universidade e vai falar aos estudantes. Como você se identifica? Você é uma trabalhadora rural?"*

> Luiz, eu acho assim, eu me identifico como uma pessoa de resistência, sabe? Rural, sim, uma mulher rural, uma extrativista que lutou, não tanto pelo meu bem-estar quanto todas as pessoas que eu vi ali na comunidade que precisavam de algo e não tinham coragem de falar, porque, às vezes, chegava alguém, como eu presenciei muitas vezes o governo chegar e passar a mão no ombro, vou lhe dar uma cesta básica. Então, às vezes, estava todo mundo para quando o governo chegar, a gente vai falar isso. E, na hora, eles se calavam. Então, eu achei assim, eu me acho assim, que eu me sentia

4 Concedeu entrevista na cidade de Novo Airão, na casa de uma de suas filhas, estudante de um curso técnico de enfermagem.

5 É preciso ser dito que o CNS surge em 17 de outubro de 1985, por ocasião do primeiro encontra de seringueiros, Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado nas dependências da UNB – Universidade de Brasília (DF), organizado por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com destaque para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, sobre a liderança de Chico Mendes, foi criado o CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. Já em 2009, quando se deram, em Belém (PA), o 2º Encontro Congresso das populações das Populações Extrativistas e o 8º Encontro Nacional de Populações Extrativistas se deliberou pela modificação do nome do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, que passou a chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Como a sigla havia ganhado vida própria, aquele evento julgou por bem manter modificar o nome, mantendo a sigla, daí a razão de CNS _ Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS, 2023), https://www.memorialchicomendes.org/quem_somos/ , acessado em 07/11/2023).

> mulher de verdade mesmo, e não ter medo, eu nunca tive medo de ninguém para me falar, desde que eu estou dentro do meu direito. Então, eu incentivava as mulheres, vamos falar, gente, vamos falar, porque só eu não resolvo, mas se nós for três, dez, 15, 20, nós resolvemos, as pessoas vão ouvir nós. Então, eu me considero assim resistente, como eu falo.

Esse entendimento da Amélia em relação a como ela se identifica é fundamental para iluminar o processo de formação de uma consciência coletiva. Esse processo não se dá de uma hora para outra, mas exige esforços e dedicação: inicialmente pessoal, mas que aos poucos vai alcançando outras pessoas, forjando uma consciência coletiva.

Indagada sobre como se identifica entre cabocla, ribeirinha ou trabalhadora rural, ela responde: *"Me encaixo em todas essas categorias. Sou uma cabocla, uma trabalhadora rural, uma extrativista, uma ribeirinha. Gosto de incentivar as mulheres, pois temos um grande potencial e devemos dar valor a nós mesmas."*

Sua fala manifesta mais uma vez como a afirmação de sua própria identidade. Nesse sentido, mas de outro modo, perguntei à Amélia: *Veja, na universidade, nós, intelectuais, por vezes falamos de caboclo, outras vezes de ribeirinho. Como você se identifica? Se a gente colocasse aqui o caboclo, o ribeirinho, o trabalhador rural, em qual caixinha você diria 'olha, estou aqui', ou não há uma caixinha?*

> Não, olha, para me falar a verdade, eu acho que me encaixo em todas essas caixas, porque eu me sinto uma caboclo, nasci no Amazonas, eu me sinto uma trabalhadora rural, eu me sinto uma extrativista, eu me sinto uma ribeirinho, então, assim, eu me encaixo em todas essas caixinhas que você colocou, eu me encaixo em todas elas, porque, assim, eu estou para… Eu vou fazer 60 anos agora no dia 6 de setembro, mas, assim, eu gosto de ser mulher, de incentivar as mulheres, está entendendo? Eu não gosto de ver mulher maltratada, eu não gosto de ver mulher oprimida, eu não gosto de ver homem, assim, desprezando, eu sei lá, porque, assim, eu acho que nós mulheres, nós mulheres, nós temos um potencial muito grande, né?
>
> Nós somos protagonistas, nós temos que dar valor em nós mesmas, né? Então, porque eu não sou uma ribeirinha, porque eu vou ter vergonha de mim, eu moro nessa casa coberta de palha, não, eu moro ali, dizendo a cara do vizinho, então, a gente tem que ser a gente mesma, né?
>
> Eu acredito, assim, por isso eu me encaixo em todas essas caixas que você coloca.

As "caixas" que Amélia diz fazer parte envolvem sua atuação política nos espaços em que está inserida e é respeitada. A liderança de Amélia é reconhecida por homens e mulheres, mas, diante do cenário violento e difícil de ausência do Estado, ela precisa fazer concessões que se apresentam frequentemente em diferentes ocasiões e momentos.

Sobre a relação com entidades externas, Amélia destaca a importância de parceiros como a Associação Amazônia, FVA, WWF e o sindicato: *"Eles nos orientaram, abriram nossa mente sobre o que era uma reserva e como lidar com ela. Eles fizeram um caminho para nós, nos apoiaram em todas as etapas".* Para Amélia esses parceiros foram fundamentais ao orientar sobre o que eram as reservas extrativistas e como lidar com uma reserva, pois inicialmente, não sabiam o que era permitido fazer em uma área de proteção. Essas entidades realizaram reuniões, oficinas e produziram um livro que ajudou a esclarecer os comunitários.

Ainda segundo a dirigente, as entidades contribuíram para que as comunidades pudessem formar um juízo, e o fizeram com respeito e cuidado, de modo que todos pudessem, ao seu tempo, entender o que era uma reserva e sua importância. Segundo Amélia: "*Sem eles, estaríamos perdidos, pois não sabíamos por onde começar, como proceder. Eles deram recursos e contatos para esclarecer dúvidas*". Enquanto algumas pessoas do governo local alegavam que essas entidades estavam manipulando os trabalhadores locais, na verdade, elas sempre atuaram no apoio e na ajuda para que o povo pudesse adquirir o conhecimento necessário, inclusive levando-os a Brasília para debates e esclarecimentos.

No que diz respeito ao poder dessas associações e as relações existentes com a comunidade, indago: *"Quanto que essas associações, quanto que essas pessoas que são de fora do Rio, digamos assim, de fora do Jauaperi, contribuíram para a formação dessa compreensão de mundo de vocês? E se isso foi positivo, se não foi? Porque eu lembro que teve um momento que o pessoal dizia, ah, vocês estão sendo manipulados pelo centro de fora. Fale um pouco do projeto"*:

> Assim, olha, todos esses nossos parceiros, como você falou, FVA, WWF, sindicato, todas essas entidades que nos ajudaram, eles contribuíram muito, assim, nos orientando, dizendo o que que era, o que que não era, porque era assim, como eu falei lá no começo, nós não sabíamos o que era uma reserva, nós não sabíamos como lidar com uma reserva, o que que tu podia fazer dentro de uma área de proteção.
> Então, essas entidades, eles foram assim muito, muito, muito, muito leves para nós, porque eles tentavam, eles faziam as reuniões, faziam a sua oficina, e eles mandaram fazer um livro, né? Então, eles foram assim, eles abriram muito a nossa mente, muito, nesse sentido.
> Assim, para mim, todos os nossos parceiros, como eu chamo, eles foram muito, muito grandiosos nesse momento, né? Porque a gente não sabia o que era uma reserva, a gente não sabia por onde começar, a gente não sabia o que usar, como fazer, o que que podia, o que que não podia, né? E eles colocaram a gente ali, não é assim.
> Aí passava um mês, 15 dias, fazer outra oficina, a gente não entendeu. Qualquer coisa, vocês perguntam.

> Ele já dava o número de outros para a gente se informar, então, eles foram, eles fizeram um caminho para a gente, uma escada, está entendendo?
> Então, eu acho assim, para mim, eles foram super, mas muita gente mesmo, quem falava isso, que eles estavam manipulando noís, era o pessoal do governo, nosso próprio Estado. Não era eles de fora, era o nosso Estado, falava, olha, o pessoal está fazendo isso porque eles estão manipulando vocês.
> Vocês vão ver, depois que essa reserva estiver formada, eles vão tacar o pé em vocês e vão ficar com tudo, porque eles que têm o conhecimento, mas eles não, né? Muitas vezes, como você sabe, quantas vezes eles levaram aquele monte de gente para Brasília, né? Para fazer debate, para perguntar, para, assim, para saber, né? Para ter o melhor conhecimento.

Mas, o acordo de cooperação e entendimento manifesta-se de diferentes maneiras.

Ao questionar as referidas entidades, Amélia compartilha sua indagação aos parceiros sobre o que fazer e como lidar com a pesca predatória. Eles souberam que uma solução já adotada em outras calhas de rios seria propor um Acordo de Pesca, que em síntese consiste em chamar todos os sujeitos envolvidos com a questão da pesca naquele ambiente – no caso, o rio Jauaperi – apresentar o quadro geral, os problemas reais e concretos, e, dali, propor um acordo que pudesse dar conta dos diferentes e opostos interesses. Para isso, foram chamados os pescadores comerciais, os pescadores comunitários, as lideranças comunitárias, representantes da prefeitura e, sob a mediação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), buscaram-se acordos possíveis.

Por conta das correlações de forças e dos modos predatórios e ilegais de pesca praticados pelos pescadores comerciais, os acordos de pesca quase sempre se revelam muito prejudiciais aos interesses dos pescadores locais, que não possuem quaisquer relações sociais, cuidadosas ou ambientais com os locais de pesca, praticando uma pesca predatória ao não respeitar os limites legais quanto ao volume e tamanho das espécies capturadas, desrespeitando o defeso (período de proibição total ou parcial de pesca) e usando técnicas e equipamentos proibidos, etc.

Desse modo, quando o Acordo de Pesca do rio Jauaperi foi firmado, interesses foram contrariados, tanto em relação aos empresários da pesca localizados sobretudo em Boa Vista (RR), Novo Airão e Manaus, quanto internamente, na medida em que moradores locais atuavam como intermediários, realizando pesca local na condição de "morador", mas que o faziam como prestadores de serviços dos empresários da pesca. Essa prática gerou e ainda gera conflitos internos relevantes.

Amélia segue e completa o raciocínio:

> Foi um ano de luta e, em 2006, **nós conseguimos** fechar o Acordo de Pesca. Aí, quando fechamos o acordo de pesca, a gente já começou a ser ameaçada. Aí as pessoas jogavam bilhetinho, falavam para o outro, olha onde eu vou pegar fulano, eu vou quebrar a perna, eu vou matar, eu vou quebrar a perna, eu vou quebrar o braço, eu vou dar um tiro na perna.

É significativo que a primeira palavra dita por Amélia tenha sido "Conseguimos". Esse "conseguimos" veio acompanhado por um sorriso de uma mulher vitoriosa e consciente de que a conquista é coletiva, fruto da luta empreendida por muitos. Nesse sentido, Amélia festeja o acordo de pesca, mesmo sabendo que aquele acordo estava colocando em risco a integridade das lideranças e defensores do acordo, como fica indicado na seguinte fala:

> Então, era assim, a gente via muito, muito ameaçado. Mas a gente se juntava, se morrer um, vai morrer todos. Então, nós ficamos aquele grupo persistindo…passados poucos dias que eles começaram a ameaçar a gente, eles tocaram fogo na casa do senhor Francisco, que era nosso presidente da associação mãe, em cima da RESEX, a associação Ecoex. Então, eles queimaram a casa dele com tudo, só escapou mesmo ele, queimaram tudo, não sobrou nada. E até hoje nunca ninguém descobriu, porque a gente fez denúncia, o ICMBio entrou e muitas outras entidades fizeram denúncia, mas, assim, parecia que nunca tinha acontecido nada. Nunca foi ninguém lá para ver como era a situação da casa, não teve nenhuma ajuda, nada.

Amélia está se referindo a uma luta realizada dentro de uma luta "original", uma luta por uma demanda específica, material e urgente, pela proteção dos estoques pesqueiros gravemente ameaçados por uma pesca comercial predatória, que inclusive contava com a participação de comunitários locais, e que provocou um acentuado e acelerado declínio dos estoques pesqueiros locais, sem a atuação mínima do Estado em relação à questão, mesmo competindo pela área. Deste modo, questiono: *"Amélia, durante muito tempo a gente ouvia dos governadores, dos deputados: 'larguem mão dessa coisa de reserva, porque nós vamos cuidar deles'. Você está me dizendo que não tem cuidado?"* A resposta evidencia as contradições e desinteresses governamentais com a região:

> Não tem nada, não. Hoje a gente está lutando, mas o governo...Nós já marcamos uma audiência com o governo, agora para fevereiro, que já passou, e ele disse que não tinha espaço para nós. Então, às vezes, as pessoas me perguntam assim, mas o CNS está lá dentro do Jauaperi...

Por essa razão, perguntada se a área está protegida, Amélia lamenta: *"Infelizmente, não. Fomos decretados há quatro anos, mas não há proteção. O ICMBio deveria realizar oficinas para formar o Conselho Deliberativo, mas nunca aconteceu. Estamos desprotegidos e nossos parceiros se afastaram"*. E pondera sobre a luta do CNS: *"O CNS é uma*

organização de mobilização e apoio, ajudando as pessoas a lutar por seus direitos. Porém, o governo cala as pessoas com cestas básicas, dificultando a mobilização."

A partir daqui, Amélia traz uma questão nova e relevante. Como apontado acima, ela faz parte da Coordenação do Conselho Nacional dos Seringueiros e Populações Tradicionais (CNS), uma das mais importantes entidades representativas dos camponeses da região norte, cuja tarefa tem sido lutar pelo fortalecimento das organizações de camponeses, em especial aqueles que ocupam territórios de uso comum definidos como unidades de conservação de uso sustentável ou que seguem lutando em busca de demarcação de suas terras e criação de unidades de conservação. Deste modo, solicito a Amélia que retome a questão da organização social, que fale sobre o CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o que é e qual sua função:

> O CNS é uma organização para ajudar, é uma organização de mobilização. Foi que muito participou lá para mobilizar as pessoas para ir, para fazer. Então, ele é uma, como diz assim, um órgão de mobilização, de apoio. Está precisando ir para Manaus, não tem um lugar, tem um apoio para ficar. Lá você tem uma cama para dormir, tem um lugar. Se você não tiver dinheiro, você come, você bebe. Então, é uma organização de apoio para ajudar. É uma entidade que ganhou nome, que ocupa um espaço que poderia ter sido do sindicato. Faço parte da Coordenação, mas é difícil, porque quando você chega em uma comunidade, as pessoas querem que você... O governo de Roraima acostumou as pessoas assim. [oferece] uma cesta básica e... Você quer uma coisa, o governo vai te dar. Praticamente para você se calar. E quando você fala do governo, quando você diz que o governo tem que procurar as coisas melhores, tem que procurar melhorias. Aí algumas pessoas vão dizer, ah, o governo é bom, todo mês ele vem aqui e dá uma cesta básica. Então, ele cala as pessoas nesse sentido.

Amélia fala da cobrança que sofre por ser dirigente do CNS e, ainda assim, não ser capaz de conseguir os "benefícios" e as melhorias demandadas pelas comunidades, inclusive a sua. Uma das principais dificuldades que enfrenta como dirigente do CNS é o isolamento da região, que não conta com "barcos de linha", dificultando muito a mobilidade tanto entre as comunidades quanto para sair da RESEX para buscar apoio e cobrar do Estado as demandas locais:

> Então, às vezes, as pessoas me perguntam assim, mas o CNS está lá dentro do Jauaperi, no meu caso. Vocês não fazem nada. Não, gente, a gente procura fazer. Mas como é que eu vou entrar na sua casa se você não abre a porta para mim? Não fica difícil? Fica difícil. E eu falo sempre às pessoas, olha, uma viagem, o Luiz Antônio conhece, uma viagem do Jauaperi, da minha reserva para a Rorainópolis, então para Boa Vista, você só passagem, sem você comer, estou falando só as passagens, menos de 800 reais você não chega lá. Por pessoa, porque você vai, mesmo que você tenha um barco,

> você tem que comprar as despesas Ou chega em Novo Airão, não é fácil a despesa, de Novo Airão, de Manaus, você tem que pegar um ônibus para ir, ou se você for da minha reserva para Caracaraí, você gasta mais de cinco dias de barco. Então, é muito caro. Então a gente convida as pessoas, vamos lá, vamos fazer mais manifestações, vamos juntas mais 20, 30 mulheres, só que eu não tenho condições, ai fica difícil.

Apesar das adversidades, a narrativa de Amélia é marcada por uma forte agência. Thompson argumentaria que a resistência não é apenas uma reação passiva às condições adversas, mas uma forma ativa de moldar o próprio destino. A liderança de Amélia no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e sua luta contínua por melhores condições para sua comunidade exemplificam essa resistência ativa. Mesmo diante da falta de apoio governamental e das promessas não cumpridas, Amélia e sua comunidade continuam a buscar melhorias, mobilizando-se e reivindicando seus direitos diante do silenciamento estatal que se evidenciam a partir da indagação sobre o que o Estado fez de positivo na região:

> Nada, nada. Porque continua, na minha comunidade, continua a mesma coisa, o mesmo grupo gerador de antes, de 20 anos atrás, uma rede de energia que tem do governo lá, é só a rede de energia e o grupo gerador.
> E tem uma escola que foi fundada lá em 2000 acho que 2003, 2005, que é a prefeitura que mantém ela em forma ainda. E é só. E para nós, não teve Serviço de saúde, não existe na nossa comunidade.
> É por isso que às vezes as pessoas me perguntam isso, e eu falo assim, a saúde lá, não tem. Tem que vir para Nova Airão, para a reserva, um diesel, uma gasolina, porque a doeste é bem para Nova Airão, para Moura, para pegar o barco, para ir para Manaus, mas lá não tem.

Nesse momento, pergunto sobre o futuro. E a resposta é como um soco no estômago, por conta da contundência analítica elaborada por Amélia, uma mulher que tem lutado incansavelmente por mais de 20 anos para que as comunidades do Jauaperi alcancem alguns poucos direitos. Amélia para, fica em silêncio por algum tempo, pensando e então dispara:

> Não existe praticamente [futuro], porque o futuro dos jovens hoje está como aqui [indicando a casa da filha, onde realizamos a entrevista], a minha neta é formada aqui, Novo Airão, a outra, porque vem para a cidade, porque lá não tem, lá não tem futuro, não tem futuro, lá tem reserva, no caso de agora, para estar como eu, um de 60 anos, outro de 70, outro de 50 e poucos anos, vai para lá para fazer, comer um peixe, fazer uma rocinha, porque lá não tem futuro nenhum.

Em outro momento, ela destacou a importância da educação para o futuro: *"A educação abre portas. Precisamos de uma educação voltada para os ribeirinhos, os extrativistas, os pescadores. Sem isso, não há futuro."*

Para Amélia, um futuro diferente começa com a educação, que abre portas para o mundo. É necessário ter uma educação fundamental de qualidade, com qualificação local, para que as pessoas possam trabalhar na reserva. Segundo ela, não adianta alguém se formar em profissões como dentista ou assistente social na cidade se não há oportunidades para essas carreiras na reserva.

> Para a minha idade, está ótimo lá, porque é um descanso, é um paraíso. Lá você come um peixinho fresco, você gosta de comer caça, você come. Hoje, com acordo de pesca, você vê que o peixe está dizendo assim, me come, me come, está entendendo? Então, assim, está para a gente, para nós. Mas para uma jovem que vai lá, que futuramente, ela não tem futuro lá. Não existe futuro para uma jovem. Minhas netas, todas se formaram e vieram para a cidade.

Desse modo, a educação deveria ser voltada para ribeirinhos, extrativistas e pescadores. Amélia afirma que, embora isso seja possível, o governo não se empenha em realizar. Como reflexo da sua própria realidade familiar, Amélia reclama pela falta de uma escola de ensino médio para os moradores do Jauaperi e lamenta que os adolescentes tenham que se mudar para Novo Airão e Manaus em busca de estudos, o que tem contribuído para o êxodo dos jovens da RESEX, que buscam trabalho e renda nas cidades:

> Quando chegou aqui, a gente vê que as crianças ficam assim, praticamente assim, como se diz assim, rejeitadas, está entendendo? Porque quando chega aqui, a gente não tem disciplina. A gente não tem disciplina de matemática, de língua portuguesa, a gente não tem nada.
>
> Aí vêm pra cá [para a cidade de Novo Airão]. Na minha comunidade lá só tem aula até a quarta série. [e ainda assim não tem todos os professores], só um professor, multisseriado, e aí eu trouxe o meu netinho, já está com nove anos, vai fazer dez. Ele estudava lá, terminou, trouxe ele para cá.

Amélia enfatiza repetidamente a falta de oportunidades educacionais no Jauaperi como um dos principais obstáculos para o futuro da comunidade. Thompson provavelmente veria essa situação como um exemplo de como as estruturas sociais e políticas perpetuam a desigualdade. A ausência de uma educação adequada impede que os jovens desenvolvam as habilidades necessárias para melhorar suas condições de vida, reforçando um ciclo de pobreza e marginalização. A luta de Amélia por uma educação voltada para as necessidades dos ribeirinhos reflete uma tentativa de romper com essas estruturas opressivas e criar um caminho para a autodeterminação.

Thompson acreditava que a experiência vivida pelas pessoas comuns era crucial para entender os movimentos sociais e a resistência. Amélia, com sua longa trajetória de luta e

resistência, personifica essa ideia. Sua narrativa é rica em detalhes sobre as dificuldades enfrentadas, desde a falta de recursos básicos até a resistência contra a criação da reserva por parte de algumas comunidades. Ela oferece uma visão crítica e profunda das condições materiais e das complexas relações de poder que moldam a vida no Jauaperi.

A análise de Thompson sobre as classes sociais enfatiza a dialética entre as ações individuais e as estruturas sociais. No caso de Amélia, essa dialética se manifesta na interação entre a comunidade do Jauaperi e as políticas governamentais. A falta de compromisso do governo estadual com a educação e os serviços básicos força a comunidade a buscar soluções próprias, muitas vezes em condições extremamente desafiadoras. A luta de Amélia contra a manipulação e a dependência das cestas básicas ilustra a resistência contra as tentativas de controle social e a busca por autonomia.

A partir da perspectiva de E. P. Thompson, a entrevista com Amélia revela a complexidade das lutas sociais e a importância da agência das comunidades marginalizadas. A experiência vivida de Amélia, sua resistência ativa e a luta por um futuro melhor para sua comunidade exemplificam muitos dos temas centrais da obra de Thompson. A análise crítica dessa narrativa evidencia como as estruturas de poder perpetuam a desigualdade, mas também como as comunidades resistem e lutam por mudanças significativas, buscando transformar suas condições de vida através da mobilização e solidariedade.

3.3 Tabaco: entre as contradições e as mobilizações

Tabaco é uma daquelas pessoas que parecem ter saído de um livro ou de um mundo encantado. Tabaco é o apelido de Francisco Justino, morador da Comunidade de Xixuau, que conheço há quase trinta anos. Desde as primeiras vezes que o vi, lá estava o cigarro de palha pendurado no canto da boca, quase como uma extensão do corpo. O apelido foi inevitável, embora não se saiba quem o deu. Tabaco é um homem tímido, de poucas palavras, e realizar essa entrevista foi algo que quis muito, ainda que soubesse que não seria fácil.

Iniciei pedindo a Tabaco que me falasse de suas lembranças sobre os primeiros tempos de organização do Xixuau, dos primeiros anos em que Chris e Daniel chegaram: *"O que você lembra daquela área, daquele tempo? Que memórias você tem daquele tempo? E depois, o que você achava de tudo aquilo, o que você achava da chegada daquelas pessoas, da Associação Amazônia? Me fala um pouco desse tempo*"

> Pra gente que estava lá, né, que eu também cheguei lá, né? Então, na verdade, pelos anos que eu passei lá, que eu não era de lá.Eu cheguei lá rapazinho, né? Eaí, tudo que aconteceu no período da criação da Associação Amazônia, pra nós que estávamos lá, até o momento que o Finado faleceu (Cris), estava bom, né? E hoje, aí, de uns certos anos pra cá, foi criada a cooperativa, que eram as mesmas pessoas. E foi aumentando no sentido da comunidade, que não tinha comunidade. Era só os moradores, parece que... Quatro [moradores]. Era eu, o Paulinho, o Carlito e o Xarapa. E depois chegou a Ademarzinho, já. Então era as famílias que tinha.

Nessa primeira fala de Tabaco, já é possível identificar alguns aspectos que exigem atenção crítica. Tabaco aponta o aspecto positivo da criação da Associação Amazônia enquanto forma de aglutinar um grupo de pessoas, o que possibilitou a criação de uma comunidade. É preciso dizer que, para os ribeirinhos, a reunião de famílias em um local não os torna uma comunidade. A Comunidade surge com a implementação de, ao menos, uma escola ou uma igreja. Com a chegada do Senhor Ademar Brazão, o Ademarzinho, e sua família, com crianças em idade escolar, a Escola Xixuau foi erguida e assim estavam dadas as pré-condições para a transformação daquele lugar em uma Comunidade.

Há um segundo elemento na fala de Tabaco que merece atenção: ele diz que tudo estava bom desde a criação da Associação Amazônia até Chris morrer, em 2019. O entrevistado não diz por que as coisas já não estavam boas após a morte de Chris.

Ocorre que Chris, embora não tenha sido entrevistado devido ao seu falecimento, mas com quem troquei correspondências ao longo de 30 anos, sempre se mostrou o principal articulador das atividades no Xixuau. Ele sempre centralizou as tarefas relevantes da Comunidade – divulgação, captação e recepção de turistas, além da elaboração de projetos para a captação de recursos destinados à implementação de projetos socioambientais. Muitos, eu inclusive, foram críticos severos de Chris por conta de seu modo autoritário e concentrador de encarar seu papel na Associação, sob o argumento de que ninguém mais seria capaz de realizar aquelas atividades, o que é verdade.

Chris nunca admitiu a necessidade de mudar de comportamento, adotando uma perspectiva emancipatória que levasse em conta a formação dos moradores para que eles pudessem, aos poucos, assumir tarefas e papéis e se tornarem protagonistas. Isto nunca ocorreu, e a fala de Tabaco aponta para as consequências negativas das escolhas centralizadoras de Chris. Com sua morte, ninguém que caminhou com ele por mais de 25 anos estava capacitado a assumir as tarefas até então realizadas por Chris. A referência é que a comunidade Xixuau tinha uma enorme dependência econômica de Chris e de seu modo de atuar na área, que não considerava a necessidade de capacitar os moradores para que fossem

capazes de gerir a atividade turística e superar a dependência. É possível notar na fala de Tabaco uma preocupação e temor, não por eles, mas pelo "Gringo": *"Se tu tira o gringo, acaba o ganho. O que nóis ia ganhar lá?"*

Tabaco segue com suas considerações:

> Entendeu? Então, isso pra gente lá é dificultoso, no interior, né? Então, muitas pessoas, uns anos pra cá, vêm embora, porque... Entendeu? Mas, mesmo assim, tá lá. Vêm aqui... Porque ele mora lá, é de lá. Então, nunca vai esquecer isso, entendeu? Sempre ele vai estar lá. Brigando, discutindo, tudo isso. Nunca abandona.

Retomando a conversa, Tabaco segue:

> Depois, como foi desenvolvendo o turismo, aí foi chegando o pessoal levando os turistas pra lá, a comunidade foi crescendo, tinha que pegar os guias pra remar, né? Então, tudo isso foi melhor pra quem estava lá, entendeu? Pra hoje, a dificuldade é maior. Então, na realidade, pra nós, hoje, lá, está difícil.

Solicito que o entrevistado qualifique sua avaliação quanto ao tempo em que as coisas eram melhores. *O que era bom naquela época? O que você destacaria que era positivo? Você falou que foi criada a associação. O que você apontaria assim? 'Olha, naquela época, a associação conquistou essas coisas'?*

> Não, porque naquela época, lá, a gente protegia, né? Onde nós moramos, né? Então, conforme foi aumentando o movimento de comunidade, de pessoa, foi dificultando a situação da reserva, que é onde a gente morava, né? [a presença de] Peixeiro, porque isso tudo a gente faz também. Não é que não faz. Todos os moradores fazem. Então, não adianta dizer pra ti que não pesca. Pesca, só que, pra isso, tinha que ter um controle, um sistema que funcionasse. E, até hoje, pra quem está lá ainda sofre. Porque não adianta dizer pro cara que está fácil. Não está. Devido às leis. E está longe da cidade.

"E que tipo de sofrimento que ocorre você destacaria? Aqui tem um sofrimento?" perguntei.

- *"Rapaz, a dificuldade lá é grande."*

- *"Por exemplo?"* – insisti.

> Por exemplo, pra hoje, ainda aumentou mais ainda. E, antigamente, tinha facilidade, porque as coisas eram baratas, e o turista ia mais. Então, de hoje em diante, já não é mais como era. Naquele tempo, tu levava dez gringos, oito gringos, quinze gringos. Depois vai quatro, cinco, três. E olha os preços das coisas. Então, pra quem está lá, ainda tem dificuldade. Não é que está bom, não. Entendeu? Na minha vista, no meu

> quando foi formando a comunidade, tudo era mais fácil. A população era menor. O peixe estava aí, a caça estava aí, era mais fácil. Hoje tu já tem dificuldade. Entendeu?

Você falou que chegou com 14 anos lá, né? Você já trabalhava?

> Com os turistas mesmo. Na pousada que nós fizemos lá. A primeira pousada. Só não existe porque mudamos pro lado de lá, porque agora é mais maloca, né?! Antigamente, era só uma, agora é mais e mudamos porque alaga, É uma ilha. Ai a madeira, o banheiro, tudo isso ai pro fundo.

Neste momento, Tabaco expõe um fragmento importante do processo de criminalização e perseguição que sofreram por parte das elites de Roraima. Tabaco se lembra que a maloca utilizada para hospedar os turistas foi mudada de local não só por ser uma área sujeita a alagações, mas também devido à pressão por parte dos aparelhos do Estado de Roraima. Segundo Tabaco:

> Aí foi obrigado. E aí, quando chegou também as denúncias que tinham da associação, eles criaram uma lei pra botar perante a comunidade, né? Porque a comunidade é do outro lado (do Igarapé)

Indaguei *"Que denúncias eram essas?"*. Tabaco prontamente responde: *"Do estado de Roraima mesmo. Foi com turista, não era com a gente. De fato, era com o Gringo [Crhis], com ele mesmo. Sempre teve essa..."*. E as razões foram expostas na fala:

> É porque, na verdade, foi criado assim. Como ele [o Cris] era estrangeiro, né? Que você, um conhecedor disse, que esteve por lá, que apoio com Nóis. Então, como era o gringo que mandava, o gringo que... Não tinha nada disso. Depois, com os anos, eles começaram a entender que, na verdade, o gringo ficava lá e ia embora. Na verdade, quem fica lá mesmo é nós, o caboclo de lá mesmo, da região. Então, a cooperativa é de lá. Aí foram vendo que não tinha como achar uma brecha, né? Ainda teve um bocado de...

Tabaco indica que depois de algum tempo as pressões por parte do Governo de Roraima foi "dando uma pausa":

> Mas aí foram dando uma pausa, aí chega a eleição, aí o cara vota, tem tudo isso, entendeu? Aí o político vai lá no meio, entende?
>
> [A perseguição acabou?]
>
> Rapaz, está com uns... Uns oito anos, por aí, eu acho. Daí pra cá, depois que foi criada a cooperativa, começou já... É, porque a documentação mudou, já não era mais... Já é cooperativa mesmo do local, né? Aí eles aceitam também. É, é cooperativa é local mesmo, é ribeirinha.

Na fala de Tabaco, aflora sua percepção de que a perseguição política não era contra os caboclos ribeirinhos; para ele, a perseguição era contra o Chris por ele ser gringo. Essa compreensão indica uma dissociação da parte em relação ao todo. Enquanto que para Amélia, liderança e dirigente da CNS, a perseguição era contra os ribeirinhos e destinada a não garantir o direito dos moradores das comunidades em relação à demarcação de suas terras como área protegida, para Tabaco, aquilo não passava de uma implicância pessoal contra o "gringo" que "estava ganhando dinheiro".

Então pergunto: você acha que essa bronca dos políticos, a Otília, o Messias de Jesus, o Otomar, o Mozarildo, você acha que eles estavam preocupados com vocês ou eles tinham interesse nas terras?

> Rapaz, na verdade, a confusão não era nem tanto isso. Acho que, na verdade, por aí, o interesse era em dinheiro, né? Porque, por exemplo, tu vai aqui, tu tem que pagar. Isso até com brasileiro acontece. Então, como o cara é um estrangeiro, montou um negócio e está ganhando dinheiro, aí tu quer minha parte, eu quero a minha pra tificar bacana lá, entendeu? Então, quer dizer, era um negócio só por causa dele. Depois, quando viram que isso não dava em nada, que nunca deu, resolveram abandonar.

Ou seja, para o Tabaco, a questão era muito mais simples; ele não via uma ameaça à luta que empreendiam pela criação de uma área protegida. Nesse momento, acrescento a questão das CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito, os momentos em que a temperatura e a pressão mais se elevaram: *Você lembra que a gente foi perseguido, teve ação judicial, teve CPI? Você se lembra desse período?*

> Isso, isso, eu lembro. Porque, na verdade, quando eles foram lá a primeira vez, que a Maloca era do lado de lá, eles foram lá pra derrubar, né? A primeira denúncia que nós tínhamos invadidos,gringos.Até uma madeira que foi tirada pra segurança da Maloca,que era do lado de lá, eles embargaram. Prenderam os materiais, a praina, tudo que estava lá. E aí isso foi já um outro processo do vereador, o Leocádio, que nessa parte aí ele ajudou nós, já entrou o que era o governador Anchieta, também o Daniel, não sei o nome do outro, da FEMAT, e também tem outro, deixa eu ver o nome do outro cara, Adriano do... Não, pô, não me esqueci agora. Também é gente boa. Então eles trabalharam junto, junto com o vereador, né, oLeocádio, pra ir minimizando a situação, porque, na verdade, o fiscal quando chegava lá, ele vai e multava aí. Só que ele não sabia que, na verdade era a cooperativa que estava fazendo. Ele achava que era o gringo [Cris] que estava fazendo. Então, na verdade, o gringo não fazia, não serrava madeira. Porque a madeira é nossa, entendeu? Então, aí isso aí foi...

Pergunto se teria sido sempre daquele modo ou se houve tempos de conflito e ameaças, e Tabaco nos conta que: *"Antes foi [duro, com conflitos e ameaças]. Antes [o desejo deles] era*

tirar nós de lá". A fim de entender melhor, pergunto se, em algum momento, ficaram com medo de que fossem tirados de lá?

> Fiquemos. Fiquemos porque é Estado, né? Então lá é federal, né? E a gente tinha medo de acontecer, né? Não pela gente, porque, na verdade, ia tirar o nosso ganho. Então, se tu tira o gringo, acaba o ganho. O que nós ia ganhar lá? E até hoje existe, porque tem a cooperativa lá, que faz o turismo. Então, se naquela época acontece isso, como que tu vai trabalhar lá? Porque tu não tem como ganhar nada no interior. Não tem como, tu tem que ir embora, tem que...

Tabaco nos fala que tanto o Governador da época, Anchieta, quanto o vereador Leocádio, de Rorainópolis (RR), não saíam da comunidade, os ajudando na "batalha por saúde", nunca os abandonando e, como retorno, o Leocádio "nunca perdeu uma eleição porque não abandona" os moradores:

> O vereador [Leocardio], esse que eu tô falando agora, é o que não sai de lá. É o que batalha por escola, batalha por saúde, nunca abandonou isso. E sempre, nunca perdeu uma eleição porque não abandona a gente lá. Defende algumas coisas do Ribeirinho, o cara vai lá, ele vai lá e ajuda. Então, essa parte aí dele é boa, né? Só que é pouco, cadê o... Então, isso, o Ribeirinho lá, ele fica doido.

Essa fala não encontra base na realidade, considerando que nenhum equipamento público foi instalado na comunidade. O posto de saúde e a escola foram construídos pelos moradores, com a articulação da Associação Amazônia que obteve o apoio financeiro necessário, assim como foi a Associação que pressionou a prefeitura para que assumisse o pagamento do professor local. Provocado, foi perguntado se na comunidade teria escola, serviço hospitalar, e Tabaco fala algo importante, algo que contrasta com o que disse acima: "*Tem, não. Só o posto de saúde. Aí eles vêm, por exemplo, uma vez por ano, eles mandam a balsa do governo.Atendendo, é dente, é tudo. Eles fazem tudo, mas isso é uma vez por ano"* .

E completa ao ser inquirido sobre o que poderia ser feito para que essas pessoas, os moradores de lá, não precisassem vir pra cidade? Não precisassem vir pra Novo Airão?

> Rapaz, aí tem muita coisa, né? Por exemplo, escola boa, saúde. Que é uma coisa que é muito precisa pra gente no interior, né? Por exemplo, um SOS não tem lá. O cara mordeu uma cobra, se acidenta, tu vai morrer lá, até chegar aqui. Então, isso é o que tinha que ter, né? O governo era pra olhar esse lado, mas... Mas sabe o que que acontece? Não é falta de recurso. Recurso tem demais. O problema é saber quem tá na frente pra... Entendeu?

Considerando o que Tabaco disse acima, cruzando-se com a fala de Amélia sobre o risco do êxodo rural ser uma ameaça ao futuro da reserva, questionei sobre o problema da geração de renda para as comunidades: *O que precisaria ser feito?*

Tabaco apresenta um dilema fundamental em relação à dinâmica de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Para que as comunidades possam fazer uso dos recursos da floresta, é preciso que se tenha um plano de manejo geral para aquela Unidade de Conservação, um plano de manejo que contemple as diferentes características locais quanto aos seus processos históricos de uso da floresta. Tem comunidades que têm maior expertise com os produtos, já outras têm a pesca ou a caça como principais estratégias de sobrevivência.

Em síntese, um plano de manejo exige a realização de inventários dos produtos existentes nas florestas e nos rios e lagos. A partir dos dados inventariados, é possível planejar a quantidade de cada produto que pode ser retirado em cada ciclo econômico de maneira que garanta o consumo atual e futuro, mantendo o equilíbrio ecológico. No entanto, sem que o plano de manejo seja elaborado, as comunidades ficam impedidas de fazer uso econômico dos recursos, se limitando ao uso de subsistência. É nesse sentido que Tabaco denuncia os efeitos sociais causados pela morosidade do Governo Federal que até hoje, desde julho de 2017, ainda não realizou sequer os estudos necessários para a elaboração do plano de manejo da reserva:

> Porque, na verdade, existem muitas coisas, né, que dá pra fazer. Mas aí depende também de muitas leis, né, tudo isso. Porque agora é uma RESEX, né? Então, pra fazer certas coisas, tu tem que estar tudo legalizado dentro da RESEX, entendeu? Então, a gente forma um grupo de castanha. Vamos lá. Forma um grupo de madeireiro. Tu tem que ter autorização, plano de manejo, é um monte de coisa. Então, isso funciona, mas não é logo. Mas até lá, como é que essa população fica? Porque o cara tem que trazer o peixe. Tem que comprar farinha dele. Quando a gente planta lá ainda é bom. E agora que nem farinha tem, né? Comprando aqui no verão. Porque tu não pode roçar um, fazer um bananal grande já por causa da RESEX.

Mudando de assunto, Tabaco passou a falar do processo de mobilização em defesa da criação da Reserva Extrativista, e começa apontando para uma disputa pelo protagonismo da luta. De um lado, havia o pessoal que estava ligado à Associação Amazônia, do Chris, e à entidade que foram orientados a criar, a ECOEX. Do outro lado, havia as pessoas que faziam parte da ARRJ - Associação dos Artesãos do Rio Jauaperi, liderada pelo Paul Clark, irmão e desafeto do Chris Clark. Vejamos o que nos diz Tabaco a respeito:

> Porque, na verdade, quando fui para criar a Reserva, tinha um desentendimento entre a Cooperativa Ecoex e a ARRJ, né? Porque é dois irmão, entende? Como o Paul é da ARRJ e o Chris era da Cooperativa, a ARRJ brigou, o Paul e tal. Como criamos a Ecoex, que era a associação mãe do rio, então como a maioria era do Xixuau, então saiu por lá a maioria, entendeu? [o primeiro pedido de criação de reserva] . Ai não aceitava isso, mas era mais entre os dois irmãos. Sobre a população, discute, tema. Mas aí depois foi se juntando um grupo, entendeu? Prabrigar pela criação da RESEX, né? Porque nãoque ia ser de bom, o que proteger mais a área, tem todas essas coisas, né?

E teve gente que não queria a reserva. Como foi para mobilizar?

> É, quase a metade não queria. É porque aí vai vendo o que vai acontecendo. Então, por exemplo, a cooperativa, no tempo da pandemia, levou muita cesta, cesta básica, a Emanoela ajudou muito nesse sentido. O Doutores das Águas, aquela balsa, foi levar pra lá também médicos, tudo isso. Então, por exemplo, tu não tá aqui, tu não faz parte, tu não tem direito de cesta. Depois que consegue, que tu quer ter. Então, isso foi acontecendo assim. Nas comunidades mesmo, né? O desentendimento... Aí foram vendo que aquilo ia funcionando e tal. Até chegar num ponto que... Aí eu já tenho muita gente que já fala da RESEX.

Como fica evidente na fala do Tabaco, um dos discursos mais frequentes entre aquelas pessoas que se opõem à criação de Unidades de Conservação é um discurso presente na maioria das áreas em que se implantou UCs, como veremos no próximo capítulo. Assim nos conta Tabaco:

> Mas antes, já... A RESEX vai proibir nós, vai fazer um monte de *porra*, vai tirar o cara daqui, vai botar pra fora, o cara não corta um pau. E aí, isso não existe, não acontece isso. Porque tu tem que se controlar. E isso existe. Não vai dizer que, em fato, tu comi um cabiçudo, não. Aonde? Serra uma madeira pra uma canoa, não existe isso. Agora tem que ter o manejo. Mas isso é já pelo pessoal do ICMBio, o pessoal da... Entendeu? Então, tem essas coisas assim.

3.4 Dora: as marcas do silêncio

Diferente dos entrevistados anteriores que tiveram muito o que falar, a ponto de optar por publicar as entrevistas na íntegra, decidi não publicar a entrevista completa de Dora, por entender que pouco teria a acrescentar além da análise que faço abaixo. De certo modo, reconheço que é uma escolha e as escolhas possuem, em alguma medida, uma arbitrariedade em que devemos aprender a lidar.

Ao analisar o conteúdo da fala da Dora, uma camponesa do rio Jauaperi, no Amazonas, que fez parte daqueles que lutaram pela criação da RESEX Baixo Rio Branco-

Jauaperi, encontrei sincronia com a contribuição de Thompson (1987), que destaca a importância das experiências pessoais e coletivas na formação das identidades de classe.

Thompson argumenta que a história das classes trabalhadoras é construída não apenas através das grandes lutas políticas, mas também pelas lutas cotidianas e pelas relações sociais que definem a vida das pessoas comuns, assim sendo, acredita-se que os sujeitos sociais vão forjando suas identidades à medida que vão elaborando suas lutas que forjam em perspectivas pessoais, sentimentais, coletivas, materiais e/ou simbólicas.

Dora começa a entrevista compartilhando a sua profunda ligação com o Jauaperi e o Xixuau, revelando como a sua vida pessoal e familiar moldou sua experiência na região.

Ela descreve a solidão de seu pai após ser abandonado e como ela, depois de casada e também "abandonada", voltou a morar com ele. As dificuldades de sua vida conjugal, como a separação de Justino (o Tabaco acima citado), são uma constante em sua narrativa, que, aliás, parece não ser só dela, mas de muitas mulheres trabalhadoras, especialmente mulheres negras, mesmo no interior do Amazonas. Isso evidencia que, por mais que os sentimentos e abandonos sejam "ignorados" ou manifestos de outras maneiras diante das lutas coletivas e de sobrevivência, as marcas são latentes.

Dora destaca a dureza das condições de vida, mencionando as dificuldades para encontrar transporte entre a cidade de Novo Airão e a sua comunidade, considerando que a região não tem transporte regular de passageiros, e a necessidade de trabalho árduo para sobreviver.

A narrativa de Dora também pode ser compreendida sob a perspectiva da marginalização das experiências vividas pelas mulheres, considerando que as experiências da classe trabalhadora, especialmente no campo e na zona ribeirinha, precisam incluir essas vozes para ser completa.

Quando Dora fala sobre sua memória da luta pela criação da reserva, ela admite não se lembrar claramente dos eventos e sugere que outras pessoas seriam mais adequadas para falar sobre isso. Esta postura reflete um processo histórico machista que desqualifica o papel das mulheres nas agendas públicas das comunidades, negando às mulheres que estão na linha de frente da luta papeis secundários, como o cuidado das crianças e dos fazeres domésticos. Thompson ressalta que as experiências vividas pelas mulheres são frequentemente marginalizadas, e que a história das classes trabalhadoras precisa incluir essas vozes para ser completa. Dora diz: *"Eu já quase não tava muito lá, não sei contar mais. Eu acho que alguém de lá mesmo sabe contar muito mais bem do que eu."*

Dora nos lembra da distinção entre a reflexão teórica das relações e existência social e a vida existência concreta. Quando perguntei o que ela diria para os estudantes da Manaus sobre a importância de lutar pela criação da RESEX, por que a reserva era importante para os moradores do Jauaperi e Dora foi precisa e assertiva ao responder com um lacônico: ***"Eu tô sem resposta".***

Não raro, nós intelectuais idealizamos o mundo e as relações sociais do outro, do nosso "objeto estudado" ou do nosso "sujeito de interlocução", e Dora me fez parar e ouvi-la em sua forma objetiva e concreta de existir, indicando que para aquela minha pergunta (acadêmica e intelectualizada) não tinha nada a responder.

Não me dei por satisfeito e refiz a pergunta: *"E se não tivesse a reserva, como seria a vida de vocês?"*. Dora respondeu com a firmeza de uma lâmina de aço e a leveza de uma pena: *"Acho que eu tenho a resposta. Se não tivesse a reserva, acho que tudo estaria acabado. Acho que madeira, acho que peixe. Acho que sim, tudo estaria acabado"*.

Ao lembrar das conversas com figuras masculinas como seu irmão Manoel e seu primo Mambite, Dora menciona a importância de Chris, uma figura externa que trouxe ajuda significativa para a comunidade. Ela reconhece o impacto positivo de Chris na vida dos moradores, destacando a construção de infraestrutura como escolas e postos de saúde, elementos essenciais para o desenvolvimento local. Contudo, essa admiração por Chris pode ser vista através das lentes de Martins (1993), que reconhece a importância dos aliados externos nas lutas das classes trabalhadoras, mas também ressalta a necessidade de auto-organização e liderança interna. Dora fala com carinho de Chris: "*Ele fez coisas muito boas... Quando meu pai conheceu o Nick, depois veio o Cris, né? Conheci. Aí eu lembro bem do Cris. Quando veio pra lá. Eu me lembro. Ele fez muitas coisas boas.*"

Dora continua a refletir sobre a luta pela criação da reserva, mencionando a resistência dos "políticos de Roraima" que queriam impedir o progresso. Ela recorda o medo e a tristeza que essas ameaças causaram entre os moradores. A tentativa de passar um trator para destruir tudo é um exemplo claro de como o poder externo tenta controlar e oprimir comunidades locais, um tema recorrente na obra de Thompson. Dora lembra: "*Aperreando, né? Que queria que acabasse tudo. Eu me lembro disso. Não era muito bom não. Teve um momento que queriam acabar lá.*"

No entanto, Dora também celebra as vitórias alcançadas, como a criação da cooperativa CopXixuau que tinha como objetivo a produção, a compra e a venda de artesanato, gerando trabalho e uma fonte de renda para a comunidade. Esta organização coletiva é um exemplo do que Thompson descreve como a "economia moral" das classes

trabalhadoras, onde a solidariedade e a cooperação são fundamentais para resistir à opressão com a geração das condições de sobrevivência material e a construir um futuro melhor.

Dora expressa sua preocupação com a criação da reserva em 2018, temendo que não poderia retornar por ter saído da área para trabalhar. Ela ouviu rumores de que apenas aqueles com parentes na reserva poderiam voltar, mas felizmente descobriu que isso não era verdade. Este medo inicial reflete a insegurança e a falta de controle que muitas comunidades sentem sobre suas próprias vidas, um tema que Thompson também explora em suas obras. Dora finaliza com um tom de alívio: "Era mentira. Na verdade, era mentira."

A entrevista com Dora revela a complexidade das lutas das comunidades ribeirinhas do Jauaperi. A vida de Dora exemplifica como as experiências pessoais, as relações sociais e as lutas cotidianas são fundamentais para a formação da identidade coletiva e para a resistência contra a opressão externa. A inclusão das vozes das mulheres e o reconhecimento de suas contribuições são essenciais para uma compreensão completa da história dessas comunidades.

CAPÍTULO 4

A TERRA DEMARCADA E PROTEGIDA PELA LEI: A CRIAÇÃO DA RESEX NA VIDA DAS PESSOAS *VERSUS* A AÇÃO DAS ELITES

O objetivo deste capítulo é, inicialmente, analisar a posição dos moradores em relação à criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, uma Unidade de Conservação de uso sustentável, explorando suas preocupações e esperanças. A luta pela criação desta unidade de conservação começou em 2001 e culminou em 2018 com o estabelecimento da RESEX, embora os esforços para a preservação da área remontem ao início dos anos noventa, como trabalhado anteriormente.

A seguir, apresento resultados de estudos socioeconômicos que realizei a fim de ouvir os comunitários acerca do que pensam em relação à criação da reserva, bem como identificar fatores tomados como problemáticos e que me parecem relevantes para caracterizar os modos e formas de uso e apropriação dos recursos naturais locais e suas preocupações e temores quanto ao futuro.

Este estudo foi realizado para compor um Diagnóstico Socioeconômico e o fiz me valendo de ferramentas metodológicas conhecidas como DRP - Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006), o que possibilitou a obtenção de informações relevantes à atual pesquisa e, ao mesmo tempo, garantiu aos camponeses a apropriação coletiva de saberes e conhecimentos socialmente referenciados.

Como evidenciado ainda no capítulo 1, o DRP tem como principal característica a produção de informações e conhecimentos a partir de reuniões e oficinas de trabalho com toda a comunidade local, de maneira que as perguntas e problemas propostos são recepcionados por todos, podendo ser respondidas por quaisquer pessoas, sem distinção alguma, respostas que podem ainda ser complementadas ou modificadas por outros participantes. Contudo, é importante salientar que mesmo com os elementos positivos em relação à criação da reserva indicados pelas matrizes ecológicas (uma das técnicas do DRP), busco medir o grau de aceitação e rejeição em relação à criação da unidade de conservação de uso sustentável realizando entrevistas estruturadas junto aos chefes de família das comunidades da área em questão.

Por essa razão, o presente texto tem como base o estudo de campo sobre a luta empreendida por camponeses de comunidades ribeirinhas, em defesa de espaços e recursos

naturais de uso comum ameaçados por interesses privados orientados por processos econômicos de mercado, expressados nas ordens públicas e Estatal, com destaque para o parlamento (Câmara Municipal de Rorainópolis, Assembleia Legislativa de Roraima, Câmara dos Deputados Federais e Senado Federal). Deste modo, enfatizo a importância de compreender os papéis exercidos pelos diferentes agentes envolvidos no processo e a luta pela implementação da reserva extrativista. Abordo as formas de oposição de setores da elite de Roraima em relação à proposta de criação da reserva extrativista, analisando criticamente as estratégias adotadas e as motivações que estiveram por trás daquelas atitudes.

Destaco a relevância dos 'não ditos' nas fontes históricas, que podem ser inferidos por meio de uma análise minuciosa. Estes podem abranger eventos, ideias ou sentimentos que foram intencionalmente omitidos, esquecidos ou considerados "irrelevantes" para registro na época.

Por fim, apresento as reações dos camponeses e dos membros da Associação Amazônia em oposição aos movimentos de Deputados, Senadores e outros políticos, representantes das elites de Roraima, que, como já salientado, se opuseram ao processo de criação da RESEX. A atitude conflituosa, opressora e de tentativa de silenciamento manifestou-se até mesmo nas dificuldades enfrentadas para obter acesso a informações relevantes para a pesquisa, especialmente em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) em Roraima, como será evidenciado ao longo deste capítulo.

4.1 Consequências da criação da RESEX para as comunidades locais

Pode-se dizer que a modalidade de luta pela terra em questão é, de um certo modo, diferente daquela analisada pelos clássicos das ciências sociais que se debruçaram a compreender a questão agrária na Amazônia.

Nesse momento, investigo a luta em defesa da posse da terra e o modo distinto e peculiar de uso não só da terra, mas de tudo que está sobre ela, inclusive aquilo que não é tangível. Em outras palavras, a luta aqui não é pela terra como base material para a produção privada de produtos a serem realizados no mercado enquanto mercadoria. Ademais, a luta é empreendida por sujeitos sociais que vivem nas e das florestas e mantêm um modo de vida que pressupõe a manutenção da floresta em pé.

Paralelo a essa compreensão de defesa e disputa pela terra, outras questões se colocam no debate. É necessário pontuar que, enquanto os trabalhadores/agricultores rurais da Amazônia, quase todos migrantes das frentes de expansão advindas do sul, sudeste e nordeste,

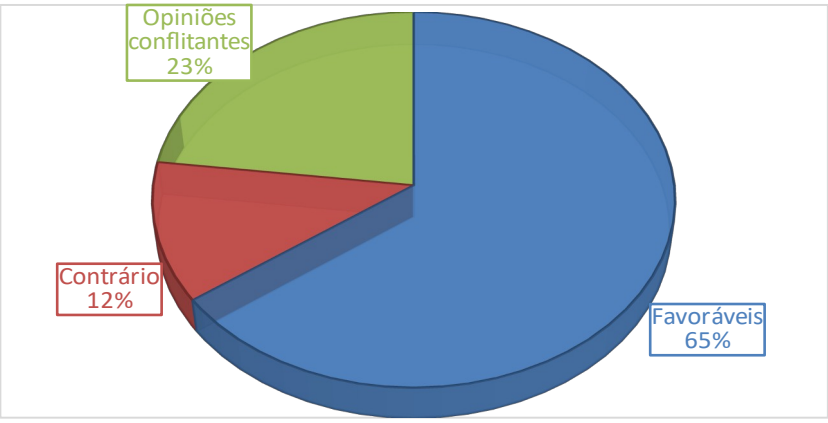
centraram suas lutas pela terra em uma perspectiva de apropriação e uso privado da terra, como bem privado, os camponeses ribeirinhos que lutaram em defesa da posse da terra enquanto território natural compreendem a terra como um bem coletivo e de uso comum, vislumbrando a defesa dos espaços naturais, dos recursos naturais presentes ali (florestas, fauna, recursos pesqueiros etc.) como estratégia fundamental e necessária à manutenção dos seus modos sociais de vida (DIEGUES; CASTRO, 2001), que resultam de uma construção social imemorial centrada em experiências, memórias, tradições e costumes.

De outro modo, em uma perspectiva histórica, costume e cultura estão interligados, como indica Thompson (1998). O costume aqui é entendido como cultura, mas, para além disto, a ideia de costume está ligada ao entendimento do uso habitual que o conforma enquanto direito: se de um lado o costume incorpora muitos dos sentidos que atribuímos hoje à cultura, de outro, apresenta muitas afinidades com o direito consuetudinário, e este deriva dos costumes, dos usos habituais, usos que podem ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias são codificados e podem ter força de lei.

A percepção das teorias está evidente nas lutas pela demarcação do território de uso comum dos homens e mulheres das comunidades ribeirinhas do rio Jauaperi, igarapés Xixuau e Xiparina, que buscaram transformar aquela área em Reserva Extrativista, produzindo resultados de ordem prática, empírica e social. Não sem motivos que é preciso lembrar que a participação na luta não foi unânime, tendo parte dos comunitários em posições distintas, uns indiferentes e, uma parte menor, que se opôs.

Ao perguntar "qual a sua opinião em relação à criação da reserva?", 65% dos entrevistados disseram ser favoráveis à criação da reserva; de outro lado, 12% se declararam contrários à criação da reserva e 23% manifestaram opiniões conflitantes, o que indica as posições flutuantes.

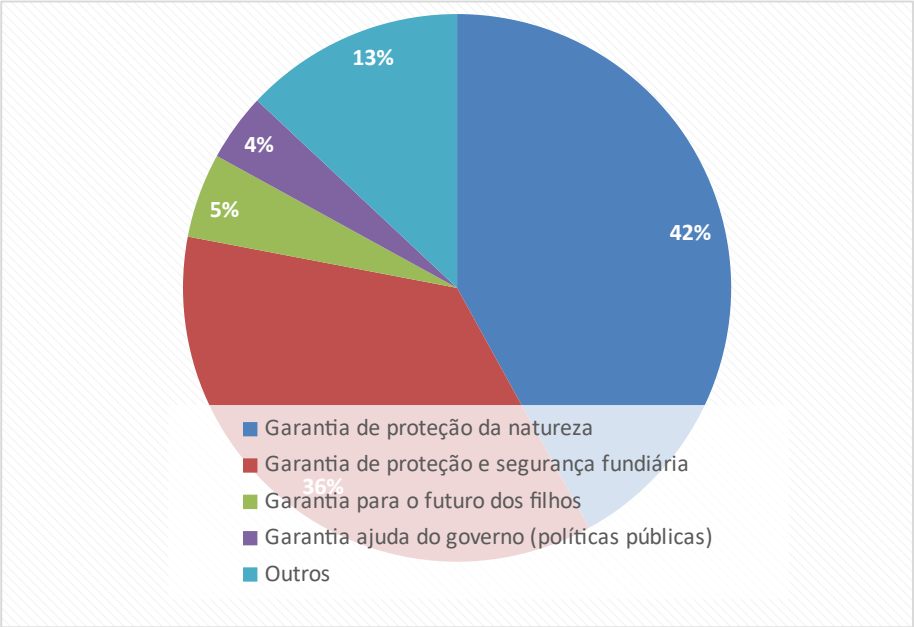
Gráfico 1 - Opiniões sobre criação da reserva



Fonte: o autor, a partir de pesquisa de campo, 2008.

Para adjetivar as respostas favoráveis, contrárias e "outras" (divergentes), foi perguntado aos entrevistados *"por que manifestavam aquela opinião?"*. Aqueles que se disseram favoráveis à criação da RESEX justificaram suas opiniões das seguintes maneiras: para 42% dos favoráveis, a reserva promoverá a proteção da natureza; para 36%, a reserva dará aos moradores proteção e segurança fundiária; para outros 5%, a reserva se apresenta como uma garantia para o futuro dos filhos; e, por fim, outros 4% afirmaram que a reserva garantirá a oferta de ajuda do governo (promoção de políticas públicas).

Gráfico 2 - Manifestações favoráveis a criação da reserva



Fonte: o autor, a partir de pesquisa de campo, 2008.

Dos entrevistados que disseram que são contra a criação da Reserva, 90% concentram suas explicações em questões que reforçam o temor de serem expulsos da reserva.

Tabela 1 - Dados sobre a criação da reserva

Contrário a Reserva	Percentual %
A reserva irá impedir que comunitários vendam peixes e outros produtos livremente	56
A reserva irá proibir que retirem madeira e pratiquem a caça	33

Fonte: o autor, a partir de pesquisa de campo, 2008.

Por fim, o grupo de “indecisos” oscilou suas respostas entre o medo de a reserva não dar certo (34%), a preocupação com as regras que poderiam limitar suas atividades, incorrendo em proibições (30%) e o temor por conflitos entre moradores (20%).

Tabela 2 - Opiniões indecisas sobre a criação da reserva

Indecisos	Percentual %
Medo de a reserva não dar certo	34
Temor em relação às regras restritivas	30
Medo em relação a ocorrências de conflitos entre moradores	20

Fonte: o autor, a partir de pesquisa de campo, 2008.

Essa oposição, tomada por vezes como indecisão, tem relação com o tipo específico de uso que aquelas pessoas têm em relação aos recursos naturais, quase sempre usos ilegais e que têm relevantes impactos sobre os estoques dos recursos naturais; estamos falando de pesca e caça predatórias e extração ilegal de madeira, por exemplo. Contudo, é necessário considerar que a percepção dos comunitários em relação à criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi apresenta uma complexidade que transcende a simples aceitação ou rejeição da medida.

Embora a maioria dos entrevistados (65%) se declare favorável à criação da reserva, conforme o Gráfico 1, é preciso analisar as razões que os motivam. Diante dos dados apresentados, retomamos a consideração de que, para os 42% dos entrevistados que se manifestam favoráveis à reserva, a proteção da natureza é o principal motivador. Isso indica que os comunitários reconhecem a importância da preservação da biodiversidade e do meio ambiente para o futuro das suas comunidades. Além disso, 36% dos entrevistados mencionam a proteção e segurança fundiária como um dos motivos para apoiar a reserva. Isso sugere que os comunitários buscam garantir o seu direito legal à terra e ao uso sustentável dos recursos naturais.

O que se destaca nesta expectativa é, de um lado, a esperança de que a reserva possa finalmente garantir aos comunitários a paz e segurança fundiária; a proteção dos recursos naturais de uso comum e a possibilidade de geração de renda, assim como a oferta, por parte do Estado, de saúde, educação e demais serviços públicos. No entanto, é importante notar que 23% dos entrevistados manifestam opiniões conflitantes, o que indica que a percepção sobre a reserva é mais complexa do que uma simples aceitação ou rejeição. Isso pode ser explicado

pelo fato de que os comunitários têm diferentes interesses e necessidades, e que a reserva pode trazer benefícios para alguns, mas também pode trazer restrições para outros.

Aqui é preciso fazer uma observação importante: há dois tipos predominantes de comunitários contrários à implantação da reserva.

Os primeiros são aqueles que acreditam que a reserva será restritiva aos seus modos de vida, inclusive podendo expulsá-los de suas áreas de uso. Para essas pessoas, as reservas se configuram como uma ameaça e risco real; se sentem ameaçados. Os 12% dos entrevistados que se declaram contrários à criação da reserva concentram suas explicações em questões que reforçam o temor de serem expulsos da reserva ou de continuarem vivendo no local de acordo com os seus modos de vida.

Isso sugere que os comunitários temem que a reserva os impeça de vender peixes e outros produtos livremente, ou que a reserva os proíba de retirar madeira e praticar a caça. Essas preocupações são compreensíveis, pois os comunitários dependem da exploração dos recursos naturais para sua sobrevivência. Segundo aqueles comunitários, *"com a criação da reserva ninguém mais vai poder tirar uma vara do mato ou um peixe do rio para a sua alimentação"* ou, de outro modo, *"a reserva virá para impedir a reprodução sociocultural daquelas pessoas e somente beneficiaria os turistas de fora"*.

Deste modo, para essas pessoas, o observado, o empírico, vale mais do que mil palavras. E eles possuem alguma razão, na medida em que todas as unidades de conservação, de algum modo, impõem limites restritivos aos modos de vida das populações locais. Neste caso, trata-se de uma posição ideológica, ou seja, estes comunitários pensam algo como: *"sou contra as reservas por elas serem restritivas"; "sou contra as reservas porque não quero ser mandado por ninguém"*.

Ainda é necessário considerar nesse contingente um outro tipo de morador contrário a reserva: aquele que não possui uma posição ideológica em relação a ela, entretanto se opõe por estar subordinado política e economicamente ao governo do estado de Roraima ou ao município de Rorainópolis. Esses comunitários, como se diz localmente, "recebem salário do governo" e, deste modo, são obrigados a defender os valores e ideais impostos pelos representantes do governo. Assim, ao longo dos anos, tivemos "aguerridos" defensores da reserva se convertendo em "inimigos" da reserva, bem como o contrário, "ferozes" opositores da reserva se convertendo em seus defensores. A variável que determina esta mudança se chama "salário do governo". Neste caso, receber ou não um salário do governo municipal ou estadual faz a diferença.

Assim, se na comunidade há um ou mais líderes locais na condição de empregado do governo, ele tende a pressionar os demais moradores para que não contrariem a vontade dos "patrões" (governador, prefeito ou parlamentar). Lembrando que as relações de poder nas comunidades são fundamentalmente patrilineares, ou seja, possuem estruturações de poder, de modo que a vontade do chefe/presidente comunitário acaba por se expressar na aparente manifestação das demais vontades em que todos concordam com o chefe.

Digo "aparente" porque, após algum tempo de conversação com cada um dos moradores, foi possível dar conta de que há um jogo de poder *intra* e *extra* comunidade que garante o equilíbrio local. Desta forma, as posições são alternadas, de acordo com os interesses imediatos, que podem resultar, inclusive, na troca de empregados do governo. Esse processo nos encaminha para a teoria de Bourdieu ao argumentar que o poder em um campo social é constantemente negociado e contestado.

Como demonstrado estar em meu campo de análise, é necessário reafirmar uma das principais contribuições teóricas de Pierre Bourdieu (1989), que se constitui como um marco na sociologia contemporânea ocidental, cuja base se assenta nos conceitos de Campo, Habitus e Capital. Desse modo, podemos expandir a discussão sobre a aceitação e participação dos moradores em relação à criação da RESEX.

Bourdieu, em sua teoria do campo social, argumenta que o poder é distribuído em diferentes campos da sociedade, cada um com suas próprias regras e estruturas. Nesse sentido, a comunidade da RESEX pode ser vista como um campo social onde os líderes locais e, de igual modo, os empregados do governo, exercem seu poder.

Ainda cabe salientar que Bourdieu se vale do conceito de *habitus*, que se refere aos padrões de pensamento, percepção e ação que são adquiridos através das experiências de vida de um indivíduo, o que nos permite analisar o contexto da RESEX, onde o *habitus* dos membros da comunidade pode ser moldado por suas interações com os líderes locais e o governo. Isso pode levar a uma aceitação aparente das atividades promovidas na RESEX, mesmo que haja descontentamento subjacente. Portanto, o conceito de habitus, introduzido por Bourdieu, refere-se aos padrões de pensamento, percepção e ação que são adquiridos através das experiências de vida de um indivíduo. O *habitus* não é fixo, mas é constantemente moldado e remodelado pelas experiências e interações de um indivíduo com o mundo ao seu redor.

Além disso, Bourdieu fala sobre o "capital simbólico", que se refere ao prestígio, honra e reconhecimento que um indivíduo ou grupo possui em um campo social. No caso da RESEX, os líderes locais que são empregados do governo podem possuir um alto nível de

capital simbólico, o que lhes permite exercer influência sobre os demais membros da comunidade. O mesmo se aplica àquelas pessoas que têm relações com entidades da sociedade civil e órgãos de Estado, como o Ministério Público, por exemplo.

Pelas razões apresentadas, as percepções dos comunitários em relação à criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi são complexas e multifacetadas.

Embora a maioria dos entrevistados se declare favorável a reserva, é preciso considerar as razões que os motivam e as preocupações que eles têm em relação à reserva. A análise crítica desses dados revela que a percepção sobre a reserva é influenciada por fatores como a proteção da natureza, a proteção e segurança fundiária, e a exploração sustentável dos recursos naturais, bem como o imaginário coletivo construído acerca das histórias contadas ao longo do rio quanto às restrições de acesso e uso de recursos em áreas protegidas de uso indireto, como é o caso do vizinho Parque Nacional do Jaú, localizado a menos de 40 km das primeiras comunidades, onde se prolonga um conflito por mais de três décadas, decorrente da presença humana na área.

A maioria dos moradores do Jauaperi tem algum conhecido ou sabe de alguém que tenha sido expulso da área do Parque, por ser proibida a presença humana. Por razões semelhantes, há a convivência, quase sempre pacífica, com a Terra Indígena Waimiri-Atroari, área conhecida por "reserva dos índios", onde não podem e não devem ingressar, sob risco de conflitos.

Essas restrições e receios à criação da RESEX encontram ressonância entre aqueles que se opõem à criação da unidade de conservação por razões econômicas, políticas e ideológicas.

4.2 Opositores à criação da RESEX

Compreender os papéis exercidos pelos diferentes agentes envolvidos no processo e a luta pela implementação da reserva extrativista é a intenção desta análise. E são muitos e diferentes agentes, e entender seus interesses é fundamental para que a história de luta pela proteção do território de uso comum dos camponeses do rio Jauaperi seja desvelada.

Nesta seção, abordarei as formas de oposição de setores da elite de Roraima em relação à proposta de criação da reserva extrativista, analisando criticamente as estratégias adotadas e as motivações por trás dessas atitudes. Para isso, tomarei como fontes os relatórios finais elaborados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados

Federais e do Senado Federal. Faço isso por considerar que nesses documentos há registros preciosos que revelam os interesses de setores das elites de Roraima, destacadamente aqueles ligados ao setor primário que têm, na apropriação da terra, a garantia do êxito dos seus negócios, tais como a extração de madeira, a pesca e a pecuária extensiva, caracterizada por baixíssimo investimento e baixa produtividade, expressada pela adoção de menos de um animal por hectare. Para se ter uma noção aproximada desse problema, a produção moderna e intensiva de gado tem sido capaz de criar cerca de dez animais por hectare[6]. A produção de gado no Amazonas e Roraima não tem passado de um animal por hectare, em média.

Pelo que ficará demonstrado, parlamentares de Roraima, representantes daqueles setores das elites, sempre se opuseram a quaisquer controles ou redução dos estoques disponíveis de terras públicas, na medida em que tinham essas terras como uma espécie de "reserva" para seus interesses presentes e futuros.

Considerando que no início dos anos 2000 houve uma acentuada pressão para que fazendeiros invasores das terras indígenas de Roraima, especialmente os invasores das terras Yanomami, fossem expulsos de suas fazendas para garantir a devolução daquelas terras aos seus legítimos donos e proprietários, os povos indígenas, era preciso garantir que, ao serem expulsos das terras Yanomami, esses fazendeiros pudessem contar com as terras públicas supostamente disponíveis no sul do Estado (PONTES, 2019; ALMEIDA, 2004). Obviamente, essas terras nunca estiveram vazias ou disponíveis; sempre foram terras legitimamente ocupadas, originalmente por povos indígenas e, mais recentemente, por camponeses.

O interesse da elite rural pelos estoques de terras públicas de Roraima se explica por duas razões: a primeira está ligada à possibilidade de as terras agricultáveis serem disponibilizadas ao mercado de terras, ou seja, garantir a possibilidade de que essas terras possam ser inseridas nos processos produtivos; e, em segundo lugar, como reservas de valor capazes de contribuir para a regulação do mercado de terras, mantendo baixo o preço médio

6 A pecuária é uma atividade essencial na produção de carne e leite, e pode ser classificada em dois modelos distintos: intensiva e extensiva. Na pecuária intensiva, o foco está na eficiência produtiva. Os produtores investem em tecnologia, melhoramento genético e manejo rigoroso dos pastos. Nesse sistema, a produtividade é medida pelo número de animais por hectare. O uso de rações balanceadas, pastagens cultivadas, rotação de pastagens e assistência veterinária resulta em altos índices de produção. Os animais são mantidos em espaços controlados, com acesso a alimentação balanceada e cuidados de saúde. Por outro lado, na pecuária extensiva, os animais são criados em grandes áreas e a produtividade é baixa, pois os animais se alimentam basicamente de pastagens nativas ou plantadas, sem uso de tecnologias avançadas. A criação é menos intensiva, com menor intervenção humana e menos preocupação com o manejo individual dos animais, de modo que a cada novo animal introduzido na produção se exige novas áreas, o que implica em avanço sobre a floresta, levando a novos desmatamentos.

do hectare de terra, o que garante o acesso a novas terras sempre com preços baixos. Essa, inclusive, é uma das principais razões de o setor agropecuário se opor à criação de terras indígenas, unidades de conservação e quilombos, pois cada nova área de terra pública incorporada como bem público significa que ela está sendo retirada do mercado de terras, aumentando as dificuldades de acesso às terras abundantes e de baixo valor de mercado.

Voltando ao tema acima proposto, é preciso dizer que as casas parlamentares indicadas, que se dizem “do povo”, não ajudaram em nada no que se refere ao acesso aos referidos relatórios, destacando o fato de que as buscas documentais, que deveriam ocorrer presencialmente nos arquivos das casas parlamentares, se deram por vias remotas em decorrência da pandemia de Covid-19.

Para obter acesso aos relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito, formulei requerimentos de acesso a informações por meio dos endereços eletrônicos disponíveis nos sites da Câmara Municipal de Rorainópolis, Assembleia Legislativa de Roraima, Câmara dos Deputados e Senado Federal. A rigor, não obtive respostas favoráveis de nenhuma dessas casas do povo, de modo que precisei recorrer à Internet para obter os documentos, o que, de algum modo, me fez perder tempo até que pudesse encontrar os relatórios das CPIs.

A falta de respostas às minhas demandas me atormentou por um longo tempo. Afinal de contas, estávamos em meio à pandemia, o tempo estava passando e eu não conseguia ter acesso às fontes fundamentais à pesquisa. Foi quando me dei conta de que a falta de respostas era, na verdade, uma resposta. Os silêncios retumbantes eram respostas. Aquelas casas parlamentares não demonstraram interesse em contribuir para uma pesquisa que, devem ter notado, poderia evidenciar suas práticas. A seguir, algumas das correspondências enviadas e suas respostas, quando houve.

4.2.1 Recusa aos pedidos de acesso aos relatórios[7]

a) Câmara Municipal de Rorainópolis

Em março de 2021, enviei um *e-mail* à Câmara Municipal de Rorainópolis, manifestando interesse em ter acesso "aos arquivos pertinentes ao processo de criação,

7 Os documentos e *prints* de *e-mails* e outras correspondências podem ser consultados na seção de Anexos dessa tese.

desenvolvimento e finalização, com relatório, da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou supostas irregularidades praticadas por Associações e lideranças Comunitárias localizadas no rio Jauaperi". Informei que estava realizando uma pesquisa acadêmica e pretendia realizar um "estudo sistemático dos documentos solicitados", deixando claro quem estava solicitando os documentos e quais eram as finalidades.

Não houve resposta e, em janeiro de 2022, reiterei a solicitação de informações, destacando que não estava certo "quanto à data de instalação da referida CPI", indicando que o ano de 1996 era uma referência, pois a falta de quaisquer outros documentos não permitiu precisar a data de criação da CPI municipal. Na oportunidade, destaquei ter realizado uma videochamada telefônica à Presidência da Câmara Municipal e que, embora bem atendido pelo Senhor Adriano Souza dos Santos, Presidente, segui sem obter os documentos requeridos. A videochamada ocorreu no dia 2 de março de 2021, pela plataforma Skype.

Durante a conversa com o então presidente da Câmara Municipal, ele me disse que o acesso aos documentos solicitados estava autorizado e que orientaria a Secretaria da Casa para a adoção de providências. No entanto, não houve desdobramentos efetivos e, em outubro de 2021, enviei novo *e-mail* salientando a promessa feita pelo Presidente da Câmara Municipal e reiterando o pedido de acesso aos documentos.

Como é possível constatar nas trocas de mensagens, os documentos solicitados existem, tanto que o Presidente da Câmara, em uma videochamada, me disse que eu estava autorizado a acessá-los. Assim, não foi por falta de solicitação que os documentos não foram fornecidos; está claro que não havia interesse em fornecê-los.

Finalmente, em fevereiro de 2022, recebi um *e-mail* da Câmara Municipal de Rorainópolis em resposta ao meu requerimento. A resposta foi confusa e contraditória, informando que "em 1996, Rorainópolis ainda pertencia ao município de São Luiz do Anauá", o que implicaria dizer que não existia uma casa legislativa, razão pela qual concluiu: "no acervo de arquivos desta Casa, não existe registro pertinente ao processo mencionado nas solicitações que o senhor enviou a esta casa". Por fim, informou que "envia em anexo a lei que emancipou Rorainópolis", o que, em última instância, desautoriza o Presidente Adriano Souza, que se comprometeu a dar acesso aos referidos documentos.

A Lei Estadual 100 de 17 de outubro de 1995 cria o município de Rorainópolis, estabelecendo que: Art. 1º Fica criado o Município de Rorainópolis nos termos da Lei Complementar nº 001/92 de 11/04/92 alterada pela Lei Complementar nº 011/95 de 11/04/95 e estabelece que: Art. 3º A sede do Município será a Vila de Rorainópolis e sua instalação ocorrerá no dia 01/01/97, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03/10/96. Logo, constata-se uma contradição em relação à resposta da Câmara Municipal que diz textualmente que "em 1996, Rorainópolis pertencia ao município de São Luiz do Anauá". Note que a lei é enfática ao determinar que a instalação da sede se dará em 01/01/97, "com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03/10/96", de tal modo que ao menos desde janeiro de 1997 Rorainópolis existia e sua Câmara estava instalada. Assim, é possível concluir:

- ✓ O município de Rorainópolis foi criado em outubro de 1995, ocasião em que ficou definida a localização da sede municipal, a Vila de Rorainópolis.

- ✓ Em outubro de 1996 foi eleita a primeira legislatura municipal.

- ✓ Eu estive em audiência pública da CPI em tela no Plenário da Câmara Municipal de Rorainópolis, o que se deduz que a referida Comissão Parlamentar foi instalada após outubro de 1996. Não encontro registros pessoais que possam confirmar a data em que ali estive.

- ✓ Considerando a resposta da Câmara Municipal, a dedução é que aquela casa legislativa afirma não possuir registos daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão que motivou, posteriormente, a Assembleia Legislativa de Roraima a instalar a sua Comissão Parlamentar de Inquérito.

É nítida a recusa da Câmara Municipal de Rorainópolis em fornecer a documentação referente à Comissão Parlamentar de Inquérito que deu início ao longo processo de perseguição aos camponeses e seus assessores que lutavam pela criação da Reserva Extrativista.

b) Assembleia Legislativa, Câmara do Deputados e Senado Federal

Dando sequência às buscas pelas fontes, no início de 2022, estive na Assembleia Legislativa de Roraima e solicitei cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Encontrei aquilo que poderia chamar de "cerca de jurubebas", expressão popular que indica a existência de obstáculos intransponíveis com a finalidade de impedir o acesso a algo; no caso, a Secretaria da Assembleia Legislativa não teve qualquer interesse em fornecer os documentos que solicitei.

Em outubro de 2022, tentei mais uma vez acessar as fontes pretendidas, enviando *e-mail* à Secretaria da Assembleia Legislativa de Roraima e não recebi qualquer retorno. Dessa forma, tomei a decisão de ler o silêncio daquela casa parlamentar como uma resposta, como uma sonora resposta: não temos interesse em colaborar com a sua pesquisa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito de Roraima, criada por meio da Resolução 019/99, com a finalidade de apurar as atividades da Associação Amazônia e sua presença na área do rio Jauaperi, chegou ao seu final em 21 de dezembro de 1999, no entanto, não foi possível ter acesso ao seu relatório final.

c) Senado federal

A mesma lógica identificada em relação à Assembleia Legislativa encontrei por parte do Senado Federal. Talvez eu possa estar exagerando, mas, em outubro de 2022, ao solicitar acesso ao relatório elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, recebi uma resposta insuficiente que, ao invés de enviar os documentos, me enviou um link que remeteu a uma notícia sobre aquela CPI: "CPI das ONGs aprova relatório final".

Acusei o recebimento do *e-mail*, apontei que os documentos solicitados não foram enviados e não houve qualquer nova manifestação. Entendi que não valeria a pena seguir aquele caminho e, assim como no caso da Assembleia de Roraima, optei por não insistir. Obtive uma cópia impressa do relatório através de um colega jornalista.

Ao final, obtive o relatório das CPIs do Senado Federal e Câmara dos Deputados Federais.

4.3 O silêncio e os não ditos

José D'Assunção Barros, em sua obra "Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos" (2019), destaca a relevância das fontes históricas na interpretação do passado humano e, tomando o historiador francês Georges Duby como referência, apresenta o conceito de "não ditos" (BARROS, 2019, p. 329).

Para Barros, os "não ditos" são elementos históricos não explicitamente mencionados nas fontes, mas que podem ser inferidos por meio de uma análise minuciosa. Estes podem abranger eventos, ideias ou sentimentos que foram intencionalmente omitidos, esquecidos ou considerados irrelevantes para registro na época.

Barros enfatiza que, ao examinar as fontes históricas, os pesquisadores devem atentar não apenas ao que é declarado explicitamente, mas também ao que é implícito ou ausente. Esses "não ditos" oferecem pistas valiosas sobre as mentalidades, crenças e estruturas sociais e políticas em relação aos sujeitos da pesquisa.

As fontes históricas, especialmente aquelas que se referem aos "não ditos" nos documentos, podem ser extremamente relevantes ao lidar com a falta de acesso a informações de agentes públicos. A ausência de resposta ou a recusa em fornecer informações pode ser considerada uma forma de "não dito", revelando tanto sobre as atitudes e prioridades dos agentes públicos quanto às informações que eles escolhem compartilhar. A abordagem de Barros nos encoraja a procurar outras fontes de informação para preencher as lacunas deixadas por esses "não ditos". No meu caso, isso me levou a buscar os documentos desejados por meios alternativos. Por fim, parece oportuno destacar que o autor nos lembra que devemos estar atentos às maneiras pelas quais o poder e a política podem moldar a produção e a disponibilidade de informações. Ao enfrentar a recusa em fornecer acesso a informações, podemos nos perguntar: quem se beneficia com essa omissão? Quais vozes estão sendo silenciadas e quais estão sendo amplificadas?

4.3.1 A CPI da Câmara dos Deputados

A CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar a ocupação irregular de terras públicas na Amazônia foi criada em 14 de março de

2000, tendo sido instalada em 24 de abril daquele ano, com prazo inicial de 120 dias, foi prorrogada por várias vezes e concluída em 28 de dezembro de 2001. A CPI teria sido motivada por inúmeras denúncias públicas nos meios de comunicação, como foi o caso da reportagem publicada pela Revista Veja, em novembro de 1999, a qual denunciava a prática de grilagem de terras públicas.

Como se constata no Relatório final da CPI:

> O fato que desencadeou a iniciativa parlamentar foi a reportagem da revista VEJA de 13 de janeiro de 1999 (O maior latifúndio do mundo), sobre os estratagemas utilizados em favor da empreiteira C.R. Almeida, mas evidentemente o escopo da CPI não se restringe a este caso específico, senão que se estende ao exame de outros casos e modalidades de ocupação ilegal de terras, de modo a diagnosticar amplamente o problema e estar apta a lhe sugerir remédios eficazes (BRASIL, 2001, pg. 344).

Segundo o então deputado federal Sérgio Camargo (Rondônia), relator da CPI, a:

> …constatação de que as contínuas denúncias de irregularidades na ocupação e exploração da região amazônica, com a expansão de grandes latifúndios e grilagem desenfreada de terras, nunca havia merecido a apuração devida. Apesar de algumas iniciativas tomadas pelos governos estaduais e de órgãos federais, a situação continuava se agravando com o registro de atos ilegais em cartórios, ocupação e exploração indiscriminada de terras indígenas e reservas ambientais. Era preciso trazer essa questão a um amplo debate público, fazer-se uma radiografia da região. Como representante do Estado de Rondônia não pude ficar alheio a essa situação e, com o apoio de um grande número de parlamentares desta Casa, conseguimos a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica (BRASIL, 2001, pg. 345)

Ou seja, a CPI foi criada para investigar invasão de terras públicas e grilagem na Amazônia. No entanto, ao longo dos trabalhos, afastou-se do ponto fulcral, concentrando-se em apurações secundárias, o que levou à inclusão da Associação Amazônia, entidade representante de parte dos moradores das comunidades do rio Jauaperi. A finalidade dessa entidade sempre foi a promoção de ações para melhorar as condições de vida dos camponeses, exigindo a proteção do território de uso dessas pessoas. A Associação Amazônia foi incluída na CPI pelos parlamentares de Roraima, com destaque para o deputado Luciano Castro, presidente da CPI, cujo interesse pareceu ser a criminalização dos membros da Associação, impedindo que seguissem em sua luta. Como indicado acima, tentaram criminalizar os membros da Associação Amazônia no âmbito estadual e, sem sucesso, seguiram agora na esfera federal.

Assim, uma pequena associação, sem orçamento e sem patrimônio, formada por pessoas simples do campo e da cidade, comprometidas com a defesa do modo de vida dos camponeses do rio Jauaperi, tornou-se alvo de investigação com suspeitas de promover a invasão de terras públicas, tendo os seus dirigentes denunciados. A pessoa acusada pela reportagem da Revista Veja, como o maior grileiro do mundo, o empresário Cecílio do Rego Almeida, que motivou a instalação da CPI, sequer foi citada entre as quarenta e sete (47) pessoas indiciadas por crimes como formação de quadrilha, estelionato qualificado e falsidade ideológica.

Para garantir a formação de uma opinião pública favorável aos seus interesses, as elites de Roraima interessadas em impedir quaisquer movimentos em defesa da criação de uma Unidade de Conservação ao sul do estado não mediram esforços para expor as suas teses por meio dos veículos de imprensa regional e nacional. A exemplo disto, temos a publicação da Revista Amazônia Vinte e Um, de novembro de 1999, que traz em sua capa a manchete principal: "A zona franca dos fora-da-lei: turistas estrangeiros aproveitam a falta de fiscalização na região para contrabandear material genético" e, em uma das manchetes secundárias, "GRILAGEM – ONG adquire terras ilegalmente e enfrenta CPI em Roraima". A figura 4, na página seguinte, traz a capa da revista.

Figura 4 - "A zona Franca dos fora-da-lei"

Fonte: Revista Amazônia Vinte e Um, 1999.

No interior da revista, a reportagem "Terra estrangeira: a reserva Xixuau Xiparina" mostra como o poder público não consegue evitar a venda de terras na Amazônia. Assinada por Loredana Kotinski, com fotos de J.R. Rodrigues, só se encontra ali a tese dos deputados de Roraima e, embora conte com uma foto em que aparecem a advogada Maria Rita Furtado e Daniel Garibotti, não consta qualquer fala deles, mesmo que tenham concedido longa entrevista aos jornalistas. Sempre em tom depreciativo, a reportagem destaca que:

> A Associação Amazônia é formada por 150 pessoas e presidida por dois estrangeiros: Daniel Garibotti, argentino e Cristopher Clarck, inglês. Entidade devidamente regularizada como jurídica privada sem fins lucrativos, a Associação vive principalmente de verbas de organizações internacionais como o Instituto Ítalo_Latino Americano (Itália), University Birmingham (Inglaterra), Colorado Spring High (EUA), Fundação Gaia (Dinamarca), Banco Cassa Rurale de Castel Goffredo (Itália), Fundação Kleinworth (Suíça), ICON Films (Inglaterra), Universidade dos Estudos de Siena (Itália), Universidade La Sapienza (Itália) e Universidade de Salermo (Itália) (KOTINSKI, 1999).

A reportagem opta pelo silêncio sobre a cooperação da Associação com instituições e/ou pesquisadores nacionais, como o INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, UFAM – Universidade Federal do Amazonas e FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. A reportagem também não menciona as "organizações internacionais" que apoiaram ações da Associação Amazônia. Por exemplo, o ILLA é um instituto formado, em 1966, por diplomatas da Itália e de vinte países da América Latina, incluindo o Brasil. A Universidade de Birmingham, criada em 1900, é uma das mais importantes universidades do Reino Unido, enquanto a Universidade La Sapienza de Roma tem mais de 700 anos, criada em 1303. A ausência desses elementos teve a intenção de fixar na opinião pública a ideia de que as pessoas ligadas àquela associação eram perigosas, possuíam atitudes suspeitas e, portanto, não deveriam gozar de qualquer credibilidade.

Para a autora da reportagem em questão, tanto a Associação quanto a área que a entidade defendia como área a ser protegida eram desconhecidas e só se tornariam de conhecimento público a partir do momento em que estiveram no alvo de investigação parlamentar. Segundo a reportagem:

> A reserva só se tornou de conhecimento público no início deste ano, quando foi criada na Assembleia Legislativa de Roraima a Comissão de Terras e Assuntos Indígenas (CPI da Terra). A Comissão tinha o objetivo de investigar a legalidade da Associação Amazônia, apresentada através de um relatório do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) (KOTINSKI, 1999, p. 26-7).

Embora tanto o relator da CPI, deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO), quanto o seu presidente, Luciano Castro (PFL/RR), tenham indicado que a comissão não pretendia punir ou perseguir ninguém, o que se denota na prática é que os interesses presentes ali não são de outra natureza, como se verifica na fala do deputado Castro, uma das lideranças da elite de Roraima e que permaneceu, desde o primeiro momento, contrário à criação da área protegida reivindicada. A preocupação do deputado é garantir o livre e irrestrito acesso às terras públicas presentes em Roraima, que até aquele momento eram de propriedade da União, não tendo sido encontrado quaisquer críticas, ou preocupações, frente aos empresários e garimpeiros invasores de terras indígenas. Senão vejamos a sua real preocupação, verbalizada e registrada no relatório da CPI:

> Queremos apenas ouvir, ouviram os dos lados, para que o eminente Relator possa ter uma noção exata dessa questão da ocupação das ONGs no que se pensa ser terras públicas. Também a outra vertente se refere à questão do

> cadastramento de terras para o Estado. O Estado de Roraima é o único Estado em que não detém patrimônio em terras. Depois que foi transformado de Território em Estado, até hoje esta questão está em litígio, e nós precisamos dar ao Estado um patrimônio em terras e essa Comissão tem o objetivo também de estudar essa questão. E a última vertente se refere à questão da demarcação de áreas indígenas. Esta Comissão quer investigar se a demarcação de áreas indígenas aqui no Estado de Roraima se faz através de terras públicas, como faz, por que faz e quem atua nessa demarcação. Esse é o objetivo desta Comissão e, pra isso, nós arrolamos uma série de convidados e testemunhas, para serem ouvidos nesses três aspectos. (BRASIL, 2001, pg. 425)

Observa-se que o presidente da CPI não demonstra interesse em apurar denúncias de grilagem de terras públicas. Seu foco reside em averiguar as atividades das ONGs, em particular da Associação Amazônia, em Roraima. O objetivo principal parece ser obter acesso às terras públicas pertencentes à União, incluindo o cadastro de terras públicas. Isso garantiria o domínio e controle do patrimônio em terras públicas no estado. Além disso, o presidente questiona os processos de identificação e demarcação de terras indígenas localizadas em glebas públicas federais.

A análise do relatório final da CPI sobre a Associação Amazônia revela alguns pontos importantes. Destaca-se a atenção dada ao depoimento de Hector Daniel Garibotti, um argentino com residência e visto de permanência no Brasil. Longos trechos do depoimento foram transcritos na íntegra, como a parte em que Garibotti indica a intenção que motivou a criação da Associação. Segundo o relator:

> No que tange à ocupação das terras públicas por particulares, posto que este é o foco principal das investigações desta Comissão, a denúncia que mereceu especial atenção dos Senhores Parlamentares diz respeito à Associação Amazônia, uma sociedade civil que detém a posse de grandes extensões no Sul do Estado. Em depoimento à Comissão, o Sr. Hector Daniel Garibotti, em nome da Associação Amazônia, entregou ao Sr. Presidente, Deputado Luciano Castro, a documentação relacionada com os seguintes itens: a) compra das posses e benfeitorias na região do Baixo Jauaperi; b) ações impetradas pela Associação Amazônia para regularizar as posses; e) ações de apresentação pública, em Roraima, do Projeto Jauaperi, que norteia a Associação; d) relatório dos trabalhos realizados, desde 1992, na região; e) dos projetos para o biênio 2000_2002. Esses documentos foram enviados também para a Câmara Municipal de Rorainópolis, segundo o depoente. O Sr. Hector fez uma longa exposição sobre a Associação Amazônia. Disse que a entidade foi instituída com o objetivo de criar um modelo de desenvolvimento sustentável no Sul do Estado de Roraima. Segundo o depoente, a Associação Amazônia é brasileira, nasceu em 91, foi registrada no Estado do Amazonas, tem personalidade jurídica e CGC. É formada por um grupo de, aproximadamente, 150 pessoas. No início, era constituída por um grupo menor de associados. E, de acordo com o depoente, formada por pessoas que trabalham em jornalismo, sociologia, educação, comunicação

> social e pessoas que estão no interior trabalhando a terra, pescando. A partir de 1992, comprou posses e benfeitorias localizadas na área do igarapé Xixuaú e do igarapé Xiparinã, uma microbacia de 170 mil hectares. O depoente manifestou-se, nos seguintes termos: "uma pérola que brilha no sul do Estado, que possam colher frutos do capital internacional, do capital para ambiente, do capital que vocês todos sabem que existe, sendo bom, sendo mal" (BRASIL, 2001, pg. 428)

Na sequência, o relator passa a citar Daniel Garibotti:

> .São 185 quilômetros de perímetro. As duas microbacias sem alcançar a nascente do Xiparinã, incluindo a nascente do Xixuaú. E como a nascente do Xiparinã está numa região de muito difícil acesso, geograficamente ela é realmente de difícil, a demarcação que foi feita para fazer essa licitação fechou em 185 quilômetros de perímetro, que são 172 mil hectares e 400. (...) São sete famílias ... Evidentemente que essas famílias utilizam isso. Por exemplo, a região tem castanha, a região tem sorva, a região cipó, a região tem açaí, tem buriti, tem bens extrativos que em diferentes épocas do ano dão condição a essas famílias de percorrer uma região e colher aquele fruto, vende-lo, dois meses depois taperebá e três meses depois o abacaba, quer dizer, hoje em dia da forma em que está já poderia ser habitado por um número maior. Mas isso tudo está vinculado com uma questão de destinação da situação da área. O que que é essa área? É área de proteção? É área de desenvolvimento sustentável? Existe um acordo com o Governo, não existe? Estamos trabalhando clandestinamente? É uma situação. (BRASIL, 2001, pg. 429)

A partir da análise crítica do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), é possível observar que não havia um interesse genuíno em investigar as invasões de terras públicas na Amazônia, conforme indicado no requerimento inicial. As declarações proferidas parecem ter como objetivo criminalizar uma luta popular legítima e, simultaneamente, impedir a conversão da região do Jauaperi em uma área pública protegida. Tal ação eliminaria a possibilidade de uso privado dessas terras por meio da emissão de documentos fundiários precários e potencialmente enganosos.

Um exemplo de expedição de documentos fundiários precários pode ser observado nas "licenças de ocupação" emitidas pelo Governador de Roraima, Othomar Pinto. Essas licenças foram concedidas sobre áreas públicas que estavam em processo de análise para a criação da Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi. É possível afirmar que as licenças são precárias por não possuírem os elementos básicos de um documento fundiário e são potencialmente enganosas, pois incidem apenas sobre o quintal dos comunitários e não sobre suas áreas de uso, que são distintas e separadas dos quintais.

Além de agir concretamente contra a criação da reserva solicitada, emitindo "documentos fundiários" na tentativa de tumultuar o processo e criar expectativas entre os

comunitários, é importante destacar pelo menos dois aspectos presentes nas licenças de ocupação. Primeiro, o documento não possui lastro legal ou base legal. Segundo, não possui qualquer lastro fundiário, coordenadas geográficas ou espacialização, de modo que não puderam ser especializados em bases cartográficas.

Portanto, seria possível considerar que, ao expedir essas licenças de ocupação com a promessa de concessão de títulos definitivos, o governo do Estado de Roraima estava, em tese, grilando terras públicas, conforme pode ser constatado no corpo do documento, que segue abaixo:

> A presente licença de ocupação é intransferível inter-vivos e inegociável, não se sujeitará a penhora e arresto e tem validade de cinco anos, fim dos quais o outorgado fará jus a concessão de respectivo título definitivo, desde que atendidos os requisitos das leis pertinentes (RORAIMA, 2006).

Me parece que não, não se pode acusar o governo do Estado de tal prática delituosa, mas é possível afirmar que houve ações deliberadas a fim de criar conflitos que, na prática, se configuravam de forma semelhante àqueles conflitos criados a partir de grilagens de terras. No documento, assinado pelo governador do Estado de Roraima, consta promessa de concessão de título definitivo, sobre terras que reivindicadas pela União.

Com o advento da Constituição de 1988, ficou definido que, conforme Art. 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, "Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos" (BRASIL, 1988).

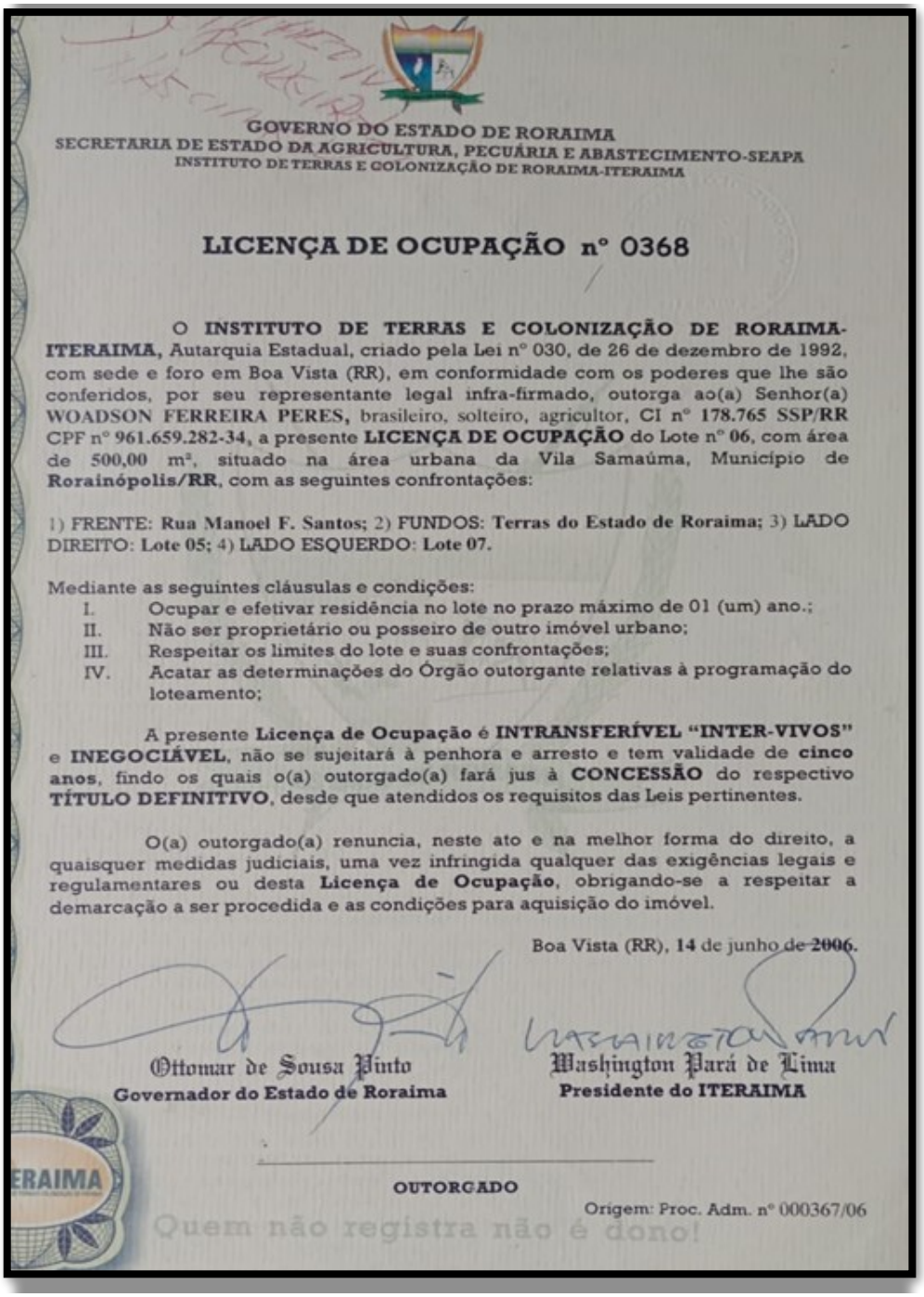
Em 05 de novembro de 2001, foi promulgada a Lei 10.304, com a finalidade de transferir "ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União" (BRASIL, 2001). E finalmente, em 28 de janeiro de 2009, foi publicado o Decreto 6.754, que tem como objetivo e finalidade regulamentar "a Lei 10.304, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima de terras pertencentes à União, e dá outras providências". O referido decreto sofreu modificações em 2015, quando foi publicado o Decreto n° 8.586, de 9 de dezembro de 2015, cuja finalidade foi alterar "o Decreto 6.756, de 28 de janeiro de 2009, que regulamenta a Lei n° 10.304, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima de terras pertencentes à União".

O Decreto n° 8.586, assim como o anterior, determina a transferência das terras pertencentes à União para o Estado de Roraima, ressalvando uma série de áreas que deveriam seguir sob a posse e propriedade da União, adjetivando, na alínea "d", as áreas destinadas às Unidades de Conservação, incluindo a RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi. Assim, o decreto determina que:

> § 1o A transferência de que trata o caput será feita considerando:
>
> I _ a exclusão das áreas:
>
> a) relacionadas nos incisos II a XI do art. 20 da Constituição;
>
> b) destinadas ou em processo de destinação, pela União, a projetos de assentamento;
>
> c) de unidades de conservação já instituídas pela União;
>
> d) das seguintes unidades de conservação em processo de instituição: Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi, Florestal Nacional Jauaperi, ampliações do Parque Nacional Viruá e da Estação Ecológica Maracá e as áreas destinadas à redefinição dos limites da Reserva Florestal Parima e da Floresta Nacional Pirandirá (BRASIL, 2015).

Assim sendo, fica demonstrado que a área onde está localizada a unidade de conservação Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi, até onde se sabe, eram terras públicas da União e, deste modo, a imissão de documentos fundiários por parte do Governo de Roraima poderia se configurar como uma irregularidade, na medida em que um estado federado não pode destinar a terceiros aquilo que não lhe pertence. Em outras palavras, o governador de Roraima e o seu secretário de terras poderiam ser enquadrados como responsáveis por imissão de documentos fundiários de modo irregular, sobre terras públicas federais. A Figura 5, na próxima página, traz o documento expedido em 2006, o que não deixa dúvidas a respeito.

Figura 5 - Licença de Ocupação nº 0368



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEAPA
INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA-ITERAIMA

LICENÇA DE OCUPAÇÃO nº 0368

O **INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA-ITERAIMA**, Autarquia Estadual, criado pela Lei nº 030, de 26 de dezembro de 1992, com sede e foro em Boa Vista (RR), em conformidade com os poderes que lhe são conferidos, por seu representante legal infra-firmado, outorga ao(a) Senhor(a) **WOADSON FERREIRA PERES**, brasileiro, solteiro, agricultor, CI nº **178.765 SSP/RR** CPF nº **961.659.282-34**, a presente **LICENÇA DE OCUPAÇÃO** do Lote nº **06**, com área de **500,00 m²**, situado na área urbana da Vila Samaúma, Município de **Rorainópolis/RR**, com as seguintes confrontações:

1) FRENTE: **Rua Manoel F. Santos**; 2) FUNDOS: **Terras do Estado de Roraima**; 3) LADO DIREITO: **Lote 05**; 4) LADO ESQUERDO: **Lote 07**.

Mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. Ocupar e efetivar residência no lote no prazo máximo de 01 (um) ano.;
II. Não ser proprietário ou posseiro de outro imóvel urbano;
III. Respeitar os limites do lote e suas confrontações;
IV. Acatar as determinações do Órgão outorgante relativas à programação do loteamento;

A presente **Licença de Ocupação** é **INTRANSFERÍVEL "INTER-VIVOS"** e **INEGOCIÁVEL**, não se sujeitará à penhora e arresto e tem validade de **cinco anos**, findo os quais o(a) outorgado(a) fará jus à **CONCESSÃO** do respectivo **TÍTULO DEFINITIVO**, desde que atendidos os requisitos das Leis pertinentes.

O(a) outorgado(a) renuncia, neste ato e na melhor forma do direito, a quaisquer medidas judiciais, uma vez infringida qualquer das exigências legais e regulamentares ou desta **Licença de Ocupação**, obrigando-se a respeitar a demarcação a ser procedida e as condições para aquisição do imóvel.

Boa Vista (RR), **14** de junho de **2006**.

Ottomar de Sousa Pinto
Governador do Estado de Roraima

Washington Pará de Lima
Presidente do ITERAIMA

OUTORGADO

Origem: Proc. Adm. nº 000367/06

Quem não registra não é dono!

Legenda: Este documento foi emitido pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) do Governo do Estado de Roraima. Ele confere ao Sr. Woadson Ferreira Peres a Licença de Ocupação do lote nº 06, com área de 500,00 m², situado na Vila Samaúma, no município de Rorainópolis/RR, sob certas cláusulas e condições. A licença é intransferível, válida por cinco anos e sujeita a concessão de título definitivo, desde que atendidas as exigências legais.

Fonte: Governo do Estado de Roraima, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA, 2006.

A CPI nunca esteve interessada em investigar processos de ocupação ilegal de terras públicas, se fosse, teria se debruçado sobre os documentos fundiários expedidos pelo Governador do Estado de Roraima, o que não foi feito.

4.4 Reação da Associação Amazônia e comunitários

Diante dos ataques sofridos, indicados acima, Christoffer Clark, conhecido por todos como Chris, dirigente da Associação Amazônia, escreveu um manifesto intitulado "Histórico da Associação Amazônia e a área Xixuau-Xiparina". Esse manifesto foi enviado por *e-mail* para aliados, jornalistas, parlamentares, dentre outros, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e a opinião pública quanto ao que considerou ataques mentirosos contra a entidade e os moradores do Jauaperi. O documento começa com um breve histórico sobre a criação da Associação Amazônia. É importante destacar que o autor é um cidadão ítalo-escocês, que morou por cerca de vinte anos na Comunidade Xixuau, onde se casou e teve uma filha. Faço esse destaque por conta dos erros gramaticais presentes no documento, os quais optei por manter na íntegra:

> No ano 1990, depois de 6 anos visitando a área do Rio Jauaperi, decidimos, junto com os amigos ribeirinhos, de começar um progetto com objetivo a preservaçao da natureza da area e o melhoramento das condicoes de vida dos moradores. Nasce em Fevereiro do ano 1992 a Associaçao Amazonia formado por mim, um amigo da Dinamarca, um Argentino e varios Caboclos da area do Jauaperi.
>
> Naquele tempo eu tinha um pouco de dinheiro e decidimos com os posseiros da area de incorporar as suas posses numa unica area. No inicio foi o Igarapè Xixuau e em 1995 entraram os moradores e posseiros do Igarapè Xiparina (CLARK, 2002).

Como se denota, Clark, preocupado em indicar a natureza da entidade, destaca que ela nasceu após anos de viagens e convivência com os moradores, indicando que, desde o primeiro instante, há camponeses presentes na composição da Associação, refutando as acusações de que seria uma associação de estrangeiros. Em seguida, o documento traz uma denúncia importante e que, pelo que se nota, teria sido o pivô do conflito entre "políticos de Roraima e a Associação Amazônia", ao menos essa sempre foi a percepção geral dos membros da entidade. Segundo escreveu Chris, o então vereador Leocádio, vendo a movimentação de turistas e viajantes, procurou-o para pedir dinheiro para a sua campanha à reeleição:

> Em 1995 recebimos uma visita do vereador Leocadio de Santa Maria de Boiaçu no Baixo Rio Branco.
>
> O Vereador Leocadio chegou no Xixuau e conversou comigo. Pegou informacoes sobre o nosso trabalho e quando voltou pra Roraima ligou para escritorio da Associacao em Manaus pedindo uma doaçao pra sua campanha eleitoral. em ano 1995 a Associaçao ainda era formado por nois tres estrangeiros e os ribeirinhos locais. A area estava sofrendo muito uma epidemia de malaria. em 1994 fumos conversar com o reitor da Universidade do Amazonas e ele nos informou que nao podia fechar um convenio com uma ONG mais que iria conversar com os professores pra ver se alguem tivesse interesse em collaborar conosco (CLARK, 2002).

O documento aponta que as comunidades do rio Jauaperi passavam por uma epidemia de malária, de modo que todos os esforços estavam sendo direcionados à busca de ajuda para cuidar da saúde das pessoas, o que coloca em xeque as afirmações de parlamentares, durante as CPIs, segundo os quais não haveria quaisquer ações de assistência à saúde dos moradores. A Associação, diante do problema de saúde, foi em busca de socorro e apoio junto à UFAM – Universidade Federal do Amazonas, em Manaus. Não conseguiram o apoio desejado junto à Universidade, mas aquele gesto abriu alguns canais de comunicação que se mostraram promissores, como se verá a seguir. Pelo que foi apresentado no documento, o vereador, que deveria estar ali para apoiar os moradores frente ao surto de malária, estava interessado em obter dinheiro para a sua campanha eleitoral. Chris segue em uma manifestação:

> Fomos apresentados ao professor Luiz Antonio do Nascimento, sociologo e ao professor Bornei Wagner da faculdade de medicina. Os dois professores fizerem uma viagem ao Jauaperi e os seus relatorios deixaram claro que as principais necessidades eram nas areas de saude e educaçao. Comencemos um projecto de combate a malaria junto com a Universidade de Siena, um amigo enfermeiro de Grosseto na Italia e a FNS. Tudos os nossos poucos recursos estavam sendos aplicados nesse projecto. O Jauaperi passou de mais de 2.000 casos de malaria por ano, ao actual 20 ou 30, mas depois de 4 anos de duro trabalho (CLARK, 2002).

A partir dos contatos que tiveram comigo e com o professor, conseguiram abrir tratativas com a FNS – Fundação Nacional de Saúde, do Governo Federal e com Universidades italianas. Por óbvio que a apresentação dos relatórios que realizamos por conta da viagem, assinados por dois professores de uma Universidade Federal, contribuiu para a formação de um prestígio, o qual a Associação soube fazer uso para obter o apoio necessário ao combate aos casos de malária. E os resultados falam por sim: derrubaram os casos registrados de cerca de dois mil casos, para menos de cinquenta casos, isso em um longo intervalo de cerca de quatro anos.

Em seguida, o documento afirma que o fato de não obter o dinheiro que esperava levou o Vereador Leocadio à denunciar a presença da Associação no Jauaperi:

> Por isso não era possivel atender ao pedido do vereador Leocadio e surgirem as primeiras denuncias contro a Associaçao. Estas denuncias levaram ao CPI da Camara Municipal de Anaua, formado somente por vereadores locais. Furam visitar a area e pegaram depoimentos dos ribeirinhos e os estrangeiros presentes. Na volta pra cidade de Caracarai o barco deles sofreu um accidente e afundou com a perca de tudos os depoimentos e o material recolhido. Por isso acabou sem ter um resultado claro e foi criado a CPI da Assembleia Legislativa de Roraima (CLARK, 2002)

As denúncias formuladas pelo vereador Leocádio davam conta de que a Associação Amazônia explorava atividades turísticas sem registro e sem pagamento de impostos. Uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta pela Câmara Municipal de Rorainópolis, município recém-criado, a partir do desmembramento do município de Amajari. Não tive acesso ao relatório da CPI, embora tenha solicitado, inclusive ao presidente da casa.

Como indicado no trecho do documento, a CPI não foi capaz de avançar, e o seu desfecho beirou o risível, tendo inclusive vereadores sugerido que o acidente com a delegação de vereadores que visitaram as comunidades teria como culpados os membros da Associação. Eles só não foram capazes de indicar como aquilo teria sentido racional, considerando que não havia ninguém por perto quando o acidente ocorreu. Alguns comunitários disseram na época que o acidente nunca teria acontecido, e ainda que tivesse, naquela época do ano o rio Jauaperi não teria mais do que alguns poucos centímetros de profundidade. Para aqueles moradores, o que teria ocorrido é que, não tendo encontrado nenhuma evidência de irregularidades ou ilegalidades, os membros da CPI teriam forjado o acidente. Essas especulações nunca foram demonstradas.

Em seguida, Clark faz mais uma grave denúncia, a qual, pelo que se sabe, nunca foi refutada. Segundo o documento, tão logo a CPI da Assembleia Legislativa foi instalada, um dos seus representantes teria procurado a Associação Amazônia, através da sua advogada, para pedir propina, em troca de relatório favorável. A proposta teria consistido em um pedido de US$ 200.000,00 (duzentos mil dólares) e, em troca, a Associação Amazônia apresentaria o texto que seria votado como o relatório final da CPI, e ficaria tudo resolvido. Na ocasião, Chris me ligou para informar sobre aquela proposta de suborno e perguntar a minha opinião a respeito, e a resposta que dei foi que não deveria aceitar de modo algum, não se poderia enfrentar acusações mentirosas com pagamento de suborno. Chris chegou a ponderar a

hipótese de fazer uma campanha de arrecadação do dinheiro pedido. Naquela época, o Brasil havia dolarizado a sua economia, de tal modo que a cotação estava em um por um, ou seja, US$ 200 mil dólares eram equivalentes a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Vejamos o que escreveu o dirigente da Associação:

> Logo no comenco desse CPI a nossa advogada Rita Furtada recebeu uma visita de um representante da comissao e foi feita um oferta. Por 200.000 dolares a gente mesma podia escrever o relatorio final e continuar o nosso trabalho em paz. Nao tivemos tais recursos e nem achamos correto e a CPI foi pra frente. A comissao visitou a area. Nao deixavam nimguem falar a nosso favor e sò registravam depoimentos contra a Associacao. Augums moradores da area furam levados pela policia federal pra Boa Vista onde furam ameacados pelos deputados por insistir que a vida deles estava melhorando com a presenzia da Associaçao. Algums desses deputados chegaram atè a CPI das ONGs em Brasilea no ano 2002. Urzeni Rocha testimonhou que tinha laboratorios clandestinos no Xixuau e antennas pra tudo canto no topo das arvores. Mecias de Jesus de falou a mesma coisa e muitas autras falsidades, junto com o Deputado Augusto (CLARK, 2002).

Na mesma denúncia, Crhistofer Clark aponta uma série de ameaças e coações que comunitários teriam sofrido para que, em depoimentos, corroborassem com as teses apresentadas pelos deputados:

> A comissão visitou a area. Nao deixavam nimguem falar a nosso favor e sò registravam depoimentos contra a Associacao. Augums moradores da area furam levados pela policia federal pra Boa Vista onde furam ameacados pelos deputados por insistir que a vida deles estava melhorando com a presenzia da Associaçao (CLARK, 2002).

O documento enviado por Clark suscita questionamentos sobre a visita realizada por uma equipe composta por agentes da Polícia Federal, Polícia Militar, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Agência Brasileira de Inteligência e Exército ao local de moradia da Associação Amazônia, na Comunidade Xixuau. A delegação, liderada pelo Delegado Oscar Kyoto, da Polícia Federal de Roraima, esteve na comunidade por dois dias, coletou depoimentos dos camponeses, percorreu a área e o entorno, e partiu sem apresentar qualquer irregularidade.

O que surpreendeu Clark foi a ausência de qualquer relatório sobre a visita e a falta de abordagem pela CPI da Grilagem. Essa omissão reforça a hipótese de que os senadores da CPI, assim como os deputados das outras CPIs, não tinham a intenção de investigar os fatos, mas sim de corroborar com as versões que apresentavam a Associação Amazônia, seus líderes e apoiadores como “estrangeiros invasores de terras”.

O fato de nenhum relatório sobre a visita ter sido divulgado e a CPI da Grilagem não ter abordado a visita sugere um viés representacional contra a Associação Amazônia. Pierre Bourdieu (1989), em seus estudos sobre o campo social e o capital simbólico, argumenta que a percepção e a representação social são formas de poder. O campo social é concebido como um espaço de lutas e conflitos, onde diferentes grupos e agentes sociais disputam a imposição de suas visões de mundo e a legitimação de seus interesses. Nesse campo, o capital simbólico, ou seja, o poder de definir e atribuir significados socialmente reconhecidos, torna-se um recurso fundamental para que os grupos possam fazer valer sua perspectiva. E nesse sentido, os políticos de Roraima, nominalmente Mozarildo Cavalcante, senador, Otomar Pinto, governador, Luciano Castro, Urzenir Freitas e Messias de Jesus, parlamentares, fizeram o que puderam para impor as suas perspectivas.

Os senadores e os deputados das CPIs podem ter utilizado sua posição para consolidar uma narrativa que estigmatiza a Associação Amazônia como "estrangeiros invasores de terras", independentemente das investigações de campo que não encontraram irregularidades significativas. Esta estigmatização serve para deslegitimar as reivindicações e a existência da comunidade, alinhando-se com interesses políticos e econômicos mais amplos.

O documento apresenta detalhes sobre a visita da equipe, que incluiu depoimentos de todas as pessoas presentes e uma visita à área. A advogada de Clark manteve contato com o Delegado Oscar Kyoto e o representante do Exército, e foi informada de que não foram encontradas irregularidades, exceto possivelmente na forma como a posse única foi criada. No entanto, desde então, não houve notícias sobre as investigações realizadas pela equipe.

A narrativa contida no documento enviado por Clark revela uma complexa teia de relações de poder, controle social e representação da realidade das comunidades locais e a relação com a Associação Amazônia. A visita de uma equipe multidisciplinar de autoridades federais levanta várias questões sobre o funcionamento das instituições e as dinâmicas de poder envolvidas.

O que é ainda mais intrigante é que não há registros sobre a visita da CPI da Grilagem ao Jauaperi ou a qualquer outro local. Isso sugere que a única investigação judicial realizada sobre o trabalho e a realidade da Associação Amazônia foi negligenciada e não mencionada em nenhum relatório. O Delegado Oscar Kyoto parece ter sido uma pessoa extremamente profissional e correta, e os representantes de todos os órgãos federais envolvidos devem ter

produzido um relatório, mas nunca foi divulgado. Isso é um indício de que a visita foi realizada de forma transparente e respeitosa com a comunidade, mas a falta de divulgação dos resultados da investigação é um mistério que precisa ser esclarecido. A falta de divulgação dos resultados da investigação e a ausência de relatórios sobre a visita na CPI da Grilagem são indícios de que a verdade sobre o trabalho e a realidade da Associação Amazônia ainda não foi revelada. Vejamos o que o documento aponta:

> Foi nesse ponto que pela primeira vez chegou um equipe formado pela Policia Federal de Roraima, a Policia Militar, o Exercito, o Serviçio de Informaçoes e o Ibama. Chefiado pelo delegado Oscar Kyoto da policia federal de Roraima esse equipe passou dois dias no Xixuau. Tomaram depoimentos de tudas as pessoas presentes, visitaram a area tuda e furam embora. A nossa advogada ficou em contacto com o delegado Oscar e com o representante do exercito e nois informou que eles nao tinham achado irregularidades se nao talvez na forma com a qual criamos a posse unica. Desde que aquela data nunca mais ficamos sabendo nada das investigaçoes desse equipe. Nunca apareceu em relatorio de CPI nemhum e atè hoje nois nao consegimos entender como a unica investigaçao judiziaria do nosso trabalho e da nossa realidade nao foi nunca nem mencionado. O delegado Oscar pareceu uma pessoa extremamente profissional e correta. Os representantes de tudos esses orgaos federais devem ter feito augum relatorio, mais nunca apareceu nada. (CLARK,2002)

A presença de agentes da Polícia Federal, Polícia Militar, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e Exército na Comunidade Xixuau sugere um exercício de poder e controle social estatal sobre a área e suas populações. Michel Foucault (1979) argumenta que o poder é exercido através de uma rede complexa de instituições, normas e práticas que regulam a vida social. Neste caso, a visita pode ser vista como um mecanismo de vigilância e controle, onde o Governo de Roraima busca afirmar sua autoridade sobre o território e os recursos naturais, em uma clara movimentação de intimidação.

Depois de reproduzir uma posição da ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais, segundo a qual, o relatório da CPI das ONGs teria apontado que a Associação Amazônia teria projetos de auxílio à população ribeirinha que não passariam de propaganda, teriam dito ainda que o trabalho de investigações não avançou efetivamente sobre o tema da grilagem de terras e que esperavam que o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Amazonas pudessem apurar as denúncias. Clark é imperativo: “Essa é a mesma coisa que nós desejamos. E por isso não conseguimos entender o

que aconteceu com os resultados da investigação chefiada pelo Delegado Oscar" (CLARK, 2002). Curiosamente, a ABONG nunca se manifestou a respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar as considerações finais, o primeiro aspecto que me vem à mente é a ideia de colocar um ponto final neste trabalho. Isso implica dizer que o trabalho chegou ao seu término, indicando que alcançamos um ponto de conclusão. Assim, reconheço que cada empreendimento acadêmico possui um início, um desenvolvimento e um desfecho.

É essencial ponderar que este trabalho não foi realizado sob condições normais de temperatura e pressão. A pesquisa e a elaboração deste trabalho acadêmico representam um esforço considerável, refletindo as dificuldades imensas enfrentadas devido às circunstâncias globais entre 2020 e 2022, com a pandemia de Covid-19. Considerando que o Brasil foi um dos epicentros mundiais da pandemia, com mais de 700 mil mortes e milhares de pessoas gravemente doentes, é importante destacar que Manaus se tornou o epicentro dessa crise no Brasil. Todos nós, de alguma forma, fomos impactados direta e indiretamente. É crucial recordar as centenas de pessoas conhecidas que faleceram em Manaus, incluindo dezenas de amigos, colegas de trabalho e estudantes. Especialmente dolorosa foi a perda de quatro colegas queridos do Departamento de Ciências Sociais.

Desejo homenagear, em memória e saudação, o estudante e amigo Roberto Elmer, aluno de Ciências Sociais; o amigo, ex-aluno e companheiro de lutas sociais, Luiz Fernando; o colega de trabalho, professor Arnóbio Bezerra; e o estimado antropólogo, indigenista e defensor dos povos originários, professor Paulo Monte. Ao recordar esses indivíduos, estou expressando minha solidariedade e minhas lembranças, prestando tributo a amigos tão queridos.

Além disso, é preciso considerar que a realização desta pesquisa possui um significado duplo. De um lado, representa uma forma de devolutiva e reconhecimento pela luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do Jauaperi, que se empenharam incansavelmente para criar uma área protegida. Esse esforço foi fundamental para proteger-se do avanço do capital sobre a região, em um momento histórico em que as florestas, tanto no Brasil quanto no mundo, têm sido severamente impactadas e ameaçadas.

Por outro lado, é fundamental destacar que esta pesquisa contribuiu de maneira decisiva e importante para minha formação acadêmica. Esse processo me fez olhar para o Jauaperi e a luta de seus moradores não apenas como um sociólogo que historicamente assessora movimentos sociais e populares, mas também como um professor universitário e intelectual público. A partir do programa de pós-graduação em História Social da

Universidade Federal do Amazonas, passei a me apropriar de forma mais consistente e sólida do debate e do conteúdo sobre a questão ambiental, em particular sobre a questão socioambiental.

Considerando todo o desenvolvimento deste trabalho, um dos elementos fundamentais a destacar é a centralidade da defesa da reserva extrativista como uma forma crucial de proteger os recursos naturais e assegurar o uso e acesso a esses recursos. A importância desse aspecto reside no fato de que o uso comunal implica em regras claras que garantem uma racionalidade focada na satisfação presente, ou seja, utiliza-se o recurso hoje com a preocupação de atender às necessidades atuais, ao mesmo tempo em que se protege o recurso para garantir que as gerações subsequentes possam acessá-lo.

Essa preocupação esteve constantemente presente nas falas dos moradores ao longo de todo o processo de luta. Exemplos disso podem ser encontrados nas declarações de Amélia, Dora e Tabaco. Todos esses registros evidenciam que o conflito, fundamentalmente verbalizado e explicitado pelas elites de Roraima, é central para a compreensão da disputa. Essas elites, representadas por políticos como o senador Mozarildo Cavalcante e os deputados Euzenir Guerra Filho e Messias de Jesus, expressam a vontade de uma classe que objetiva a apropriação privada dos recursos naturais da área do Baixo Rio Branco-Jauaperi, com a finalidade de explorar esses recursos no mercado.

Quando confrontada com uma lógica oposta, que valoriza a preservação dos recursos, o uso parcimonioso e uma visão que contempla o uso futuro, ocorre uma contradição e um conflito específico. A reação dos parlamentares foi atacar a Associação Amazônia e seus dirigentes, na esperança de que seu poder fosse suficiente para intimidar e derrotar os defensores da reserva. Houve medo, momentos em que os moradores e assessores temeram por suas vidas, e episódios de violência e ameaças de morte. No entanto, nada disso foi suficiente para apagar o desejo coletivo de proteger o modo de vida e o território de uso comum daquelas dezenas de famílias.

Esse conflito se manifesta também pelo fato de que a área protegida não apenas impede imediatamente o acesso e a apropriação privada dos recursos para comercialização, mas, principalmente, retira essas terras do mercado de terras. Esse mercado é especulativo, poderoso e movimenta bilhões de dólares anualmente no Brasil. A criação da reserva extrativista representa uma forma de resistência contra essa lógica mercantilista, preservando os recursos naturais e assegurando sua disponibilidade para as futuras gerações.

A criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi impactou significativamente os interesses das elites de Roraima, que viam na região a possibilidade de explorar privadamente

os recursos ali presentes. Antes da criação da RESEX, as elites de Roraima tinham planos de se apropriar da região, explorando os recursos naturais, como madeira e recursos pesqueiros, sem considerar a necessidade de proteção ambiental e a participação dos moradores locais. Eles viam a região como um território a ser explorado sem quaisquer restrições para gerar lucro, sem considerar a importância da preservação da biodiversidade e da cultura local.

No entanto, a criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi impediu a apropriação privada desses recursos. Isso significou que as elites de Roraima perderam a possibilidade de explorar os recursos da região de forma privada, o que aponta para uma correlação de forças inesperada por parte daquela elite que se supunha dona do poder.

Além disso, a criação da RESEX também significou que os moradores locais, que são os principais usuários dos recursos naturais, passaram a vislumbrar a possibilidade de exercerem mais controle sobre a gestão dos recursos e a proteção da biodiversidade. Foi uma vitória para os moradores locais, que haviam lutado por anos para garantir os seus modos de vida, o que implica proteger os recursos naturais e preservar a cultura.

Esta pesquisa, portanto, não apenas conclui um ciclo acadêmico, mas também homenageia e reconhece a resiliência e a luta de comunidades que buscam preservar seu meio ambiente e seus modos de vida frente às ameaças contemporâneas, ao mesmo tempo em que fortalece minha trajetória como intelectual comprometido com as causas socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGCSA-UFAM, 2008. 192 p.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, 9-32, 2004.

BANDEIRA, Alípio**. Jauapery**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados**. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica**. Brasília, 2001. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiamazo/relatoriofinal.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

_____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 99. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=114264. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. **PROBio**: Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira: relatório de atividades. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/12164/Livro_PROBIO-1-

Projeto-de-Conserva%C3%A7%C3%A3oUtiliza%C3%A7%C3%A3o-Sustent%C3%A1vel-da-Diversidade-Biol%C3%B3gica-Brasileira_MMA.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Senado Federal. **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais - ONGs**. Brasília, 2010. Disponível em: http://ww2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194594. Acesso em: 02 fev. 2020.

CLARK, Christopher. **Histórico da Associação Amazônia e da Reserva Xixuau-Xiparina**. Manifesto pessoal, encaminhado por e-mail à imprensa, amigos e Câmara dos Deputados, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; CASTRO, Carolina Moreira de. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DUDLEY, Nigel (Ed.). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland: UICN, 2008. 96 p. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/paps-016-es.pdf.

FOUCAULT, Michel**. Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IHU/Adital. **A atual política indigenista brasileira permanece nos moldes deixados pela ditadura militar**. Entrevista especial com Egydio Schwade. Publicado em março de 2014. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528748-evangelizacao-e-o-que-ajudalos-a-lutar-pelas-suas-terras-entrevista-especial-com-egydio-schwade. Acesso em: 13 ago. 2022.

KOTINSKI, Loredana. Terra estrangeira: a reserva Xixuau Xiparina. **Revista Amazônia 21**, Manaus, 1999.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, dez. 1999.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**: estrangeiros e modernização no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; BEHRENS III, Willian**. Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973. 203 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

ONU. **Declaración** de Estocolmo. United Nations Audiovisual Library of International Law, 2012. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/dunche/dunche_ph_s.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

_____. **Report of The United Nations Conference on The Human Environment**: Stockholm, June 1972. New York: United Nations, 1973. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1. Acesso em: 13 ago. 2022.

PATRIANI, Letícia; FERRAZ, Oswaldo. **Por que a última reserva da Amazônia ainda não saiu do papel depois de quatro anos**. Mongabay: notícias para informar e transformar, 2022. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2022/09/por_quea_ultima_reserva_da_amazonia_ainda_nao_saiu_do_papel_depois_de_quatro_anos/. Acesso em: 29 set. 2022.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e00211015, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102_311X00211015. Acesso em: 2 jul. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao dizível. In: LUCELA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Cristina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri (Org.). **Entre a história e a biografia**: ensaios sobre documentação, memória e narrativas. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2008. p. 81-97.

SOUZA, Luiz Antonio Nascimento de. Profissão Essencial. **Revista Sociologia**, edição 73. São Paulo: Editora Escala, 2016. Entrevista concedida ao sociólogo Lejeune Mirhan.

_____. **Relatório do diagnóstico rural participativo da reserva extrativista baixo rio Branco-Jauaperi**. Manaus, 2008. (mimeo).

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Miséria da Teoria**. 1978.

UICN/CMMC. **Guidelines for protected area management categories**. Gland: UICN, 1994.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Disponível em: https://idoc.pub/documents/310417241-diagnostico-rural-participativo-guia-praticopdf-on2325w870l0. Acesso em: 10 jun. 2023.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. Belo Horizonte: Itatiaia, [s.d.].

WWF Brasil. **Sr. Valdemar Brazão**: o defensor dos quelônios do Juaperi: entrevista. Brasília, 12 nov. 2008. Disponível em: https://www.wwf.org.br/?16520/. Acesso em: 12 out. 2020.

APÊNDICES

ANEXOS

ANEXO I - *E-mails* enviados aos Poderes Estatais para acesso às fontes

Luiz Antonio Nascimento de Souza <lasouza@ufam.edu.br> 15 de março de 2021 às 19:03
Para: camaraderorainopolis@gmail.com

À
Câmara Municipal de Rorainopolis
Senhor Vereador Adriano Souza
Presidente

Senhor Presidente,

Venho pelo presente solicitar desta Câmara Municipal a disponibilização de cópia dos arquivos pertinentes ao processo de criação, desenvolvimento e finalização, com relatório, da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou supostas irregularidades praticadas por Associações e lideranças Comunitárias localizadas no rio Jauaperi, Comissão criada em 1996.

Este pleito se justifica na medida em que, na condição de Professor Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), me interesso pelo tema e neste sentido venho realizando pesquisa de doutorado junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Pesquisa que tem em seu escopo o acesso e estudo sistemático dos documentos solicitados, assim como de documentos semelhantes correspondentes a ações realizadas por outras instituições.

Atenciosamente,
Prof. Luiz Antonio Nascimento de Souza
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
(92) 981688393
lasouza@ufam.edu.br

Luiz Antonio Nascimento de Souza <lasouza@ufam.edu.br> 4 de janeiro de 2022 às 18:04
Para: camaraderorainopolis@gmail.com

Venho pelo presente, reiterar solicitação de informações, conforme mensagem presente no email abaixo, enviado em 15/03/2021.
Quanto ao teor da mensagem em questão, não estou certo quanto a DATA de instalação da referida CPI, o ano de 1996 é um ano de referência aproximada como data de partida.
Na oportunidade, ressalto que tenho ligado para a Presidência da Câmara Municipal de Rorainópolis e, mesmo tendo sido bem atendido, na prática a solicitação ainda não foi respondida.
Assim, rogo pela atenção desta Casa Legislativa, de maneira que possam atender a solicitação, como aliás, preconiza a boa gestão pública e a lei (12.527 de 18/11/2011). Para tanto, seguem informações:

Interessado: Luiz Antonio Nascimento de Souza
CPF 04686463882
Universidade Federal do Amazonas
Departamento de Ciências Sociais
Av. Gen, Rodrigo Otávio J. Ramos, 1200, Coroado I, Manaus, AM, CEP 690067-005
Contatos: (92) 991525911 / 981688393 / lasouza@ufam.edu.br

Luiz Antonio <luizxixuau@gmail.com> 18 de out. de 2021, 12:26
para camaraderorainopolis

Olá , boa tarde.
Me chamo Luiz Antonio, sou professor da Universidade Federal do Amazonas.
Desde o início de 2021 tenho mantido correspondência com essa Câmara Municipal com a finalidade de obter cópia do relatório final da Comissão Parlamento de Inquérito instaurada para apurar denúncias de irregularidades que teriam ocorrido nas comunidades do rio Jauaperi, nos anos 90.
Em março último me reuni virtualmente com o Presidente desta Casa, oportunidade em que franqueou acesso ao referido relatório e demais documentos referentes ao tema (registro de pronunciamentos que antecederam a criação da CPI, desdobramentos pós publicação do relatório etc.)

Vocês ficaram de me encaminha mensagem por e-mail, com as informações que solicitei ao Presidente da Casa, em reunião que tivemos por video-chamada, em março último, no entanto nunca recebi as informações .

Assim, gostaria de reiterar as solicitações e, ao mesmo tempo, solicitar orientações para que eu possa ter acesso aos referidos documentos o mais breve possível.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,
Luiz Antonio Nascimento de Souza
Universidade Federal do Amazonas
Professor Adjunto

Camara Municipal <camaraderorainopolis@gmail.com> 10 de fevereiro de 2022 às 12:37
Para: Luiz Antonio Nascimento de Souza <lasouza@ufam.edu.br>

bom dia sr Luiz
em 1996 Rorainópolis ainda pertencia ao município de São luiz do Anauá, diante disso informo ao senhor que no acervo de arquivos desta Casa, não existe registro pertinentes ao processo mencionado nas solicitações que o senhor enviou a está casa.
peço desculpas pela demora, mas foi realizado uma busca minuciosa por tais arquivos.
Porem devido Rorainópolis neste período de 1996 pertencer a São Luiz do anauá, a parte legislativa era realizado na sede de São Luiz do Anauá. envio em anexo a lei que emancipou Rorainopolis.

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Câmara Municipal de Rorainópolis
Rua Pedro Daniel da Silva, s/nº, Centro
Rorainópolis/RR - CEP 69.373-000 - Fone: (95) 3238-1301

Lei Estadual 100-1995.pdf
64K

Luiz Antonio Nascimento de Souza <lasouza@ufam.edu.br> seg., 10 de out. de 2022, 17:54
para gabinete.dep.mozart@gmail.com

À
Assembléia Legislativa de Roraima
Mesa Diretora
Senhor Secretário
Dep. Francisco Mozart H. Pinheiro.

Prezado Senhor,

Venho pelo presente, solicitar cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução 019/99, para investigar atuação da a Associação Amazônia e seus dirigentes, relatório aprovado em 21 de dezembro de 1999.
Senhor Secretário, esta solicitação, baseada na Lei 12.527 de nov/11, tem como finalidade realização de estudos acadêmicos doutorais.
O Referido relatório poderá ser encaminhado para o email lasouza@ufam.edu.br

Atenciosamente,

Luiz Antonio N de Souza
Professor Adjunto
Universidade Federal do Amazonas
Departamento de Ciências Sociais

Acesso ao relatório da CPI que apurou denuncias contra Associação Amazônia, realização em 1999.

Luiz Antonio Nascimento de Souza <lasouza@ufam.edu.br> 10 de out. de 2022, 17:54
para gabinete.dep.mozart@gmail.com

À
Assembléia Legislativa de Roraima
Mesa Diretora
Senhor Secretário
Dep. Francisco Mozart H. Pinheiro.

Prezado Senhor,

Venho pelo presente, solicitar cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução 019/99, para investigar atuação da a Associação Amazônia e seus dirigentes, relatório aprovado em 21 de dezembro de 1999.
Senhor Secretário, esta solicitação, baseada na Lei 12.527 de nov/11, tem como finalidade realização de estudos acadêmicos doutorais.
O Referido relatório poderá ser encaminhado para o email lasouza@ufam.edu.br

Atenciosamente,

Luiz Antonio N de Souza
Professor Adjunto
Universidade Federal do Amazonas
Departamento de Ciências Sociais
SIAPE 401606

Contato: 92 981688393

Notícia - Agência Senado: CPI das ONGs aprova relatório final Externa

agencia@senado.leg.br seg., 10 de out. de 2022, 16:25
para mim

A seguinte notícia da Agência Senado foi enviada para você por Luiz Antonio Nascimento de Souza (lasouza@ufam.edu.br).

Clique no link abaixo para ler o texto completo:

CPI das ONGs aprova relatório final
https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2002/12/12/cpi-das-ongs-aprova-relatorio-final

Por favor, como tenho acesso ao relatório final da CPI das ONGS, de 2002?

Grato,

Luiz Antonio
lasouza@ufam.edu.br

https://www12.senado.leg.br/noticias

ANEXO II - Trecho do documento História da Associação Amazônia e a área do Xixuau-Xiparina (Parte I)

Historico da Associaçao Amazonia e a area Xixuau-Xiparina

No ano 1990, depois de 6 anos visitando a area do Rio Jauaperi, decidimos, junto com os amigos ribeirinhos, de começar um progetto com objetivo a preservaçao da natureza da area e o melhoramento das condicoes de vida dos moradores.
Nasce em Fevereiro do ano 1992 a Associaçao Amazonia formado por mim, um amigo da Dinamarca, um Argentino e varios Caboclos da area do Jauaperi.
Naquele tempo eu tinha um pouco de dinheiro e decidimos com os posseiros da area de incorporar as suas posses numa unica area. No inicio foi o Igarapè Xixuau e em 1995 entraram os moradores e posseiros do Igarapè Xiparina.
em 1995 recebimos uma visita do vereador Leocadio de Santa Maria de Boiaçu no Baixo Rio Branco.
O Vereador Leocadio chegou no Xixuau e conversou comigo. Pegou informacoes sobre o nosso trabalho e quando voltou pra Roraima ligou para escritorio da Associacao em Manaus pedindo uma doaçao pra sua campanha eleitoral. em ano 1995 a Associaçao ainda era formado por nois tres estrangeiros e os ribeirinhos locais. A area estava sofrendo muito uma epidemia de malaria. em 1994 fumos conversar com o reitor da Universidade do Amazonas e ele nos informou que nao podia fechar um convenio com uma ONG mais que iria conversar com os professores pra ver se alguem tivesse interesse em collaborar conosco. Fiumos apresentados ao professor Luiz Antonio do Nascimento, sociologo e ao professor Bornei Wagner da faculdade de medicina. Os dois professores fizerem uma viagem ao Jauaperi e os seus relatorios deixaram claro que as principais necessidades eram nas areas de saude e educaçao. Comencemos um projecto de combate a malaria junto com a Universidade de Siena, um amigo enfermeiro de Grosseto na Italia e a FNS. Tudos os nossos poucos recursos estavam sendos aplicados nesse projecto. O Jauaperi passou de mais de 2.000 casos de malaria por ano, ao actual 20 ou 30, mas depois de 4 anos de duro trabalho.
Por isso nao era possivel atender ao pedido do vereador Leocadio e surgirem as primeiras denuncias contro a Associaçao.
Estas denuncias levaram ao CPI da Camara Municipal de Anaua, formado somente por vereadores locais. Furam visitar a area e pegaram depoimentos dos ribeirinhos e os estrangeiros presentes. Na volta pra cidade de Caracarai o barco deles sofreu um accidente e afundou com a perca de tudos os depoimentos e o material recolhido. Por isso acabou sem ter um resultado claro e foi criado a CPI da Assembleia Legislativa de Roraima.
Logo no comenco desse CPI a nossa advogada Rita Furtada recebeu uma visita de um representante da comissao e foi feita um oferta. Por 200.000 dolares a gente mesma podia escrever o relatorio final e continuar o nosso trabalho em paz. Nao tivemos tais recursos e nem achamos correto e a CPI foi pra frente. A comissao visitou a area. Nao deixavam nimguem falar a nosso favor e sò registravam depoimentos contra a Associacao. Augums moradores da area furam levados pela policia federal pra Boa Vista onde furam ameacados pelos deputados por insistir que a vida deles estava melhorando com a presenzia da Associaçao. Algums desses deputados chegaram atè a CPI das ONGs em Brasilea no ano 2002. Urzeni Rocha testimonhou que tinha laboratorios clandestinos no Xixuau e antennas pra tudo canto no topo das arvores. Jesus de Mecias falou a mesma coisa e muitas autras falsidades, junto com o Deputado Augusto,.
Terminou a CPI da Camara e comencou a CPI da Grilagem .Foi nesse ponto que pela primeira vez chegou um equipe formado pela Policia Federal de Roraima, a Policia Militar, o Exercito, o Serviçio de Informaçoes e o Ibama. Chefiado pelo delegado

ANEXO II - Trecho do documento História da Associação Amazônia e a área do Xixuau_Xiparina (Parte I, continuação)

Oscar Kyoto da policia federal de Roraima esse equipe passou dois dias no Xixuau. Tomaram depoimentos de tudas as pessoas presentes, visitaram a area tuda e furam embora. A nossa advogada ficou em contacto com o delegado Oscar e com o representante do exercito e nois informou que eles nao tinham achado irregularidades se nao talvez na forma com a qual criamos a posse unica. Desde que aquela data nunca mais ficamos sabendo nada das investigaçoes desse equipe. Nunca apareceu em relatorio de CPI nemhum e atè hoje nois nao consegimos entender como a unica investigaçao judiziaria do nosso trabalho e da nossa realidade nao foi nunca nem mencionado. O delegado Oscar pareceu uma pessoa extremamente profissional e correta. Os representantes de tudos esses orgaos federais devem ter feito augum relatorio, mais nunca apareceu nada.
Fumos pra CPI da Grilagem e fiumos accusados de ter pegado as terras de forma illegal com objetivos obscuros. Convidamos os membros da CPI visitar a area pra conhecer a realidade. Nunca vierem e a CPI acabou de novo condenando a Associaçao.
Comencou a CPI das ONGs, com a Associaçao Amazonia em primeiro lugar. Accusaçoes de entrada illegal de dinheiro porque visitantes chegavam com dolares no bolso e os deixavam conosco. Eu foi acusado de um tal de Lorenzo Carrasco de ser um agente da rainha da Inglatera, aqui pra tomar os recursos da Amazonia pela coroa britannica. Foi falado que nao existia projeto nemhum de melhorias na vida da populaçao local , que nao passava de propaganda e tudo era falso. De novo convidamos os senadores componentes da CPI pra vir no local e ver de pessoa a verdade. De novo o nosso pedido nao foi atendido. A unica quem entrou no Rio Jauaperi foi a Senadora Marluce Pinto, nao chegou na nossa area, so numa comunidade muito abaixo da nossa, e falou na CPI que nao tinha visto projetos de melhoria na vida das pessoas. Como podia ver se nem chegou na area em questiao.

O Abong, nos seus comentarios ao CPI das ONGs dis:
O relatório demonstra que os projetos de auxilio a população ribeirinha são mera propaganda e que a organização utiliza-se disso para captar recursos, mas não desenvolve nenhum projeto efetivo.

Afora isso, o trabalho investigativo estranhamente não se aprofundou nas questões que dizem respeito à denúncia de grilagem de terras na região Amazônica, supostamente realizadas pela associação. Esperamos que o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Amazonas possam finalmente apurar essas "denúncias" e eventualmente punir os responsáveis.

Essa è a mesma coisa que nois desejamos. E por isso nao consegimos entender o que aconteceu com os resultados da investigaçao chefiada pelo Delegado Oscar.

Hoje em dia a Comunidade Xixuau-Xiparina è reconhecido por decreto e o governo de Roraima esta fornecendo ajuda na forma de combustivel, merenda e material escolar e remedios pra o nosso posto de saude, unico posto em tudo o Rio Jauaperi que atende os 500 moradores ribeirinhos do Rio. A area do Xixuau-Xiparina conta com 120 moradores. A natureza esta sendo preservada e as pessoas estao vivendo uma vida digna. Temos duas escolas sendo uma de informatica com uma conexao satellitar ao internet fornecida pela Amazonia Banda Larga. Temos uma fazenda ecologica fornecendo frutas, verduras e carne aos moradores. Pareceu que tudo estava dando certo finalmente e que faltava somente achar a forma pra que a area podia vir a ser uma